

# mercado de trabalho

conjuntura e análise

ANO 9 | MAIO 2004 |

23

# mercado de trabalho

conjuntura e análise

| MAIO 2004 |

23

# mercado de trabalho

conjuntura e análise

| MAIO 2004 |

23

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	III
OPINIÃO DOS ATORES	1
NOVOS PARADIGMAS PARA AS RELAÇÕES DE TRABALHO Oswaldo Martines Bargas	3
FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO: RESULTADOS QUE DEVEM SER VALORIZADOS Antonio Oliveira Santos	7
REFORMA SINDICAL: AVANÇO NAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO Luiz Marinho	9
A REFORMA SINDICAL DEVERÁ FAVORECER O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL Claudio Salvadori Dedecca	13
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	17
NOTATÉCNICA	27
A UTILIZAÇÃO DA PED NO ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO Luiz Eduardo Parreiras	29
MUDANÇAS NA RELAÇÃO ENTRE A PME E A PED COM A NOVA METODOLOGIA DA PME Maurício Cortez Reis	43
REVENDO O CRESCIMENTO DA INFORMALIDADE E DE SUA DIMENSÃO PREVIDENCIÁRIA À LUZ DOS DADOS DA PNAD Luis Henrique Paiva	49
ANEXO ESTATÍSTICO	57



# APRESENTAÇÃO

A idéia de que o desempenho do mercado de trabalho neste início de 2004 está sendo bastante insatisfatório, embora seja hoje quase um lugar-comum, não é compartilhada por este boletim, que faz, após uma leitura menos apressada dos dados, uma análise distinta.

O crescimento do nível de ocupação em março, seja ele medido pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, pelo Caged do MTE, ou pelas entidades empresariais (CNI, Fiesp), sinaliza, segundo a análise feita, o início da recuperação da demanda por mão-de-obra. Da mesma forma, o crescimento dos rendimentos médios nominais ao longo de todo o primeiro trimestre é um indicador da recuperação em curso, devendo a massa salarial apresentar, já com os dados de abril, um aumento em termos reais sobre o nível observado em abril de 2003. A taxa de desemprego tende, porém, a permanecer em um patamar elevado até o final do terceiro trimestre, em decorrência do maior afluxo de pessoas ao mercado de trabalho, tradicional nessa época do ano. Nesse sentido, apenas a continuidade do processo de crescimento da economia será capaz de trazê-la — de uma forma sustentada — para níveis menos preocupantes.

A seção Opinião dos Atores traz um tema de extrema relevância para o futuro das relações capital-trabalho e para a própria democracia social em nosso país: a reforma da legislação sindical. Focalizando os resultados alcançados pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT), o conjunto de depoimentos é aberto com o balanço feito por Osvaldo Bargas, atual secretário das Relações de Trabalho do MTE e coordenador-geral do FNT, ao qual se seguem as visões de Antonio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio e coordenador da bancada dos empregadores no Fórum; de Luiz Marinho, presidente nacional da CUT; e de Claudio Dedecca, professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.

Em relação às Notas Técnicas, este número traz três, todas elas procurando aprofundar o conhecimento dos dados e indicadores que as diversas pesquisas sobre o mercado de trabalho produzem. Na primeira, Luiz Parreiras, do IPEA, faz uma análise descritiva dos indicadores de ocupação e da taxa de desemprego da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Seade-Dieese, contrastando sua evolução recente com os indicadores equivalentes na PME do IBGE. Na segunda nota, Maurício Reis, do Departamento de Economia da PUC-Rio, apresenta um estudo estatístico sobre as alterações havidas nas relações entre a PED e a PME, considerando a grande mudança que houve nesta última. Finalmente, Luis Henrique Paiva, do Ministério da Previdência Social, investiga a evolução da informalidade, mostrando que no Brasil como um todo, segundo a PNAD, o fenômeno não aconteceu da forma como os dados sobre as regiões metropolitanas dão a entender.

Com esse resultado, a Nota Técnica de Luis Henrique Paiva faz uma ponte com a seção Opinião dos Atores, uma vez que o próximo desafio do FNT será a reforma da legislação trabalhista. Como o crescimento da informalidade tem sido muito utilizado como argumento para respaldar propostas de redução de direitos trabalhistas, é importante que se aprofunde a discussão a respeito dos números que estão a sustentar as diversas teses em disputa.



## **OPINIÃO DOS ATORES**

**NOVOS PARADIGMAS PARA AS RELAÇÕES  
DE TRABALHO**  
Oswaldo Martines Bargas

**FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO:  
RESULTADOS QUE DEVEM SER  
VALORIZADOS**  
Antonio Oliveira Santos

**REFORMA SINDICAL: AVANÇO NAS  
RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO**  
Luiz Marinho

**A REFORMA SINDICAL DEVERÁ  
FAVORECER O DESEMPENHO DA  
ECONOMIA BRASILEIRA COM  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
Claudio Salvadori Dedecca



# NOVOS PARADIGMAS PARA AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Osvaldo Martines Bargas

Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e coordenador-geral do Fórum Nacional do Trabalho

A reforma das legislações sindical e trabalhista é uma das prioridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para isso foi criado o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), onde, por meio do diálogo e da negociação, trabalhadores, governo e empregadores buscam construir propostas de alterações no sistema legal. O objetivo é adequar as leis e as instituições que regulam o trabalho no Brasil às novas exigências do desenvolvimento nacional e do mundo do trabalho. É preciso lembrar que a base da legislação atual data da primeira metade do século passado, quando a força de trabalho brasileira se concentrava no campo, indústria e comércio tinham quase nenhum peso na economia do país e a relação servil ainda era uma realidade em muitas áreas.

Desde a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, o mundo passou por grandes transformações, sobretudo com o surgimento das novas tecnologias e globalização da economia. As mudanças introduzidas pela Constituição de 1988 e as próprias alterações pontuais na CLT, no entanto, não foram suficientes para estabelecer um marco normativo eficiente nas relações de trabalho e ainda criaram situações contraditórias com a legislação consolidada. Uma das conseqüências disso é a avalanche de sentenças judiciais com interpretações diversas sobre vários aspectos fazendo das leis trabalhistas uma enorme colcha de retalhos.

O governo e grande parte dos representantes dos setores produtivos — trabalhadores e empregadores — concordam que passa da hora de efetuar as mudanças rumo à construção de uma legislação coerente com a realidade e aberta a novas possibilidades no futuro.

A escolha da legislação sindical para iniciar o debate da reforma se deve à convicção deste governo — forjada na experiência de décadas de lutas pelos direitos dos trabalhadores — de que só instituições fortes e verdadeiramente representativas têm condições de promover o entendimento necessário para uma relação capital-trabalho fundamentada no equilíbrio de forças. E uma boa relação entre trabalhadores e empregadores, dentro dos padrões mais avançados do mundo ocidental, certamente contribuirá para a criação de um ambiente propício à geração de empregos, melhor forma de distribuição de renda em uma sociedade moderna.

O FNT foi criado com o objetivo de elaborar essas propostas a partir dos anseios da sociedade e transformá-las em base para a construção dos anteprojatos de lei a serem encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. A decisão do governo de chamar os

representantes dos setores diretamente interessados no assunto para o debate foi norteada pelo espírito democrático da negociação social. Para isso seguimos o modelo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a participação paritária e tripartite de bancadas de trabalhadores, governo e empregadores, formadas com igual número de integrantes e mesmo peso nas negociações.

Por meio de suas entidades representativas nacionais, trabalhadores e empregadores escolheram seus negociadores com base em critérios que consideraram a legitimidade e a representatividade das partes, a importância no cenário nacional, a participação em fóruns e conselhos públicos e a cobertura de todos os setores de atividade econômica. A bancada do governo é composta por servidores do MTE, de outros ministérios relacionados à questão trabalhista, e agentes públicos vinculados aos Poderes Legislativo e Judiciário, que participam a convite do Poder Executivo.

A prática mostrou o acerto da escolha dessa metodologia de trabalho. Nos debates enfrentamos temas que no início se apresentaram com tamanha divergência que pareciam intransponíveis. Mas a qualidade dos negociadores, o bom senso e o espírito construtivo e renovador dos participantes nos permitiram alcançar consenso em quase todos os itens. Chegamos a um acordo sobre novo modelo de Organização Sindical, estabelecemos os princípios que nortearão a Negociação Coletiva e o novo Sistema de Composição de Conflitos.

O resultado dessa primeira etapa da reforma consagrou a mesa de negociações como melhor local para se resolver as diferenças entre trabalhadores e empregadores. O relatório final do trabalho é um grande exemplo disso; as diretrizes que estão fixadas não representam o desejo inicial de nenhuma das partes que negociaram. E esta é uma das marcas do sucesso da negociação: todos cederam um pouco para que a sociedade brasileira ganhe muito. Os maiores benefícios serão, sem dúvida, a redução significativa das reclamações trabalhistas ajuizadas na Justiça do Trabalho a cada ano, a diminuição da ocorrência de greves, o aumento da representatividade dos sindicatos e o fim dos sindicatos de fachada, que só existem para cobrar taxas de trabalhadores e empresários.

## **SINDICATOS REPRESENTATIVOS**

A representatividade das instituições é uma das premissas do novo sistema de organização sindical desenhado no FNT. Dos sindicatos às centrais, todos terão de comprovar percentuais mínimos de representação dos trabalhadores ou empregadores dos ramos de atividade de suas bases. Mas, ao contrário do que acontece hoje, a estrutura organizacional dos trabalhadores será diferente do modelo dos empregadores. Enquanto o patronato manteve a estrutura confederativa, os trabalhadores decidiram que as centrais serão as instâncias máximas de sua estrutura, com personalidade jurídica sindical.

O monopólio da representação sindical também foi quebrado. Sem desprezarmos quase um século de história do sindicalismo brasileiro, avançamos muito em relação à unicidade prevista no artigo 8º da Constituição Federal. Os sindicatos já existentes ainda poderão pleitear a manutenção da exclusividade da representação; mas, para isso, terão de contar com pelo menos 20% dos trabalhadores de sua base de representação associados a seus quadros. Outra condição para a exclusividade é a adequação dos estatutos a regras democráticas que serão definidas pelo Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), a ser criado na nova legislação. Aqueles que não conseguirem atingir essas condições terão as bases abertas à disputa com outros sindicatos que venham a ser criados.

A Contribuição Sindical obrigatória, a Contribuição Confederativa e a Contribuição Assistencial também foram abolidas. Para substituí-las foi criada a Contribuição Negocial, que só poderá ser cobrada pelos sindicatos que realizarem negociações coletivas. No caso dos trabalhadores, o valor da cobrança será limitado a, no máximo, 1% do rendimento líquido do ano anterior, o que dá, em média, 13% do salário líquido de um mês. Hoje, juntando todas as cobranças, os trabalhadores pagam, anualmente à estrutura sindical, em média 25% do salário de um mês. Os sindicatos de empregadores continuarão cobrando um percentual sobre o capital social das empresas. Essa contribuição, no entanto, também estará vinculada às negociações desenvolvidas pelas instituições.

É certo que não chegamos ao modelo de liberdade sindical consagrado na Convenção 87 da OIT e defendido inicialmente pela bancada do governo e por setores importantes dos trabalhadores, mas estamos quebrando as bases de um modelo arcaico que não condiz com uma sociedade democrática. O atual modelo brasileiro foi instituído no regime ditatorial da era Vargas, na mesma época em que modelos parecidos foram implantados em outros países que também viviam regimes autoritários. Foi assim na Itália, sob Mussolini; na Espanha sob Franco; em Portugal com Salazar. Os supostos benefícios desse modelo corporativo criado por Mussolini têm custado um preço elevado. Por ainda não termos alcançado o direito da livre organização sindical, trabalhadores e empregadores amargam a fragmentação de suas representações com a criação de sindicatos de fachada.

Fundados por pessoas sem a menor capacidade de defender os direitos de seus supostos representados, o único objetivo dessas “instituições” é ganhar dinheiro fácil. Não é por outro motivo que os maiores opositores da reforma estão exatamente entre aqueles há décadas encastelados nas direções das entidades sindicais, que sempre ficaram de fora das lutas dos trabalhadores tanto no sentido político quanto de melhores condições de trabalho e vida.

A unicidade e o imposto sindical são os responsáveis pela existência dos mais de 18 mil sindicatos registrados hoje no Brasil e a enxurrada de mais de mil solicitações de criação de novas instituições que a cada ano abarrotam as mesas da Secretaria de Relações do Trabalho do MTE. Aberrações como “Sindicatos dos cabeleireiros de senhoras e homens de bem”, “Sindicato dos condutores de veículos”, Sindicatos de empregadores domésticos ou “Sindicato das famílias de Belo Horizonte” não são peças de ficção. Houve quem de fato pleiteasse o registro de tais instituições, se é que assim podem ser chamadas.

## **NEGOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESOLVER CONFLITOS DE TRABALHO**

Todos os anos a Justiça do Trabalho recebe cerca de 2 milhões de novas ações ajuizadas, em sua maioria, por trabalhadores descontentes com o resultado de acordos mal formulados ou conduzidos por instituições que não têm representatividade. Não é de se estranhar, portanto, que um processo demore até dez anos para ser julgado. A falta de regras para a negociação leva também ao constante estouro de greves que poderiam ser evitadas por negociadores instruídos por princípios legais claros. A função da greve, inclusive, tem sido deturpada; não é mais um meio de protesto legítimo quando as negociações não funcionam. Ao contrário, a greve tem sido usada como meio de forçar negociações, o que é um contra-senso em qualquer sistema democrático de relações de trabalho.

Foi para mudar essa realidade que os integrantes no FNT definiram a Negociação Coletiva como o eixo da nova relação entre trabalhadores e empregadores, inclusive no setor público. Essas negociações, no entanto, terão com ponto de partida os direitos definidos em

lei como “inegociáveis”. A nova legislação abrirá espaço para negociações em nível nacional, regional, interestadual, estadual, municipal, por empresa ou grupo de empresas.

A metodologia de negociação prevê a renovação automática dos acordos vigentes pelo prazo de 90 dias, quando as partes envolvidas não chegarem a novo acordo antes do vencimento. As partes poderão ainda prorrogar por mais tempo e, nesse período, poderão nomear mediador para auxiliá-las. Caso permaneça o impasse, poderão escolher árbitro público ou privado, que pode vir a ser inclusive um integrante do judiciário trabalhista. Com isso, pretende-se estimular ao máximo a negociação, mas tendo sempre um horizonte para fim do conflito. O FNT propõe ainda a elaboração de regras especiais de negociação coletiva para os trabalhadores dos serviços essenciais e os servidores públicos.

A proposta para a regulamentação do exercício da greve prevê o fim do julgamento das paralisações e assegura o livre direito de manifestação a todos os trabalhadores, inclusive os servidores públicos e aqueles que atuam nos serviços essenciais. Mas o exercício do direito pressupõe responsabilidades para com a sociedade. Nesse sentido, foi definido o aviso prévio da deflagração do movimento aos empregadores e à sociedade.

Sabemos que por mais que possamos estabelecer sistemas democráticos de convivência entre trabalhadores e empregadores, ainda assim essa relação será sempre desigual; por isso é necessário preservar um patamar de direitos inegociáveis dos trabalhadores. Acreditamos que, a partir do momento em que as negociações sejam conduzidas por instituições de trabalhadores e empregadores fortes, bem organizadas e respeitadas pelas categorias que representam, o nível de conflitos na relação será bem menor. Ganha com isso a sociedade brasileira como um todo.

Sabemos, também, que este é apenas o primeiro passo da reforma sindical. Como acontece em toda sociedade democrática, ela será decidida no Congresso Nacional. Esperamos que esta contribuição seja considerada pelos parlamentares. Para o governo esta pode não ser a proposta ideal, pois gostaríamos de ver o Brasil ratificar a Convenção 87 da OIT e conferir ao país, e em especial aos trabalhadores, o direito à liberdade sindical, mas temos certeza de que está é a melhor proposta porque ela é o resultado do entendimento dos dois principais atores, que são os trabalhadores e os empregadores.

# FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO: RESULTADOS QUE DEVEM SER VALORIZADOS

Antonio Oliveira Santos

Presidente da Confederação Nacional do Comércio e coordenador da bancada dos empregadores no Fórum Nacional do Trabalho

Conforme pronunciamento que fiz na abertura das atividades do Fórum Nacional do Trabalho, em 12 de agosto do ano passado, teríamos pela frente uma oportunidade única de trabalho em conjunto, objetivando alcançar o entendimento para o ajuste da legislação sindical e trabalhista à realidade da nossa época.

Após sete meses de trabalho intenso, os três primeiros Grupos Temáticos — Organização Sindical, Negociação Coletiva e Sistema de Composição de Conflitos — encerraram suas atividades, e as conclusões a que chegaram foram aprovadas pela Comissão de Sistematização, sendo oportuno ressaltar o fato admirável de que todos os dispositivos que, finalmente, passaram a compor o relatório submetido à apreciação da plenária foram objeto de consenso entre empregadores, trabalhadores e governo.

Trata-se, realmente, de resultado que poucos cogitavam como viável alguns meses atrás.

Desejamos, pois, inicialmente, valorizar o resultado desse trabalho desempenhado pelos nossos representantes nos Grupos Temáticos que, no seu conjunto, propõem nova organização sindical, novos métodos para a negociação coletiva e adoção de instrumentos modernos para a composição de conflitos.

Sobre os temas negociação coletiva e instrumentos para a composição de conflitos, podemos dizer, primeiramente, que consideramos satisfatórias as soluções encontradas, pois elas conduzem à valorização da negociação coletiva, que será exercitada em todos os níveis e âmbitos de representação, aos novos métodos de solução de conflitos, por meio da conciliação, mediação e arbitragem, e, especialmente, à segurança jurídica, que consta como um dos princípios da negociação coletiva.

Quanto ao tema organização sindical — essencial ao funcionamento das entidades —, também consideramos satisfatórias as soluções encontradas.

A constituição assimétrica das organizações de trabalhadores e de empregadores, as formas de apuração da representatividade, a exclusividade garantida aos atuais sindicatos, o estabelecimento de um período de transição para adaptação às regras da nova organização, a criação de um Conselho Nacional de Relações do Trabalho e de duas Câmaras Bipartites e a garantia da sustentação financeira das organizações sindicais constituem, sem dúvida, soluções talentosas e argutas, que devemos creditar à competência e à dedicação dos representantes empresariais, laborais e governamentais, que cuidaram do desenvolvimento desse tema e que, sem dúvida, conduzirão, em curto prazo, a uma nova era na qual os sindicatos serão efetivamente representativos.

Essencial agora, paralelamente à elaboração dos textos que serão submetidos ao Congresso Nacional, relativos a essa primeira fase de trabalho do Fórum, que trata dos temas anteriormente referidos, é a continuação dos trabalhos referentes à legislação trabalhista, que está a merecer alterações não só em decorrência da necessidade de sua adaptação aos tempos modernos, como também para se ajustar à nova era do sindicalismo que, na sua nova concepção, se fundamentará no estímulo da negociação coletiva.

# REFORMA SINDICAL: AVANÇO NAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO

Luiz Marinho

Presidente nacional da CUT

A reivindicação é antiga e, depois de longos anos de luta, finalmente a estrutura sindical brasileira será mudada. Embora a reforma não represente 100% do que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) defendia, a proposta trará mudanças significativas para modernizar a organização sindical e as relações no mundo do trabalho.

E isso só foi possível porque trabalhadores, empresários e governo deram uma demonstração de amadurecimento nos debates conduzidos pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT), instrumento criado pelo Governo Lula para o debate e a formulação de propostas relacionadas não apenas à estrutura das entidades de classe, mas também às necessárias mudanças na legislação trabalhista, entre outros temas.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que será encaminhada ao Congresso Nacional foi amplamente discutida pelas centrais sindicais, governo e entidades dos empresários. Não significa, contudo, que tenha sido consensual. O impasse que impediu a costura de uma proposta unitária foi um ponto crucial para a CUT e suas quase 3.500 entidades filiadas: o direito à organização nos locais de trabalho (OLT). Os empresários não aceitam que esse direito esteja regulamentado por dispositivos legais, querendo remeter o tema para as negociações coletivas.

No entanto, para nós isso é questão de honra porque, ao longo do tempo, a experiência tem mostrado que boa parte dos conflitos trabalhistas pode ser solucionada diretamente no local de trabalho e com rapidez. Ainda assim, esse tipo de representação sindical só foi conquistado em categorias com maior poder de mobilização. Por isso, para a bancada dos trabalhadores é fundamental que o sindicato esteja organizado a partir do local de trabalho — mais próximo do dia-a-dia dos acontecimentos da empresa, do banco, do posto de saúde ou da escola —, inclusive como mecanismo de garantir que as entidades sejam realmente fortes e com representatividade.

Dessa forma, a OLT será também fundamental como instrumento de transformação da cultura sindical brasileira, ajudando — junto com as novas regras para a organização sindical — a pôr fim nos sindicatos de fachada. Infelizmente, a bancada patronal vê a representação dos trabalhadores nas empresas como um “fantasma” e não compreende que relações modernas de trabalho passam por esse canal mais imediato de negociação dos conflitos.

Mas, como não houve acordo no âmbito do FNT, a proposta da OLT deverá ficar incorporada à PEC da reforma sindical e ser remetida ao Congresso Nacional para análise e votação. E lá praticamente deverá acontecer um novo processo de discussão e ocorrer todo jogo de pressões para deixá-la fora da nova legislação sindical. Assim, a CUT — e acredito

que todas as demais centrais sindicais — vai também pressionar os parlamentares a garantir que a OLT esteja assegurada na nova estrutura sindical.

Sabemos ainda que, enquanto a reforma tramitar no Congresso Nacional, deveremos estar atentos a outros eventuais *lobbies*, porque haverá de fato uma mudança na cultura que tem permeado o sindicalismo brasileiro ao longo de décadas. Cabe lembrar que a atual estrutura apareceu como uma forma de enquadrar e acabar com os sindicatos livres, surgidos como consequência direta das lutas dos trabalhadores no início do século passado.

Portanto, a velha estrutura criada dentro da concepção getulista — de acabar com a luta de classes — tirou o papel dos sindicatos de defesa dos interesses dos trabalhadores para transformá-los em entidades de conciliação de classes com caráter assistencialista.

A reforma discutida no FNT prevê algumas mudanças importantes, como o fim do imposto sindical e o fortalecimento dos sindicatos mediante o cumprimento dos critérios de representatividade comprovada — que prevê a existência de um número mínimo de associados entre os trabalhadores representados, como critério de reconhecimento das entidades sindicais.

Como sabemos que estas e outras mudanças não podem ser digeridas por uma significativa fatia dos sindicatos — justamente pela tradição assistencialista e de representação questionável —, elas serão feitas dentro de um período de transição de três anos, como forma de permitir a adaptação das atuais entidades ao novo modelo de organização. Assim, por exemplo, os sindicatos deverão comprovar sua representatividade, tendo em seus quadros um número mínimo de associados (20%) para poderem existir como tal. Cabe lembrar que hoje milhares de sindicatos existem somente para arrecadar o imposto sindical, sem nenhum tipo de representatividade ou ação em defesa dos trabalhadores. Até a consolidação do FNT e dos debates sobre a reforma, diariamente o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) recebia nada menos que dois pedidos de registros de sindicatos, na maioria resultantes de fracionamento das atuais entidades sindicais e com o único objetivo de atender aos interesses de determinados grupos e/ou sobreviver das taxas compulsórias cobradas dos trabalhadores, sem qualquer trabalho eficaz de defesa dos direitos das categorias profissionais.

Assim, na proposta de reforma sindical, ficou acertado que a principal forma de sustentação será a mensalidade dos associados — o que necessariamente obrigará as entidades a serem ativas e, de fato, pólos de organização das categorias — e como já é hoje, os sindicatos terão liberdade de propor e aprovar os valores nas assembleias-gerais de trabalhadores, convocadas para esse fim.

A proposta prevê ainda a criação da Contribuição de Negociação Coletiva, de periodicidade anual, vinculada à negociação coletiva, que será recolhida de todos os trabalhadores beneficiados pela negociação. A contribuição não poderá ultrapassar 1% do valor da remuneração líquida recebida no ano anterior e deverá ser paga em, no mínimo, três parcelas mensais. Entretanto, a nova contribuição necessariamente deve ser aprovada em assembleia dos trabalhadores e os valores poderão ser de, no máximo, 1%.

Com a reforma, um outro grande avanço é o reconhecimento das centrais sindicais, que, junto com as organizações da sua estrutura vertical, como as confederações e federações de ramos da economia, poderão assinar acordos referentes a questões gerais da classe trabalhadora e dos ramos representados. No entanto, todo o poder de decisão sobre esses temas permanece como é hoje, no sindicato de base, que é quem legitimamente convoca os traba-

lhadores e submete as propostas para aprovação (ou não) em assembléias. Na proposta de reforma, fica claro que em nenhum momento a CUT poderá fechar um acordo que desrespeite ou recue nas conquistas de nenhuma categoria e que caberá aos sindicatos e às suas estruturas verticais consolidá-lo, melhorando-o sempre que for possível.

O objetivo é garantir nas negociações gerais patamares mínimos aos trabalhadores, sem interferir na autonomia dos sindicatos, que mobilizados poderão sempre avançar nas questões específicas, como já ocorre hoje em várias categorias.

Esses são alguns conceitos e propostas que a CUT defendeu FNT e conseguiu incorporar à proposta que será encaminhada ao Congresso Nacional. Esses conceitos são fruto de muita reflexão e das experiências cotidianas de seus quase 3.500 sindicatos filiados. São propostas originadas na firmeza de propósitos com que conduzimos a luta sindical no país desde o final da década de 1970 e que, por toda esta jornada, demonstram a seriedade e o compromisso com os interesses da classe trabalhadora e com a justiça social no Brasil.

Temos a certeza de que, se os parlamentares tiverem a compreensão do que a reforma sindical significa no cenário político e econômico do país, não promoverão alterações — especialmente a que elimina o direito de organização no local de trabalho — e nem cederão a pressões daqueles que continuam querendo a tutela do Estado e a manutenção das taxas compulsórias como forma de continuarem mantendo entidades de fachada, em detrimento da verdadeira organização de classe. A democracia real pressupõe o direito à livre organização, ao respeito e ao jogo limpo nas relações entre capital e trabalho.



# A REFORMA SINDICAL DEVERÁ FAVORECER O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Claudio Salvadori Dedecca

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da mesma instituição ([cdedecca@eco.unicamp.br](mailto:cdedecca@eco.unicamp.br))

A reforma do sistema de organização sindical é uma demanda antiga de diversos setores da sociedade brasileira. Há um quase consenso sobre o caráter disfuncional da atual estrutura sindical e da negociação coletiva em relação aos interesses dos trabalhadores e dos empresários.

O Governo Lula decidiu privilegiar o tema dentre suas iniciativas, constituindo um fórum tripartite com o objetivo de elaborar propostas de reforma sindical, num primeiro momento, e trabalhista, a seguir. Em março passado, foi divulgado o Relatório da Comissão de Sistematização do Fórum Nacional do Trabalho sobre a Reforma Sindical. Esse relatório encerra uma fase dos debates sobre o tema, devendo agora ser transformado em um documento jurídico que deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional. A análise aqui desenvolvida pretende contribuir com essa nova fase de discussão da Reforma Sindical.

É importante esclarecer, inicialmente, que é tradição do capitalismo moderno a existência de um sistema de relações de trabalho organizado pelos Estados Nacionais. O sistema é, em geral, fundado em três pilares: nos direitos de proteção social ao trabalho, na organização sindical dos atores sociais e na negociação coletiva. Ademais, o sistema visa proteger trabalhadores e empresas quanto aos resultados e riscos inerentes ao contrato de trabalho.

O relatório da Comissão de Sistematização trata dos dois últimos pilares, devendo o primeiro ser objeto de discussão da reforma trabalhista. A proposta visa romper a fragmentação atual da organização de representação e a pouca efetividade da negociação coletiva.

São as seguintes as suas características mais relevantes:

- reordena a estrutura de representação, valorizando os níveis superiores;
- vincula a estrutura à configuração de setores de atividade econômica;
- altera o regime de financiamento da estrutura de representação, vinculando-o à capacidade de sindicalização e mobilização, dando autonomia aos sindicatos na definição do valor das contribuições associativa e negocial até um teto definido em lei;
- reafirma a obrigatoriedade da negociação coletiva, estimulando o seu desenvolvimento em níveis mais elevados de representação;
- coíbe as práticas anti-sindicais;
- não altera e não permite negociação dos direitos de proteção social ao trabalho inscritos na Constituição Nacional e na Consolidação de Leis do Trabalho;

- estimula o comprometimento das partes na autocomposição dos conflitos; e
- mantém nas mãos do Estado o poder de reconhecimento da representação sindical, ordenando o regime de pluralidade da representação.

É possível apontar as principais vantagens que o novo ordenamento traz para trabalhadores e empresas:

- a centralização da representação e da negociação coletiva deverá permitir uma dinâmica mais funcional das relações de trabalho no país;
- os trabalhadores e empresários poderão buscar na negociação o fortalecimento dos padrões mínimos de remuneração e uso do trabalho que favoreçam as condições sociais;
- a centralização poderá homogeneizar o custo básico do trabalho para as empresas, livrando estas do atual processo de concorrência fundado na desvalorização dos salários e das condições de trabalho;
- em situações de impasse no processo de negociação, as partes poderão agilizar a busca de solução através da designação de uma via de mediação definida pelo consenso, sendo preservado o direito de recurso à arbitragem pública compulsória; e
- estas condições deverão induzir a elevação da produtividade e da qualidade do trabalho.

Sem dúvida, a proposta consensual de reforma sindical poderá ser um instrumento importante para um desenvolvimento econômico equilibrado do ponto de vista social.

O Brasil ratifica um número elevado de Convenções Internacionais do Trabalho, apesar de não ter firmado duas importantes Convenções (87 e 158), que regulam o direito de liberdade de organização sindical e o rompimento do contrato de trabalho por iniciativa do empregador. Apesar de o país ratificar um número expressivo de Convenções, observa-se que elas não encontram efetividade no mercado nacional de trabalho. Essa situação de baixa incidência decorre da fragmentação e falta de funcionalidade do atual sistema de representação e negociação.

A nova estrutura de organização dos interesses e de ordenamento da negociação coletiva deverá ter um papel importante de modernização das relações de trabalho no país com a ampliação da efetividade das Convenções Internacionais sobre os contratos de trabalho.

A superação do quadro atual de fragmentação da representação e da negociação coletiva corrói qualquer possibilidade de avanço das condições de uso e remuneração do trabalho, comprometendo a possibilidade de uma relação sistêmica entre qualificação e produtividade.

Cada vez mais, argumenta-se sobre a necessidade de se melhorar a qualidade da atividade econômica como forma de obter ganhos expressivos de competitividade externa e desempenho do mercado interno. A experiência internacional mostra que esse movimento depende de um sistema nacional de relações de trabalho adequado, que estimule a qualificação do trabalho, que amplie o grau de estabilidade da força de trabalho e que não se apóie em um padrão salarial desfavorável.

A centralização da estrutura de representação cumpre um papel fundamental nesse processo. Ela permite consolidar um padrão de negociação coletiva articulado em diversos níveis, abrindo possibilidade de uma vinculação entre o padrão de relações de trabalho e as políticas industrial, agrícola e para o setor de serviços. Ganham os trabalhadores nesse novo contexto, ao ampliarem o grau de unidade de sua organização. São também beneficiadas as

empresas por poderem estabelecer processos de negociação com os trabalhadores que levem em conta o ordenamento do setor produtivo, as necessidades de mudança tecnológica e as estratégias de inserção internacional.

A maior funcionalidade de um sistema centralizado de representação sindical e da negociação coletiva constitui-se no principal elemento de sustentação de um sistema de relações de trabalho caracterizado por uma flexibilidade positiva, que viabiliza a maior produtividade e qualidade da atividade produtiva sem se apoiar em instrumentos de rebaixamento salarial.

A flexibilidade positiva garantida na reforma é reforçada pela possibilidade de as partes definirem em comum acordo um árbitro público ou privado, elemento que deve favorecer a dinâmica da negociação coletiva e a superação de conflitos, sem descartar a importância da arbitragem compulsória da Justiça do Trabalho.

O novo ordenamento da representação sindical por outro lado amplia a liberdade de organização garantindo a unicidade ou a pluralidade da representação pela vontade dos trabalhadores, bem como uma forma autônoma de financiamento da organização com acompanhamento da sociedade através do Estado.

É razoável que aprimoramentos sejam incorporados, no âmbito do Congresso Nacional, na proposta elaborada pelo Fórum Nacional do Trabalho. Questões ainda em processo de discussão poderão ser mais bem apresentadas e ordenadas. São exemplos disto, as questões referentes às articulações e abrangência entre cláusulas estabelecidas em níveis diversos de negociação. Também merece menção a necessidade de um melhor ordenamento referente à organização por local de trabalho, à negociação no setor público, à disponibilidade das informações contábeis para o processo de negociação e ao acesso dos trabalhadores ao local de trabalho.

O processo de discussão que a reforma irá percorrer no âmbito do Congresso Nacional deverá permitir avanços na regulamentação pública dos temas já mencionados.

O que se deve frisar, à guisa de conclusão, é a importância de uma proposta de reforma sindical que favoreça as relações de trabalho em direção a um melhor desempenho econômico e social do país.



# **ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO**



# ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Os êxitos alcançados nas contas externas, bem como nas políticas fiscal e monetária, têm tido um contraponto no desempenho do mercado de trabalho, em razão da evolução negativa que os indicadores de desemprego e de rendimentos tiveram ao longo da maior parte de 2003.

Mesmo considerando que as previsões relativas à evolução da economia estejam apontando para um crescimento próximo a 3,5%, existe o temor de que esse maior volume da produção não seja acompanhado de uma geração correspondente de empregos, o que tenderia a manter os indicadores de desemprego em ascensão. A elevação da taxa de desemprego ocorrida no primeiro trimestre deste ano contribuiu, em particular, para que o mercado de trabalho voltasse a ocupar um lugar de destaque no debate sobre a condução das políticas públicas.

Para analisar a situação do desemprego é preciso, contudo, ter clareza de que ela depende de duas ordens de fatores: por um lado, das oportunidades de ocupação que se abrem para as pessoas que demandam o mercado de trabalho e, por outro, da quantidade de pessoas que estão economicamente ativas, trabalhando ou procurando uma ocupação. Em outras palavras, para se fazer uma avaliação mais consistente da realidade do desemprego é preciso separar os dois processos e analisar a evolução da ocupação para, em seguida, discutir como está se comportando a oferta de pessoas no mercado de trabalho.

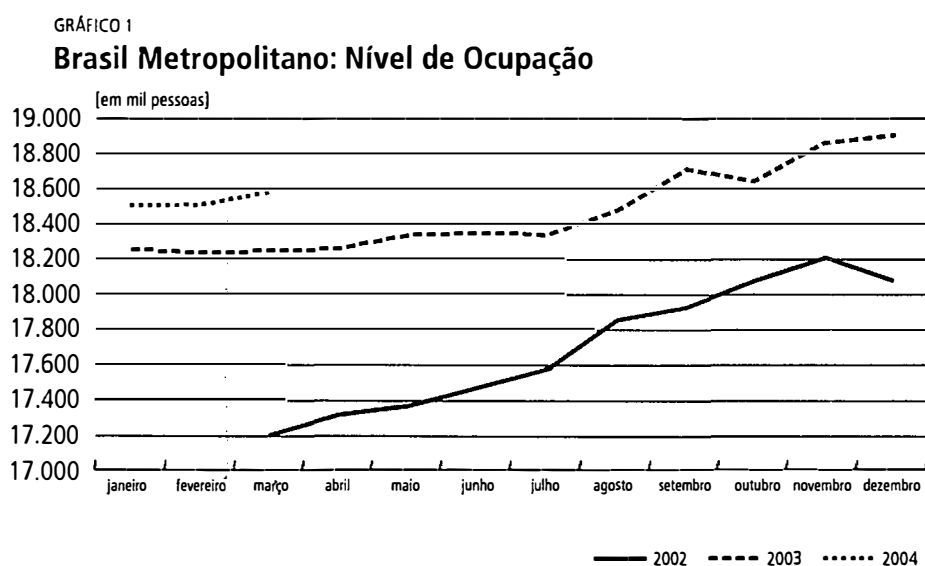
Nesse sentido, considerando-se o processo de criação de oportunidades de trabalho, o temor anteriormente mencionado vem da idéia, bastante disseminada, de que a modernização tecnológica e organizacional das empresas não permitiria uma alta sensibilidade do emprego às variações da produção e que a economia teria uma baixa elasticidade emprego/produto. Assim, somente taxas de variação do PIB muito superiores à esperada seriam capazes de impactar de forma significativa a geração de empregos.

Cabe, porém, questionar se essa idéia corresponde à realidade atual da economia brasileira, ou, antes, à situação que prevaleceu na década passada, quando o forte processo de reestruturação produtiva — induzido pela abertura econômica e pela sobrevalorização cambial — levou efetivamente a uma baixíssima elasticidade emprego/produto agregada. Tal questionamento se justifica já que, desde a desvalorização cambial de 1999, o crescimento da economia vem sendo acompanhado, de maneira geral, de respostas expressivas do emprego. Nesse sentido, embora não se disponha de estimativas confiáveis desse parâmetro, o retrospecto recente de ambas as variáveis (emprego e produto) permite esperar valores relativamente elevados para a capacidade de reação do emprego aos estímulos do nível de atividade econômica.

Assim sendo, se a economia passar a exibir a dinâmica esperada, é de todo legítimo ter expectativas de que a ocupação apresente taxas de crescimento até mesmo superiores às do aumento da população em idade ativa (PIA).

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, os números do nível de ocupação nos primeiros meses do ano são de molde a sustentar essa crença na capacidade de o mercado de trabalho gerar um volume expressivo de novos postos em 2004. Além de situar-se no primeiro trimestre em um patamar cerca de 1,6% superior ao observado no mesmo período em 2003, a ocupação em março apresentou uma variação positiva de 0,4% sobre o mês anterior, após as quedas de caráter sazonal ocorridas em janeiro e fevereiro.

O Gráfico 1 mostra as curvas do nível de ocupação em 2002, 2003 e 2004, sendo visível o contraste entre a estagnação verificada no início do ano passado, quando a economia foi obrigada a passar por um severo processo de ajustamento, e a dinâmica deste ano, com a ocupação mostrando, *já em março*, uma reação à queda sazonal que tradicionalmente ocorre nos primeiros meses.



Fonte: PME/IBGE.

Em relação às seis regiões metropolitanas em que a PME é levantada,<sup>1</sup> o crescimento da ocupação em março só não ocorreu em Salvador (-0,9%), com todas as demais mostrando um aumento maior que o encontrado para o conjunto (São Paulo e Rio de Janeiro: 0,5%; Recife: 0,6%; Belo Horizonte: 0,7%; Porto Alegre: 0,8%).

A variação de 0,4% ocorrida em março, embora não sendo — segundo o IBGE — estatisticamente significativa, aponta perspectivas positivas, já que é respaldada por vários outros indicadores de utilização de mão-de-obra, como os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego que é apurado em todo o país, o Caged vem sinalizando um dinamismo considerável do emprego formal este ano, com um volume de cerca de 350 mil novas contratações no primeiro trimestre, o melhor resultado para esse período desde quando a apuração foi iniciada, em 1992. Também o emprego industrial em São Paulo, segundo a

1. Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

Fiesp, cresceu 0,25% em março (sobre o mês anterior), acumulando um aumento de 0,88% nos três primeiros meses deste ano, em relação ao nível de emprego observado neste mesmo período em 2003, sendo este também o melhor resultado verificado na indústria paulista desde 1995.

Nesse quadro de resultados positivos, a nota dissonante em março foi dada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade-Dieese, que apontou uma queda da ocupação no conjunto das cinco regiões metropolitanas que são comuns às pesquisadas pela PME/IBGE,<sup>2</sup> inclusive com uma redução de quase 100 mil postos na região metropolitana de São Paulo. Contudo, tais quedas devem ser quase certamente um produto da metodologia amostral dessa pesquisa, que considera como resultado do mês uma média trimestral englobando também os dois meses anteriores. Assim, é de se esperar que os dados de fevereiro (média de dezembro, janeiro e fevereiro), estando afetados pelos elevados valores da ocupação verificada em dezembro de 2003, sejam mesmo superiores aos divulgados para o mês de março.

Segundo esse raciocínio, só em abril a PED deverá passar a mostrar uma recuperação expressiva da ocupação, revertendo a tendência declinante dos três meses iniciais, não apenas pelo efeito estatístico intrínseco à sua metodologia, mas também em razão do crescimento do nível de atividades e de seu impacto sobre a demanda por mão-de-obra. Essa expectativa pode ser legitimamente alimentada já que, em termos das perspectivas a curto prazo do nível de emprego, tanto a Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), quanto a Sondagem Conjuntural da Indústria da Fundação Getulio Vargas (FGV) apontam forte intenção de contratação por parte das empresas do setor.

Na sondagem da CNI feita no primeiro trimestre, o indicador para a expectativa de aumento do número de empregados encontra-se no ponto mais alto já observado desde outubro de 2000, ao passo que na Sondagem Conjuntural da FGV a diferença entre o percentual de empresas com intenção de contratar e aquele relativo às empresas que prevêem demissões é a maior desde outubro de 1986, indicando “(...) *haver, no momento, sensibilidade do emprego industrial aos ciclos econômicos*”,<sup>3</sup> o que apoiaria a análise anterior, relativa a um elevado nível atual da elasticidade emprego-produto.

Contudo, se a conjuntura futura da ocupação vier realmente a confirmar tais expectativas positivas, não se segue daí que haverá, automaticamente, uma queda correlata no desemprego: nem no volume de pessoas desempregadas e nem mesmo na taxa de desemprego. Isso, conforme apontado, irá depender do comportamento da oferta de pessoas no mercado de trabalho, ou seja, das variações verificadas no volume da população economicamente ativa (PEA).

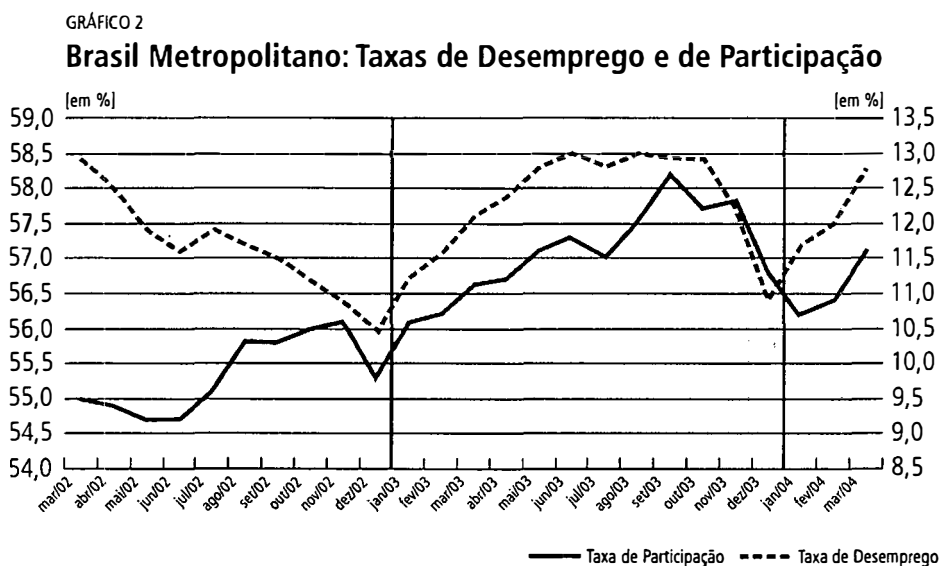
Segundo a PME, a PEA vem apresentando fortes oscilações nos últimos tempos, indicando uma intensa movimentação das pessoas entre situações de inatividade e de presença no mercado de trabalho, seja como ocupadas ou como desocupadas procurando uma ocupação. Essas oscilações podem ser mais bem apreendidas acompanhando-se o comportamento da taxa de participação (ou de atividade) das pessoas no mercado de trabalho.<sup>4</sup>

2. Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

3. FGV/lbre. Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação. Ano 37, nº 51, 28 de abril de 2004.

4. A taxa de participação é expressa pela razão entre a PEA e a PIA, que engloba, no caso da PME, todas as pessoas acima de dez anos de idade.

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, que mostra a evolução das taxas de desemprego e de participação, esta cresceu fortemente de janeiro a setembro de 2003 (2,9 pontos percentuais), produzindo uma intensa pressão sobre o mercado de trabalho, o que fez com que a PEA neste último mês chegasse a ser cerca de 6,1% superior à verificada 12 meses antes, em setembro de 2002. Esse comportamento da taxa de participação foi o principal responsável pelo aumento da taxa de desemprego ao longo de 2003: de 10,5% em dezembro de 2002 ela chegou a atingir o patamar de 13% entre maio e outubro.



A evolução dos rendimentos nominais ao longo de 2003 foi bastante prejudicada pela contração do nível da atividade econômica: segundo a PME, em 8 dos 12 meses do ano os rendimentos médios habitualmente recebidos sofreram redução em relação ao mês imediatamente anterior. Essa trajetória de deterioração dos rendimentos médios nominais foi provocada basicamente pelo comportamento dos rendimentos dos trabalhadores informais, sobretudo os trabalhadores por conta própria, uma vez que tanto os servidores públicos quanto os assalariados formais apresentaram crescimento em seus rendimentos (3,2% e 5,4%, respectivamente, ao final de 2003), conforme pode ser observado na Tabela 1, que mostra as variações em 12 meses dos rendimentos nominais segundo a categoria da ocupação.

Por seu turno, a variação mensal dos preços aos consumidores, depois de atingir 3,4% em novembro de 2002 (49,2% anualizados!), segundo o INPC, chegou a 2,5% em janeiro, passando a mostrar, a partir daí, uma queda consistente, até chegar a uma ligeira deflação de 0,1% no mês de julho.

A combinação de rendimentos nominais deteriorados e alta inflação compôs, portanto, um quadro de perda sistemática do poder de compra das remunerações (Gráfico 3), situação que só poderia ser revertida com uma inflexão no comportamento desses dois componentes. Como a inflação já estava praticamente sob controle desde meados do ano, caminhando para um patamar que hoje vem a ser a meta anual de 5,5%, a exigência maior passou a ser a recuperação dos rendimentos nominais.

Esse processo, contudo, demandou um prazo maior para se efetivar, iniciando-se somente em 2004, quando os rendimentos médios nominais habitualmente recebidos exibiram taxas de crescimento mensais ao longo de todo o primeiro trimestre, acumulando uma alta de 5,3% sobre o patamar alcançado em dezembro passado. O impacto dessa melhoria na evolução mensal é visível nas variações em 12 meses mostradas na Tabela 1, destacando-

TABELA 1

**PME: Evolução dos Rendimentos Nominais segundo a Categoria da Ocupação**

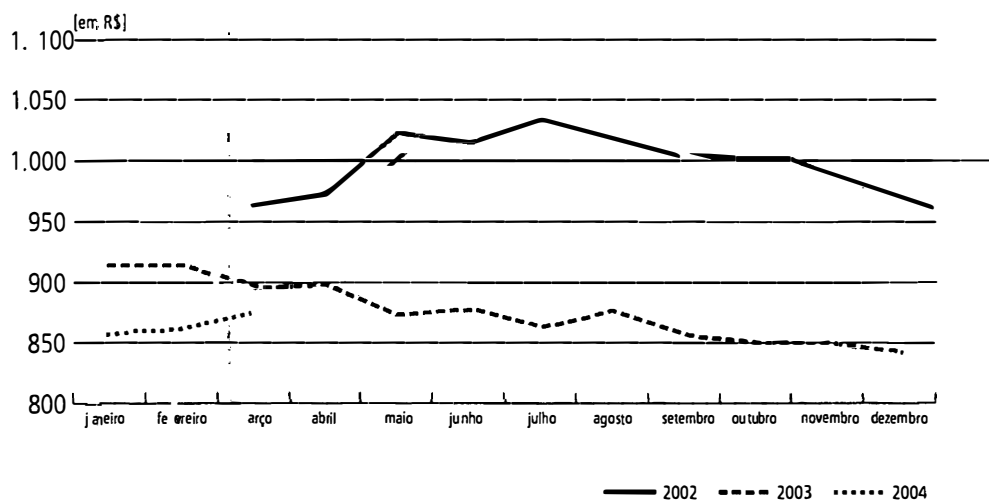
[variações em 12 meses (%)]

	Sector Público	Sector Privado com Carteira	Sector Privado sem Carteira	Conta-Própria	Total
Mar./03	18,6	14,2	9,4	-5,3	9,7
Abr./03	8,2	16,2	9,1	-3,6	9,9
Mai./03	6,8	10,5	5,8	-6,4	2,5
Jun./03	9,3	8,2	9,1	-4,1	3,4
Jul./03	6,7	4,8	3,1	-6,8	-1,3
Ago./03	10,4	6,3	11,9	-7,3	1,2
Set./03	10,6	3,0	14,9	-5,8	0,3
Out./03	6,4	3,7	10,1	-9,5	-1,6
Nov./03	4,1	5,0	10,7	-9,9	-1,9
Dez./03	3,2	5,4	-2,9	-10,5	-3,4
Jan./04	2,3	8,7	6,1	-0,4	1,6
Fev./04	-1,1	7,3	1,9	1,7	1,0
Mar./04	1,8	5,7	1,6	9,0	3,7

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/Dimac.

GRÁFICO 3

### Brasil Metropolitano: Rendimentos Reais Habitualmente Recebidos



Fonte: PME/ABGE.

se a recuperação ocorrida nos rendimentos dos trabalhadores por conta própria, particularmente auspiciosa, pois uma das principais características de consolidação da fase ascendente do ciclo econômico no mercado de trabalho é o crescimento desse indicador.

Como resultado dessa evolução favorável dos rendimentos nominais e da inflação, os rendimentos médios reais passaram também a exibir uma trajetória de crescimento, com os ganhos nominais resultando em um aumento real de 3,8%, também na comparação de março último com dezembro de 2003.

Uma outra forma de se perceber a transformação que está em curso na situação dos rendimentos reais é acompanhar a evolução das variações em 12 meses das três variáveis. A Tabela 2, a seguir, permite que os efeitos positivos do comportamento recente dos rendimentos nominais e da queda da inflação sejam facilmente visualizados.

No primeiro semestre de 2003 os rendimentos nominais ainda apresentavam variações positivas, bastante altas até o mês de abril, na comparação com os mesmos meses de 2002. Porém a aceleração inflacionária ocorrida ao final do ano anterior passou a impor elevadas perdas em termos de rendimentos reais. Quando, a partir de setembro, a inflação, em termos anuais, começa a ceder, os rendimentos nominais passam a manifestar a deterioração já mencionada, fazendo com que os rendimentos reais continuem a mostrar fortes quedas. Somente quando os rendimentos nominais voltam a exibir variações positivas (janeiro deste ano) é que a recuperação dos rendimentos reais, beneficiando-se também da continuidade da queda da inflação, passa a mostrar uma evolução mais rápida, situando-se, em março último, apenas 2,4% abaixo do verificado em março do ano passado.

Considerando as perspectivas positivas da ocupação, ressaltadas anteriormente, é de todo legítimo esperar-se para os próximos meses uma continuidade desse processo de recuperação dos rendimentos nominais e, por conseqüência, dada a evolução provável dos preços, dos rendimentos reais. Com isso, a massa salarial real, variável fundamental na sustentabilidade do processo de crescimento da economia, também entrará, inclusive mais

rapidamente, num ciclo de crescimento: em março ela achava-se apenas 0,6% abaixo da verificada em março do ano passado, devendo mostrar uma variação positiva, na comparação de 12 meses, já em abril.

TABELA 2

**PME: Rendimentos Habitualmente Recebidos e INPC**

[variações em 12 meses (%)]

	Rendimentos Nominais	INPC	Rendimentos Reais
Mar./03	9,7	18,5	-7,2
Abr./03	9,9	19,4	-7,7
Mai./03	2,5	20,4	-14,7
Jun./03	3,4	19,6	-13,4
Jul./03	-1,3	18,3	-16,4
Ago./03	1,2	17,5	-13,8
Set./03	0,3	17,5	-14,6
Out./03	-1,6	16,1	-15,2
Nov./03	-1,9	12,8	-13,0
Dez./03	-3,4	10,4	-12,5
Jan./04	1,6	8,6	-6,2
Fev./04	1,0	7,5	-5,7
Mar./04	3,7	6,6	-2,4

Fonte: IBGE. Elaboração IPEADimac.



# **NOTA TÉCNICA**

**A UTILIZAÇÃO DA PED NO ACOMPANHAMENTO  
CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO  
METROPOLITANO**  
**Luiz Eduardo Parreiras**

**MUDANÇAS NA RELAÇÃO ENTRE A PME E A  
PED COM A NOVA METODOLOGIA DA PME**  
**Maurício Cortez Reis**

**REVENDO O CRESCIMENTO DA INFORMALIDADE  
E DE SUA DIMENSÃO PREVIDENCIÁRIA À LUZ  
DOS DADOS DA PNAD**  
**Luis Henrique Paiva**



## A UTILIZAÇÃO DA PED NO ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO

Luiz Eduardo Parreiras

Gestor governamental e economista do IPEA

Os dados geralmente mais utilizados para acompanhar a evolução do mercado de trabalho são aqueles produzidos pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, com a sua taxa de desocupação sendo considerada, inclusive, o indicador por excelência da situação do desemprego no país.

Esta nota técnica busca analisar, ainda que de forma meramente descritiva e limitada, algumas contribuições trazidas ao conhecimento da dinâmica do mercado de trabalho por uma outra pesquisa de características semelhantes, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Seade e pelo Dieese, em parceria com instituições regionais nos estados em que é executada. A análise será feita comparando-se as evoluções recentes, de forma regionalmente agregada, na PED e na PME, de dois indicadores selecionados do mercado de trabalho: o nível de ocupação e a taxa de desemprego. Além disso, para subsidiar os comentários a esses dois indicadores, serão feitas considerações, de forma não-sistemática, sobre a desocupação, a População Economicamente Ativa (PEA) e a taxa de participação.

Não será feita uma discussão das questões conceituais, metodológicas e amostrais que podem estar por trás das diferenças de números gerados pelas duas pesquisas, embora algumas delas sejam ressaltadas pontualmente. A bibliografia indicada ao final poderá auxiliar no entendimento das principais dúvidas.

A nota está estruturada em três seções, além desta introdução. Na primeira seção é feita uma breve apresentação da PED, sendo destacados apenas os aspectos necessários à delimitação e melhor compreensão da discussão subsequente. A seção seguinte examina o comportamento, entre janeiro de 1998 e dezembro de 2003, dos indicadores selecionados, segundo a PED e a PME. A terceira e última seção, como conclusão, procura sintetizar as principais questões levantadas ao longo da seção precedente.

### 1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA PED

A PED, tanto quanto a PME, é uma pesquisa domiciliar contínua, de natureza amostral e periodicidade mensal. Atualmente, em termos de regiões metropolitanas, ela é realizada em seis: São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Embora o número de regiões seja igual ao da PME, os dois conjuntos não são os mesmos, uma vez que a PED não é realizada no Rio de Janeiro e a PME não cobre a região do Distrito Federal.<sup>1</sup> Nesse sentido, as análises comparativas desta nota irão envolver apenas os dados agregados das cinco regiões que são comuns às duas pesquisas.

Diferentemente da PME, a PED não foi iniciada simultaneamente em todas essas regiões: tendo começado em São Paulo, em 1985, ela estendeu-se para Brasília e Porto

1. A PED também é levantada no município de São Paulo e na região do ABC. A PME, por sua vez, também vem sendo realizada na região metropolitana de Curitiba, em convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (Ipardes), embora não seja incluída nas divulgações habituais feitas pelo IBGE.

Alegre (1992), Belo Horizonte (1995), Salvador (1996) e, finalmente, Recife (1997). Por essa razão o período considerado nesta nota inicia-se em novembro de 1997, pois só a partir daí é que se têm dados para todas as regiões comuns à PME.

Uma importante característica da PED, a ser ressaltada nas comparações que se seguirão, é que seus resultados são médias móveis trimestrais, com as informações relativas a determinado mês representando a média dos valores desse mês e dos dois meses imediatamente anteriores.

## **2 A PED, A PME E A CONJUNTURA DO MERCADO DE TRABALHO — 1998-2003**

Além da consideração das diferenças conceituais, metodológicas e amostrais entre as duas pesquisas, algumas observações devem ser feitas quanto aos números que serão apresentados, de forma a se conhecer melhor o possível alcance e as limitações desta proposta de análise comparativa.

Em relação à PED, seus dados não são divulgados de forma agregada e, nesta nota, a agregação foi feita a despeito de haver uma diferença metodológica entre os dados de São Paulo e os das demais regiões: nas séries divulgadas, expandidas segundo o Censo Demográfico de 2000, foi considerada como critério de expansão, para a região metropolitana de São Paulo, a População em Idade Ativa (PIA), enquanto nas demais regiões foi considerada — da mesma forma que na PME — a população residente.

No caso da PME, ao longo do período analisado os dados envolvem, para cada um dos indicadores, três conjuntos de séries (com trechos superpostos), tanto em virtude da mudança no referencial demográfico empregado para se fazer a expansão das amostras, como pela grande transformação metodológica pela qual a pesquisa passou:

*a)* o primeiro conjunto de números compreende o período janeiro/1998-dezembro/2002, quando os dados estão expandidos a partir do referencial da Contagem Populacional de 1996, e gerados ainda segundo a antiga metodologia;

*b)* um segundo conjunto é relativo ao período janeiro/2001-dezembro/2002, ainda segundo a antiga PME (APME), porém agora com a expansão dos dados referenciada no Censo de 2.000; e

*c)* o terceiro, compreendendo março/2002-dezembro/2003, é aquele em que os dados são gerados já com a nova metodologia (NPME).

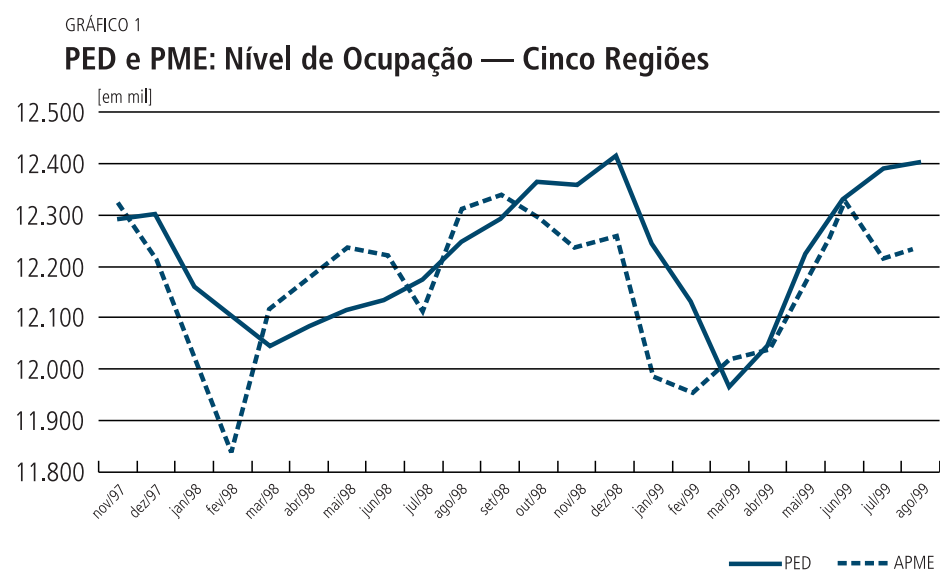
Finalmente, quanto ao período total analisado, ele foi dividido em quatro períodos menores, buscando-se com isso separar conjunturas distintas do mercado de trabalho: a situação de estagnação da ocupação e crescimento da taxa de desemprego, entre novembro de 1997 e agosto de 1999; o período de recuperação e expansão acelerada do emprego, entre setembro de 1999 e junho de 2001; a fase de desaceleração e indefinição de perspectivas, entre julho de 2001 e dezembro de 2002; e, em 2003, a fase de contração da economia no primeiro semestre e de início da recuperação no segundo.

### **2.1 O período novembro/1997-agosto/1999**

No final de 1997 a economia já tinha entrado em um processo recessivo, deflagrado pela eclosão da crise dos países asiáticos em setembro. A elevação brutal da taxa de juros, na tentativa de garantir o fluxo de capitais de curto prazo, a insegurança gerada pela evidente fragilidade da equação macroeconômica da época, a crise da Rússia em agosto e o início do

processo de instabilidade que acabaria por levar à mudança da política cambial, todos esses fatores transformaram 1998 em um ano perdido para o mercado de trabalho: nas cinco regiões aqui consideradas, a ocupação ao final do ano era 0,9% maior do que a de dezembro de 1997, segundo a PED, e apenas 0,3%, segundo a PME.

A partir da flexibilização do câmbio, no início de 1999, a economia começou a se recuperar e a ocupação passou a mostrar sinais de uma reação que acabou por se firmar no terceiro trimestre, marcando o fim do primeiro período aqui considerado. Em agosto de 1999 o nível de ocupação nas cinco regiões era cerca de 1,2% superior ao de 12 meses antes, segundo a PED, e de -0,6%, segundo a PME. Já na comparação com dezembro anterior, as variações são praticamente as mesmas: -0,1% e -0,2%, respectivamente. O Gráfico 1 mostra as séries do nível de ocupação segundo as duas pesquisas.

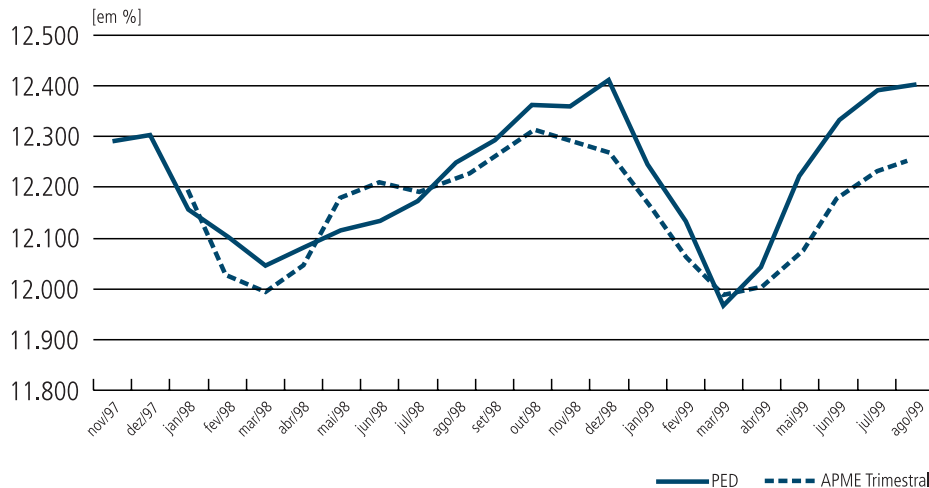


Sem desconsiderar as diferenças existentes entre as duas séries, pode-se afirmar que nesse período ambas expressam de forma muito semelhante a evolução da ocupação no conjunto das cinco regiões consideradas. Uma diferença que merece ser ressaltada, contudo, e que é visível no Gráfico 1, diz respeito a como a PME antecipa, relativamente ao que mostra a PED, as inflexões que ocorrem no movimento da ocupação: em março de 1998, quando aponta uma recuperação, ao passo que a PED ainda mostra um movimento de queda; em outubro de 1998, quando ela já indica uma reversão que a PED só irá sinalizar em janeiro; e novamente em março de 1999, de forma análoga ao ocorrido em 1998.

Essas antecipações decorrem, naturalmente, do caráter de média móvel trimestral que os dados da PED possuem, cujos efeitos ficam muito nítidos nas mudanças sazonais ou naquelas decorrentes do ciclo de negócios. O Gráfico 2, que foi elaborado transformando também os dados da PME em médias móveis trimestrais, parece confirmar essa análise: as duas antecipações ocorridas em março, de natureza sazonal, são anuladas e, como na PED, a ocupação só volta a crescer em abril. No caso da reversão de outubro, contudo, a coincidência não acontece, o que chama a atenção tanto para o papel que joga nessas diferenças a magnitude das variações recentemente ocorridas na trajetória de cada indicador, como também, é claro, as discrepâncias episódicas que podem ocorrer entre os levantamentos das duas pesquisas.

GRÁFICO 2

## PED e PME Trimestral: Nível de Ocupação — Cinco Regiões



Fontes: Seade/Dieese e IBGE. Elaboração própria.

Se no caso do indicador de ocupação as séries das duas pesquisas mostraram comportamento muito semelhante, qual será a situação no que se refere à taxa de desemprego?

Antes de se passar ao exame do comportamento da taxa de desemprego da PED, tendo a PME como referência de comparação, duas observações se fazem necessárias para situar o sentido que esse exame pretende ter, uma vez que as diferenças conceituais e de valores entre as taxas de desemprego da PED e da antiga PME são notoriamente muito grandes.

A primeira observação é que o indicador da PED a ser examinado é a chamada Taxa de Desemprego Aberto,<sup>2</sup> aquele que guarda analogia com a Taxa de Desemprego na antiga PME. A segunda é que o exame irá se interessar pelas questões relativas às variações dos indicadores e não pelas diferenças de nível que seus respectivos valores apresentam.

Em termos dos números exibidos, uma das principais características desse primeiro período, conforme já apontado, foi a drástica elevação da taxa de desemprego. Apesar de a ocupação ter ficado praticamente estável em 1997, a taxa de desemprego havia subido muito pouco, relativamente a 1966 (segundo os dados da PME). Porém, em 1988, o crescimento foi expressivo.

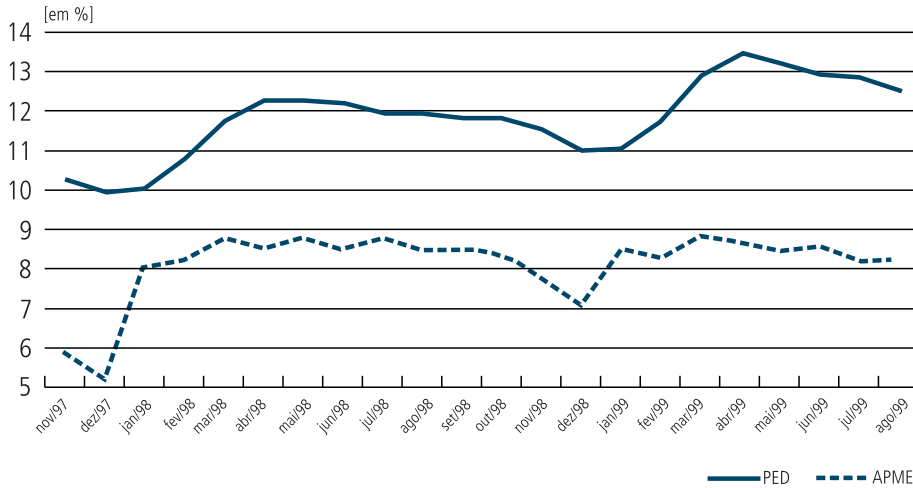
O Gráfico 3 mostra as curvas da taxa de desemprego segundo as duas pesquisas. Embora só existam, para 1997, os meses de novembro e dezembro, que apresentam como característica sazonal os menores valores desse indicador, pode-se afirmar que a mudança de patamar vista no gráfico corresponde, de fato, à variação havida em sua trajetória (a PME registrou em 1997 uma taxa média anual de 5,4%).

Da mesma forma que no indicador de ocupação, a semelhança *do comportamento* dos dados das duas pesquisas é bem grande. A grande discrepância de nível, decorrente de diferenças conceituais e, talvez, da forma de aplicação dos questionários, é quase constante. Pode-se notar, contudo, uma ampliação das diferenças dos valores em 1999: enquanto a taxa

2. A PED calcula ainda duas Taxas de Desemprego Oculto: por Desalento e por Precariedade. A Taxa de Desemprego Total é a soma dessas duas com a Taxa de Desemprego Aberto. No texto e nos gráficos tomou-se a liberdade de denominar simplesmente Taxa de Desemprego a Taxa de Desemprego Aberto da Fundação Seade-Dieese.

GRÁFICO 3

**PED e PME: Taxa de Desemprego — Cinco Regiões**



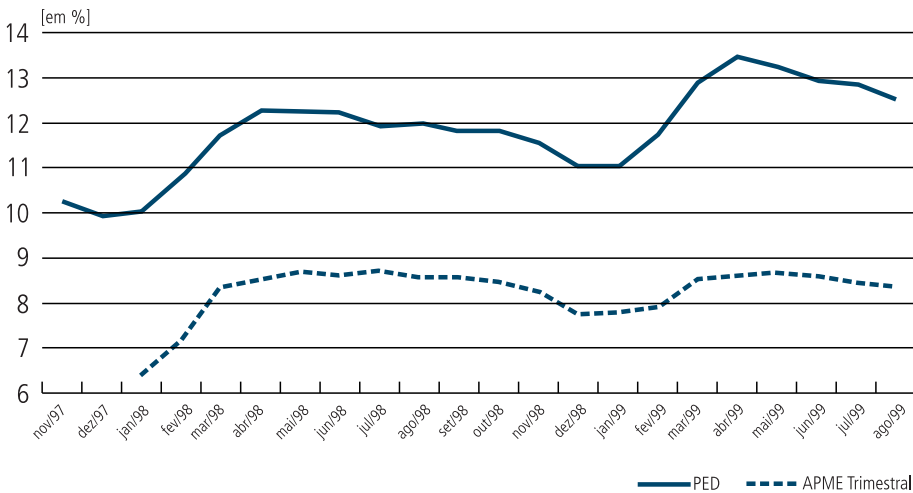
Fontes: Seade/Dieese e IBGE. Elaboração própria.

de desemprego da PED parece querer passar da faixa de 11% a 12% para a faixa de 12% a 13%, a PME mantém-se praticamente no mesmo nível.

Em relação ao caráter de média móvel trimestral dos dados da PED, discutido na análise do indicador de ocupação, as mesmas questões aqui também se colocam. No Gráfico 4, da mesma forma que anteriormente, os dados da PME são transformados em médias trimestrais. A sua comparação com o Gráfico 3 permite perceber a melhoria na sincronia de movimentos da PED e da PME e torna mais nítida a diferença de comportamento no início de 1999, com a taxa de desemprego da PED crescendo mais que a da PME.

GRÁFICO 4

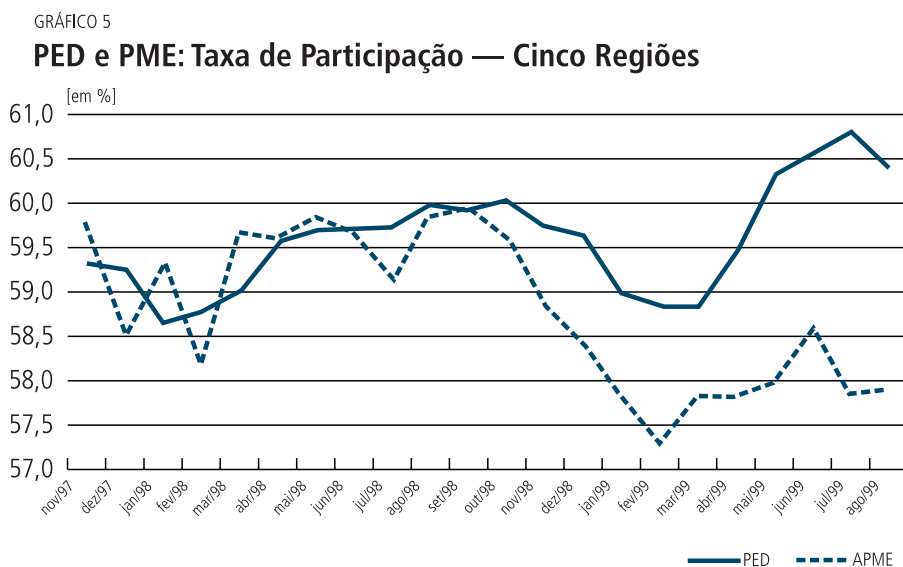
**PED e PME Trimestral: Taxa de Desemprego — Cinco Regiões**



Fontes: Seade/Dieese e IBGE. Elaboração própria.

Lembrando que a variação da ocupação entre dezembro de 1998 e agosto de 1999 foi praticamente a mesma, segundo a PED e a PME (-0,1% e -0,2%, respectivamente), a explicação para essa diferença na evolução da taxa de desemprego foi, naturalmente, um

aumento maior no número de desempregados<sup>3</sup> na PED. Mas, esse aumento na desocupação foi decorrência do mero crescimento populacional, na ausência de novas oportunidades de trabalho, ou terá havido também uma elevação da taxa de participação? O Gráfico 5 mostra com clareza a resposta a essa questão: as duas taxas de participação caminharam juntas até setembro de 1998 e inauguraram, a partir daí, um período de divergências, com a taxa da PED caindo bem menos que a da PME, até fevereiro-março de 1999, e subindo bem mais na fase de crescimento subsequente.



Essa divergência deve ser ressaltada, pois ela não se mostrará episódica, o que a transforma num elemento importante no conjunto das diferenças em relação aos resultados mostrados pela PME.

## 2.2 O período setembro/1999-junho/2001

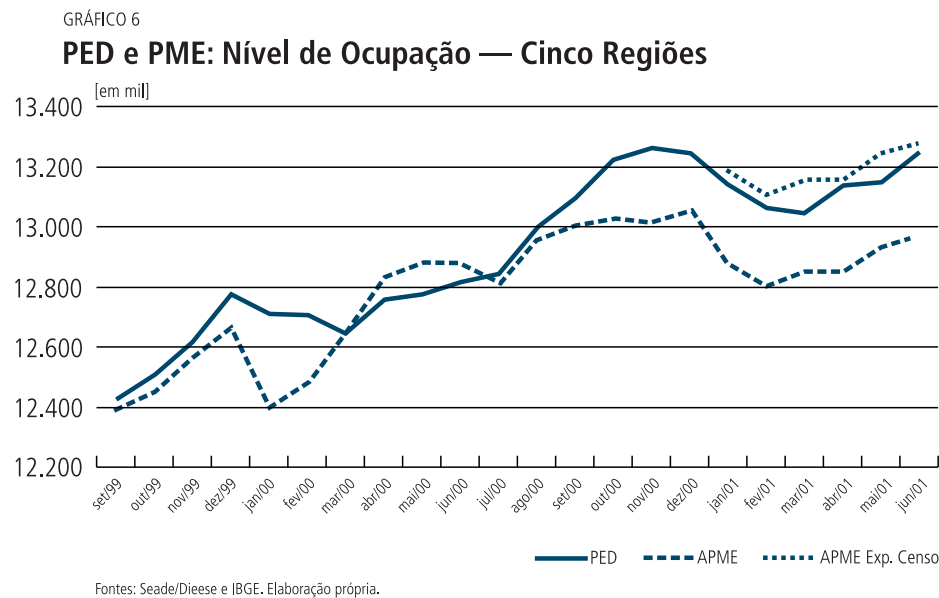
Tendo sido rompida no início do ano a camisa-de-força do câmbio sobrevalorizado, a economia iniciou um processo de reação que iria se mostrar extremamente benéfico para o mercado de trabalho: a variação anual do PIB no último trimestre já chegava a 3,3% sobre igual período de 1998 e, no primeiro trimestre de 2000, a 5,3% sobre o início do ano anterior. Essa recuperação levou a ocupação a reagir de forma extraordinária, considerando-se a sua evolução, até então, na década de 1990.

De fato, uma das características do mercado de trabalho nessa década foi a sua baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, mesmo nos momentos de maior dinamismo da produção. O processo de reestruturação produtiva por que passou a economia brasileira para fazer face ao aumento da concorrência, provocado tanto pela abertura comercial como pelo câmbio sobrevalorizado, levou a um enxugamento sem precedentes nos quadros de pessoal das empresas. Com isso, o processo correlato de aumento acentuado da produtividade do trabalho não poderia mesmo ser propício a uma expansão mais expressiva do emprego.

3. A variação percentual do número de desempregados nesse período foi até maior na série original da PME, pois a base de comparação, dezembro, foi um mês de desemprego baixo (sazonal), como pode ser visto no Gráfico 3. Se considerada, porém, a série trimestral, a sua variação é a metade da PED.

Ocorre que, já para o final da década, o grande ciclo de reestruturação das empresas tinha se completado e as condições passavam a ser favoráveis a uma resposta positiva do emprego aos estímulos da produção, como a que ocorreu no período agora considerado.

No Gráfico 6 pode ser visto como, ao contrário do ocorrido no período anterior, quando a ocupação (em ambas as pesquisas) ficou oscilando, *grosso modo*, em torno de 12,2 milhões de pessoas, nessa conjuntura ela cresce decididamente até situar-se, em poucos meses, no patamar de, aproximadamente, 13,2 milhões de trabalhadores ao final de 2000, um crescimento, em setembro, de 5,4% sobre 12 meses antes, início deste período.

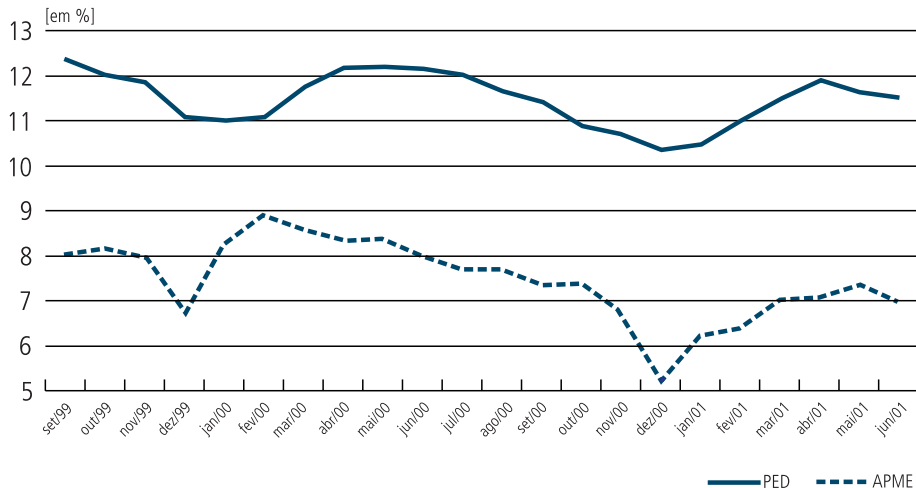


Um ponto que chama a atenção no Gráfico 6 é o descolamento que a curva da PED apresenta, relativamente à PME. O que, à primeira vista, pode parecer uma diferença de comportamento é, contudo, decorrente da diferença de referencial utilizado na expansão da amostra, problema já apontado anteriormente, e que se torna maior quanto mais a comparação se distancia de 1996, ano da contagem populacional em que essa série da PME está referenciada. Nesse sentido, o gráfico apresenta também, ao final do período, seis observações da PME expandidas, como a PED, também pelo Censo de 2000: pode-se perceber que a distância que se criara é anulada quando a referência de expansão passa a ser a mesma. Assim, considerando essa circunstância, pode-se dizer que também nesse período os dados de ocupação da PED guardam uma proximidade grande com a PME.

Em relação à taxa de desemprego, o exame do Gráfico 7 não deixa perceber com muita clareza a existência ou não de alterações no comportamento da PED, relativamente à PME, embora pareça haver, no final do período, uma ligeira ampliação da distância entre elas.

O exame do nível de desocupação em ambas as pesquisas não pode confirmar a impressão visual proporcionada pelo Gráfico 7, em decorrência de as diferenças dos critérios de expansão das amostras tornarem-se particularmente agudas nesse final do período. Contudo, aceitando-se como fato a proximidade dos números de ocupação, conforme já visto, esse aumento do número de desempregados pode ser inferido do aumento das diferenças entre as taxas de participação. O Gráfico 8 mostra a evolução das taxas de participação desde

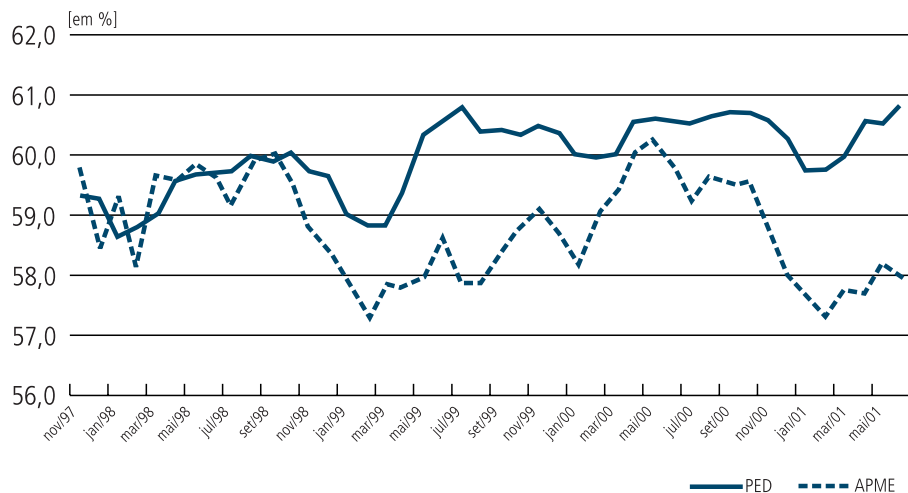
GRÁFICO 7

**PED e PME: Taxa de Desemprego — Cinco Regiões**

Fonte: Seade/Dieese e IBGE. Elaboração própria.

novembro de 1997, ou seja, englobando também o período anterior, para que se possa perceber com mais nitidez a tendência de descolamento entre elas, apesar da aproximação quase pontual havida no primeiro semestre de 2000: a taxa de participação da PED cresceu mais rapidamente que a da PME, ao iniciar-se a recuperação da ocupação ao final do período anterior, conforme já visto, e não mostrou neste período a queda apontada pela PME no segundo semestre de 2000, além de recuperar-se com mais vigor da queda sazonal do início de 2001.

GRÁFICO 8

**PED e PME: Taxa de Participação — Cinco Regiões**

Fontes: Seade/Dieese e IBGE. Elaboração própria.

**2.3 O período julho/2001-dezembro/2002**

O dinamismo com que o ano de 2001 havia se iniciado foi abalado já em março com a “contaminação” da crise argentina, sofrida pelo Brasil. Logo no mês seguinte, a eclosão do problema energético acabou por provocar uma inversão das expectativas otimistas que o ano de 2000 tinha ajudado a formar. A tensão que se criou só começou a se dissipar no final do

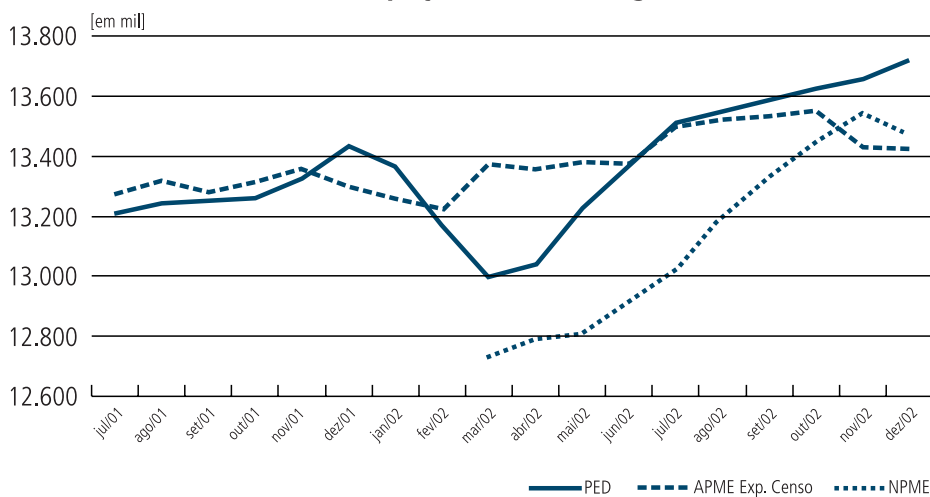
ano, quando os indicadores de risco e a pressão sobre o câmbio deram mostras de ceder. Dessa forma, o ano de 2002 pôde começar com um otimismo cauteloso, com um horizonte de possibilidades positivas que também acabaram, contudo, por se frustrar com as tensões pré-eleitorais e o descontrole de preços do último trimestre. Foi, portanto, um período de indefinições, uma conjuntura difícil de ser caracterizada de forma clara: depois da exuberância de 4,4% em 2000, o PIB cresceu medíocres 1,3% em 2001 e 1,9% em 2002.

Nesse contexto, o desempenho da ocupação não foi dos piores: se em 2000 ela havia crescido 4,7%, na média anual das cinco regiões, tanto pela PED quanto pela PME, em 2001 esse crescimento foi de 2,2% e 3,2%, e, em 2002, de 1,4% e 1,2%, respectivamente. Note-se que as variações na ocupação só não foram maiores que as do PIB em 2002, indicando uma grande sensibilidade da resposta do emprego às variações do produto.

Como novidade, nesse período a PME inicia a divulgação de seus resultados a partir da utilização de uma nova metodologia. Isso, como poderá ser visto, traz mudanças consideráveis aos seus dados e, por conseqüência, às relações que os mesmos mantêm com a PED.

O Gráfico 9 mostra as curvas do nível de ocupação da PED, da antiga e da nova PME, sendo esta última apenas a partir de março, quando já estão disponíveis dados para todas as cinco regiões aqui consideradas. Pode-se perceber que, na comparação com a antiga PME, a PED continua mantendo o mesmo padrão de convergência que já a caracterizava, salvo as diferenças apontadas de expansor e de sazonalidade distinta. A curva da nova PME apresenta, contudo, um movimento que é, aparentemente, semelhante ao da PED, como se a diferença fosse apenas de nível, mas que, olhado com atenção, revela um dinamismo bem mais pronunciado, completamente distinto, por seu turno, do exibido pela antiga PME.

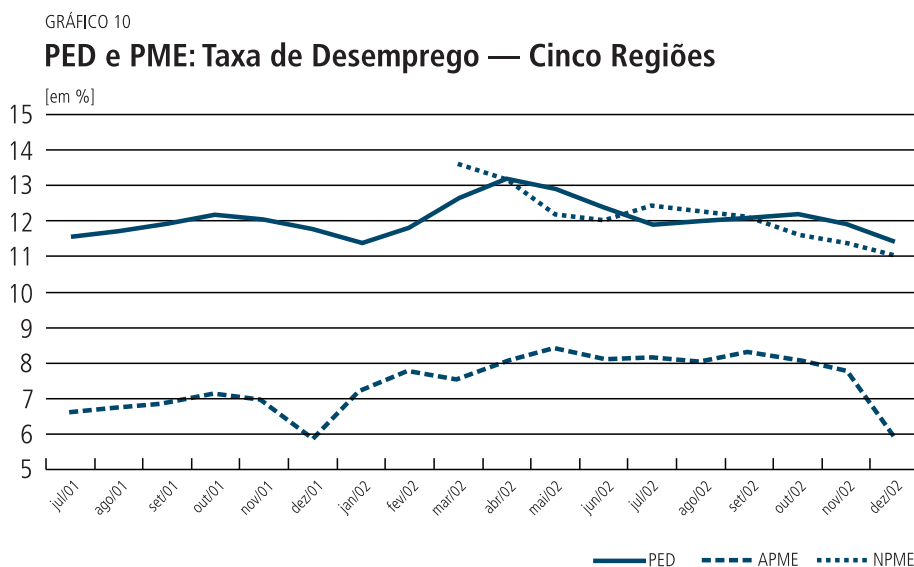
GRÁFICO 9

**PED e PME: Nível de Ocupação — Cinco Regiões**

Fontes: Seade/Dieese e IBGE. Elaboração própria.

Quanto à taxa de desemprego, depois de manter uma certa estabilidade ao final de 2001, ela passou a mostrar um movimento de aumento, em decorrência do impulso sazonal da taxa de participação no segundo trimestre de 2002, mas que foi contido pelo crescimento da ocupação ocorrido no segundo semestre, como visto anteriormente. No Gráfico 10, em que curvas da taxa de desemprego podem ser analisadas, o mais interessante, con-

tudo, parece ser a semelhança entre os dados da PED e os resultados da taxa de desemprego<sup>4</sup> segundo a nova PME. Com suas curvas praticamente entrelaçadas, não só a antiga diferença de nível foi eliminada, como também, aparentemente, a tendência à ampliação dessa diferença, que parecia estar se manifestando, e que seria decorrência de um crescimento maior do contingente de desempregados, associado, por sua vez, a um ligeiro aumento da taxa de participação, enquanto na PME a tendência era de declínio desse último indicador.



## 2.4 O período janeiro/2003–dezembro/2003

A tônica econômica desse último período foi o esforço fiscal e a política monetária desenvolvidos para debelar o surto inflacionário, o descontrole da taxa de câmbio e a erosão dos indicadores de risco que eclodiram ao final do período anterior. Contudo, ao lado dos êxitos obtidos nesse terreno e da melhoria das contas externas propiciada por elevados superávits comerciais, instalou-se um quadro recessivo que fez com que em 2003 o PIB apresentasse um ligeiro recuo (da ordem de 0,2%).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, as principais conseqüências foram o crescimento da taxa de desemprego e o aprofundamento da queda dos rendimentos médios reais, processo que já se vinha desenvolvendo desde 1998, sem sofrer interrupção nem mesmo em 2000.

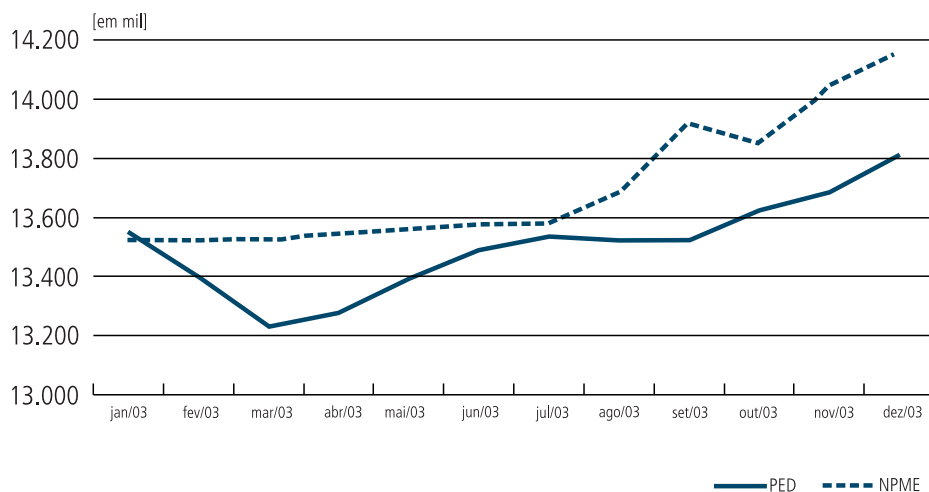
No que diz respeito ao exame do comportamento dos indicadores da PED e da PME que estão sendo aqui analisados, nível de ocupação e taxa de desemprego, os seus valores nesse último período apresentam importantes pontos de discussão. Quanto ao primeiro deles, o Gráfico 11 mostra a continuidade do fenômeno observado no período anterior, relacionado à elevada taxa de crescimento do nível de ocupação, segundo os dados da nova PME. Como pôde ser revisto no Gráfico 9, a curva de ocupação da PME, que se inicia em março de 2002 bem abaixo da PED, passa a crescer a taxas muito altas, chegando quase a alcançar o nível apresentado por essa última em novembro, o que acaba por acontecer em janeiro de 2003. A partir daí, depois de apresentar uma certa estabilidade até julho, quando

4. A expressão utilizada para esse indicador na nova PME é Taxa de Desocupação.

a PED quase a alcança, volta a se afastar, chegando a dezembro com uma diferença que parecia se ampliar ainda mais.

GRÁFICO 11

**PED e PME: Nível de Ocupação — Cinco Regiões**



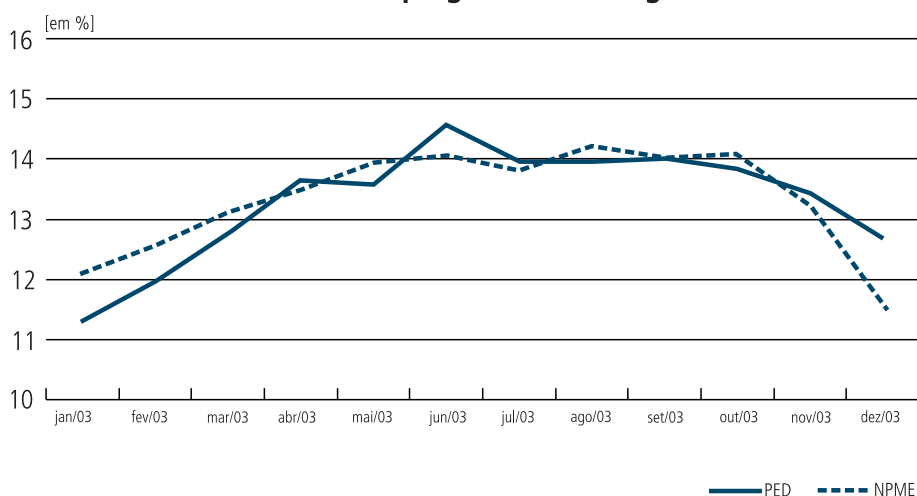
Fontes: Seade/Dieese e IBGE. Elaboração própria.

Essas diferenças de comportamento são traduzidas nas seguintes diferenças de taxas de variação: enquanto a PED apresenta uma variação de 0,6% no período janeiro-março de 2003, comparado com os mesmos meses de 2002, a variação segundo a nova PME é de 4,7%. Considerando a recessão econômica havida em 2003, a variação mostrada pela PED está muito mais de acordo com aquilo que seria de se esperar da reação do mercado de trabalho.

Essas diferenças nas estimativas da ocupação têm, naturalmente, implicações sobre os dados da taxa de desemprego. Embora as duas pesquisas coincidam em registrar praticamente os mesmos números desse último indicador, na média março-dezembro de 2002 (12,3% e 12,4%, para a PED e PME, respectivamente) e de 2003 (13,6% em ambas), conforme pode ser percebido pela observação dos Gráficos 10 e 12, e portanto o mesmo aumento entre os dois períodos, as razões para tanto, em cada uma das pesquisas, são diversas.

GRÁFICO 12

**PED e PME: Taxa de Desemprego — Cinco Regiões**



Fontes: Seade/Dieese e IBGE. Elaboração própria.

No caso da PED, o aumento verificado na taxa de desemprego aberto se deu em função de um baixíssimo crescimento do nível de ocupação, como observado, e de um crescimento de 14% da desocupação. Já no caso da PME, como suas estimativas para a evolução da ocupação, conforme visto, são muito elevadas, o aumento da taxa de desemprego só aconteceu porque o crescimento da desocupação foi ainda mais notável: cerca de 18,4% no período considerado.

É claro que tais diferenças quantitativas no mecanismo de aumento da taxa de desemprego levam a avaliações distintas em relação ao que aconteceu no mercado de trabalho metropolitano no último ano. Se a PME for tomada como referência, pode-se dizer que esse mercado apresentou elevado dinamismo, com o nível de ocupação crescendo a taxas expressivas, totalmente descoladas da variação do PIB. O aumento da desocupação e a conseqüente elevação da taxa de desemprego seriam, então, decorrentes da maior participação das pessoas no mercado de trabalho, talvez em função do próprio dinamismo apresentado pela demanda e/ou da pressão provocada pela queda dos rendimentos reais. Em outras palavras, o problema estaria no excessivo aumento da PEA, a uma taxa bem superior (6,4%, no conjunto de regiões considerado) à da demanda por trabalho. A elevação da taxa de participação seria a expressão dessa maior pressão da oferta: na média do período março-dezembro ela subiu 2,4 p.p., passando de 55,7% para 58,1%, entre 2002 e 2003.

Já segundo a PED, a taxa de participação cresceu apenas 0,3 p.p., nessa mesma comparação, sendo o aumento da taxa de desemprego uma conseqüência quase exclusiva da incapacidade de a demanda — praticamente estagnada — absorver o crescimento da PEA, pouco superior à mera expansão demográfica. Uma avaliação da situação do mercado de trabalho feita a partir do exame desses dados é, portanto, bastante distinta.

### 3. CONCLUSÃO: ALGUNS PONTOS PARA A CONTINUIDADE DA REFLEXÃO

Um balanço da análise da evolução dos indicadores de ocupação e taxa de desemprego da PED em conjunturas distintas do mercado de trabalho, nos últimos seis anos, tendo como contraste as estimativas da PME, deve necessariamente ter como referência a mudança havida nesta última.

Em relação à antiga PME, pôde ser percebida uma grande convergência nas estimativas do nível de ocupação, não importando a conjuntura. Já em relação à taxa de desemprego, a situação não se apresenta da mesma maneira: sem considerar a grande diferença de nível, a PED mostrou-se mais propensa a incorporar pessoas ao seu contingente de desempregados (mesmo no conceito de desemprego aberto) ao longo do tempo, o que veio a determinar uma ampliação das diferenças entre a sua taxa de desemprego e a da PME. De forma correlata, a taxa de participação da PED não mostrou a tendência de queda que caracterizava esse indicador na antiga PME.

Em relação à nova PME, o quadro praticamente se inverte: as estimativas de ocupação passam a discrepar fortemente, e as taxas de desemprego a mostrar uma convergência notável, tanto em termos do nível das variáveis quanto do seu comportamento. A inversão do quadro só não é completa porque, à luz do dinamismo mostrado pela ocupação, para que as taxas de desemprego convirjam, o aumento da desocupação ultrapassa o verificado na PED, implicando — ambos os fenômenos — uma aceleração do crescimento da PEA e uma tendência da taxa de participação crescer mais que o observado na PED.

Como a metodologia da PED não variou no período, pode ser um bom recurso inverter o ponto de vista aqui adotado e tomá-la como referencial heurístico para melhor compreender as transformações havidas nas estimativas da PME.

Um outro ponto é o que se refere à característica de média móvel que a PED tem. Como foi visto, essa característica pode confundir o analista desavisado, pois em determinados momentos ela chega a inverter o sentido das variações que estão em curso no curtíssimo prazo. Assim, impõe-se que seus indicadores sejam utilizados de forma dessazonalizada, para minimizar, pelo menos na questão sazonal, a possibilidade de adoção de uma perspectiva que vá em sentido contrário à realidade dos fatos.

Como conclusão, cabe registrar que um estudo comparado como o feito aqui, envolvendo estimativas agregadas das cinco regiões que são comuns às duas pesquisas, suscita a curiosidade de saber qual seria a transformação que esses resultados teriam se fosse levada em consideração, na PME, a região metropolitana do Rio de Janeiro e, na PED, a de Brasília. Levando essa curiosidade mais além, como se mostraria a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, à luz de indicadores que também fossem representativos das demais regiões metropolitanas? E do Brasil urbano não-metropolitano? E do rural?

### **BIBLIOGRAFIA**

DIEESE-SEADE. *Controvérsia sobre as taxas de desemprego*. <http://www.dieese.org.br/ped/ped.html> (em 12 de maio de 2004).

HOFFMAN, M. B., CUTRIM, M. A. B. *O desemprego no Brasil: como medi-lo*. São Paulo, 2000, mimeo.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Rio de Janeiro, 2002 (Série Relatos Metodológicos, v. 23).

———. *Relatório sobre a transição metodológica*. [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/transmetod.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/transmetod.pdf) (em 12 de maio de 2004).

SEADE. *Atualização dos valores absolutos das séries divulgadas pela PED*. [http://www.seade.gov.br/cgi-bin/pedmv98/ped\\_01.ksh](http://www.seade.gov.br/cgi-bin/pedmv98/ped_01.ksh) (em 12 de maio de 2004).

## MUDANÇAS NA RELAÇÃO ENTRE A PME E A PED COM A NOVA METODOLOGIA DA PME

Maurício Cortez Reis

Professor do Deptº de Economia da PUC - Rio

### 1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE desde 1982 nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras,<sup>1</sup> passou por modificações importantes em 2001. Essa revisão na pesquisa incluiu ajustes no plano de amostragem, modificações na cobertura geográfica, assim como mudanças nas definições de população em idade ativa (PIA), população ocupada e população desocupada [ver IBGE (2004)]. Os resultados obtidos com a nova pesquisa começaram a ser divulgados a partir de outubro de 2001, e pôde se perceber que as mudanças metodológicas alteraram de maneira significativa as trajetórias de algumas variáveis importantes do mercado de trabalho, como a População Economicamente Ativa (PEA), a ocupação, a desocupação e a taxa de desemprego.

Uma outra pesquisa mensal sobre a força de trabalho no Brasil é a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que é coordenada pela Fundação Seade e calculada para algumas regiões metropolitanas em parceria com órgãos regionais.<sup>2</sup> Essa pesquisa oferece informações sobre diversas séries históricas para o mercado de trabalho brasileiro e não passou por mudanças metodológicas no período de alterações da PME.

O objetivo desta nota é apresentar uma análise descritiva dos comportamentos da PEA, dos totais de ocupados e desocupados e da taxa de desemprego na PME e na PED. Essa análise procura enfatizar as diferenças nas relações entre as duas pesquisas antes e depois da mudança metodológica da PME. Para isso, são apresentadas as correlações entre a PME e a PED para as trajetórias dessas quatro variáveis ao longo do tempo. Em seguida, a partir da extração das tendências de longo prazo, são analisadas as relações entre os comportamentos cíclicos de cada uma das séries na PME e na PED.

### 2 COMPORTAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO, DO EMPREGO E DO DESEMPREGO NA PME E NA PED

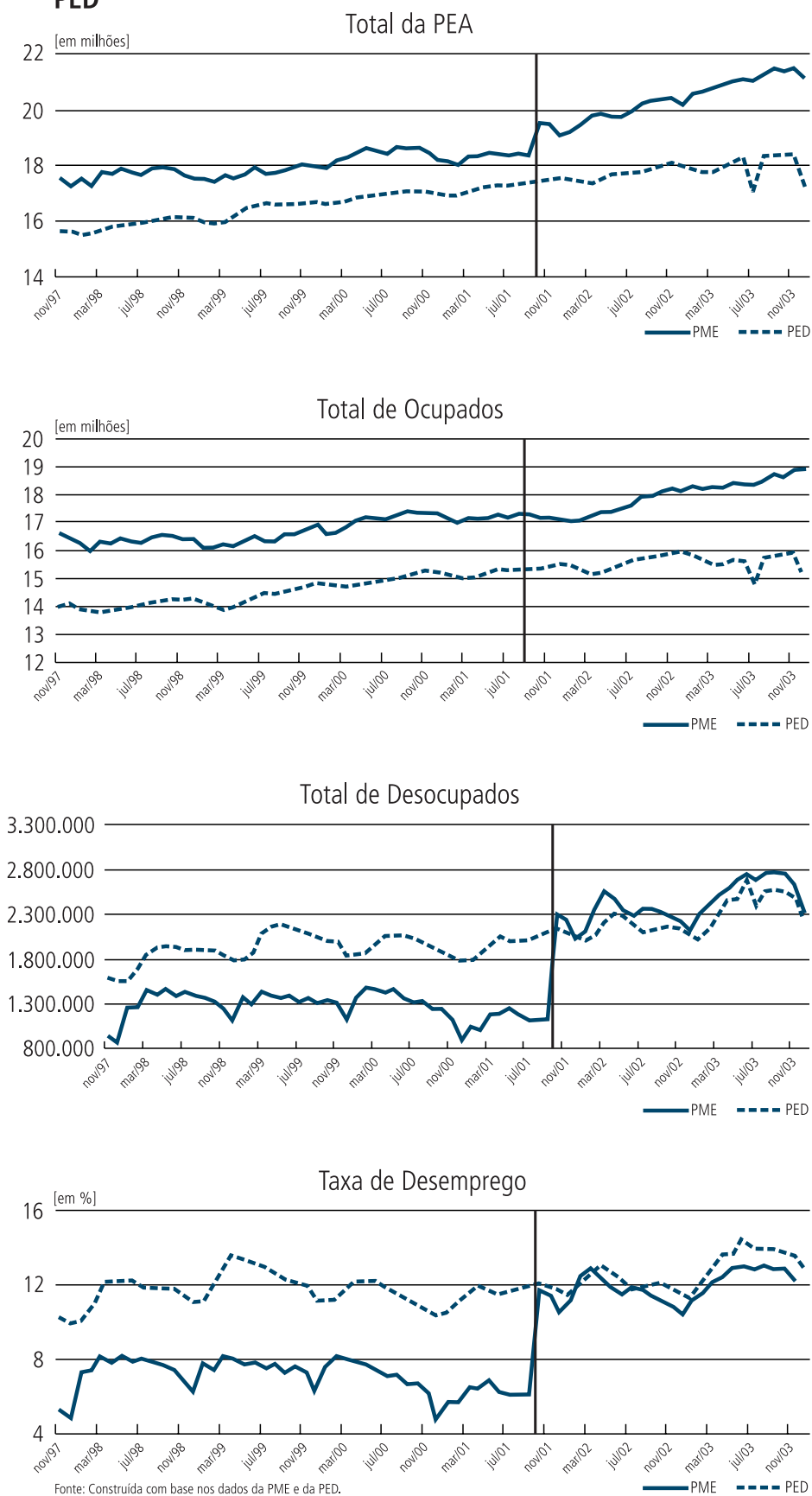
O Gráfico 1 (conjunto de gráficos) apresenta as trajetórias, entre novembro de 1997 e dezembro de 2003, da PEA, dos totais de ocupados e desocupados e da taxa de desemprego na PME e na PED. A escolha de novembro de 1997 como o período inicial se deve ao fato de que nessa data Recife foi incorporada à PED, que passou a contar a partir de então com cinco regiões metropolitanas em comum com a PME. Os valores representados nesse gráfico são referentes aos totais das regiões metropolitanas em cada pesquisa. Em cada um dos gráficos está destacado o período de mudança na metodologia da PME (outubro de 2001).

1. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

2. A PED é calculada para São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Curitiba. Nesta nota, não estão incluídos os dados para Curitiba.

GRÁFICO 1

**PEA, Ocupação, Desocupação e Taxa de Desemprego — PME e PED**



O gráfico referente à PEA mostra que tanto na PME quanto na PED a tendência é de aumento dessa variável ao longo do tempo. Devido às diferenças no critério de classificação, a força de trabalho na PME é maior do que na PED, e até setembro de 2001 essa diferença se manteve aproximadamente constante. Depois de outubro de 2001, entretanto, a PEA na PME passou a crescer mais rápido do que na PED.

As trajetórias do total de ocupados na PME e na PED apresentaram comportamentos semelhantes até setembro de 2001. A partir de outubro de 2001, o total de ocupados na PME passou a aumentar mais intensamente do que na PED, ampliando ainda mais a diferença entre as duas pesquisas para essa variável.

Até setembro de 2001 o número de desocupados na PED era significativamente maior do que na PME. Com a mudança de metodologia ocorreu um grande aumento no total de desocupados da PME, e a diferença entre as duas pesquisas diminuiu bastante.

A taxa de desemprego registrada pela PED era muito maior do que a da PME para o período de novembro de 1997 a setembro de 2001. Após a mudança metodológica, porém, ocorreu um aumento na taxa de desemprego da PME, como resultado do crescimento no número de desempregados. Com isso, a diferença em relação à PED diminuiu consideravelmente, e em alguns períodos a taxa de desemprego da PME chegou a ser até maior do que a da PED.

A Tabela 1 apresenta as correlações entre a PME e a PED para as séries da PEA, de ocupados e desocupados e para a taxa de desemprego. Essas correlações são calculadas separadamente para os períodos correspondentes à PME antiga (entre novembro de 1997 e setembro de 2001) e à PME nova (entre outubro de 2001 e dezembro de 2003). A tabela mostra as correlações para o total de cada pesquisa, por região metropolitana e para o total considerando apenas as regiões metropolitanas comuns.

A correlação entre a PED e a PME antiga para a PEA é bem elevada no total (0,87). Já a correlação entre a PED e a PME nova para essa variável é de 0,53. Para o total de ocupados, a correlação encontrada entre a PED e a PME antiga é de 0,94, e os valores também são

TABELA 1

### Correlações entre a PME e a PED para: PEA, Ocupação, Desocupação e Taxa de Desemprego

		São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total	Total – 5 RMs Comuns <sup>a</sup>
Total de Ocupados	Nov-1997 a set-2001	0,95*	0,78*	0,80*	0,60*	0,88*	0,94*	0,95*
	Out-2001 a dez-2003	0,66*	0,76*	0,59*	-0,04	0,78*	0,32	0,41*
Total de Desocupados	Nov-1997 a set-2001	0,49*	0,57*	0,58*	0,68*	0,47*	0,49*	0,50*
	Out-192001 a dez-2003	0,78*	0,65*	0,57*	0,76*	0,69*	0,87*	0,86*
PEA	Nov-1997 a set-2001	0,91*	0,74*	0,81*	0,58*	0,79*	0,87*	0,90*
	Out-2001 a dez-2003	0,80*	0,74*	0,92*	0,50*	0,91*	0,53*	0,57*
Taxa de Desemprego	Nov-1997 a set-2001	0,65*	0,67*	0,55*	0,71*	0,47*	0,65*	0,65*
	Out-2001 a dez-2003	0,74*	0,60*	0,40*	0,68*	0,57*	0,83*	0,85*

Fontes: PME e PED.

<sup>a</sup> São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

\* Mostra que a correlação é significativa ao nível de 5%.

elevados para cada uma das regiões metropolitanas individualmente. Comparando a PED com a PME nova, a correlação para o total de ocupados é de 0,32 no total. De acordo com a Tabela 1, a correlação entre a PED e a PME antiga para o total de desocupados era de 0,49 e aumentou a partir de outubro de 2001 para 0,87 com a PME nova. A elevada correlação entre a PED e a PME nova para o total de desocupados também é observada em cada uma das regiões metropolitanas individualmente. Essa tabela ainda mostra que enquanto a correlação entre a PED e a PME antiga para a taxa de desemprego era de 0,65, a correlação entre a PED e a PME nova para essa variável passou para 0,83.

Portanto, as correlações entre a PED e a PME antiga se mostraram mais altas do que as correlações entre a PED e a PME nova para o total de ocupados e a PEA e menores para o total de desocupados e a taxa de desemprego.

### 3 COMPORTAMENTO CÍCLICO DA FORÇA DE TRABALHO, DO EMPREGO E DO DESEMPREGO NA PME E NA PED

As relações entre os movimentos cíclicos na PED e na PME são analisadas a seguir para a PEA, os ocupados e os desocupados e a taxa de desemprego. Para implementar essa análise, as séries são decompostas nos seus componentes cíclicos e permanentes usando o filtro no domínio da frequência de Baxter e King (1999), na versão de Christiano e Fitzgerald (1999). Após eliminar as tendências de longo prazo das séries, são comparados os movimentos cíclicos das variáveis em cada uma das pesquisas.

O Gráfico 2, formado por um conjunto de gráficos, apresenta os componentes associados a movimentos inferiores a 2 anos em cada uma das variáveis, tanto na PED quanto na PME. Na Tabela 2 são mostradas as correlações entre essas flutuações cíclicas das variáveis nas duas pesquisas, antes e depois da mudança de metodologia na PME. A coluna (1) apresenta os valores para movimentos menores do que 2 anos, a coluna (2) para flutuações entre 4 e 24 meses e a coluna (3) para movimentos inferiores a 1 ano.

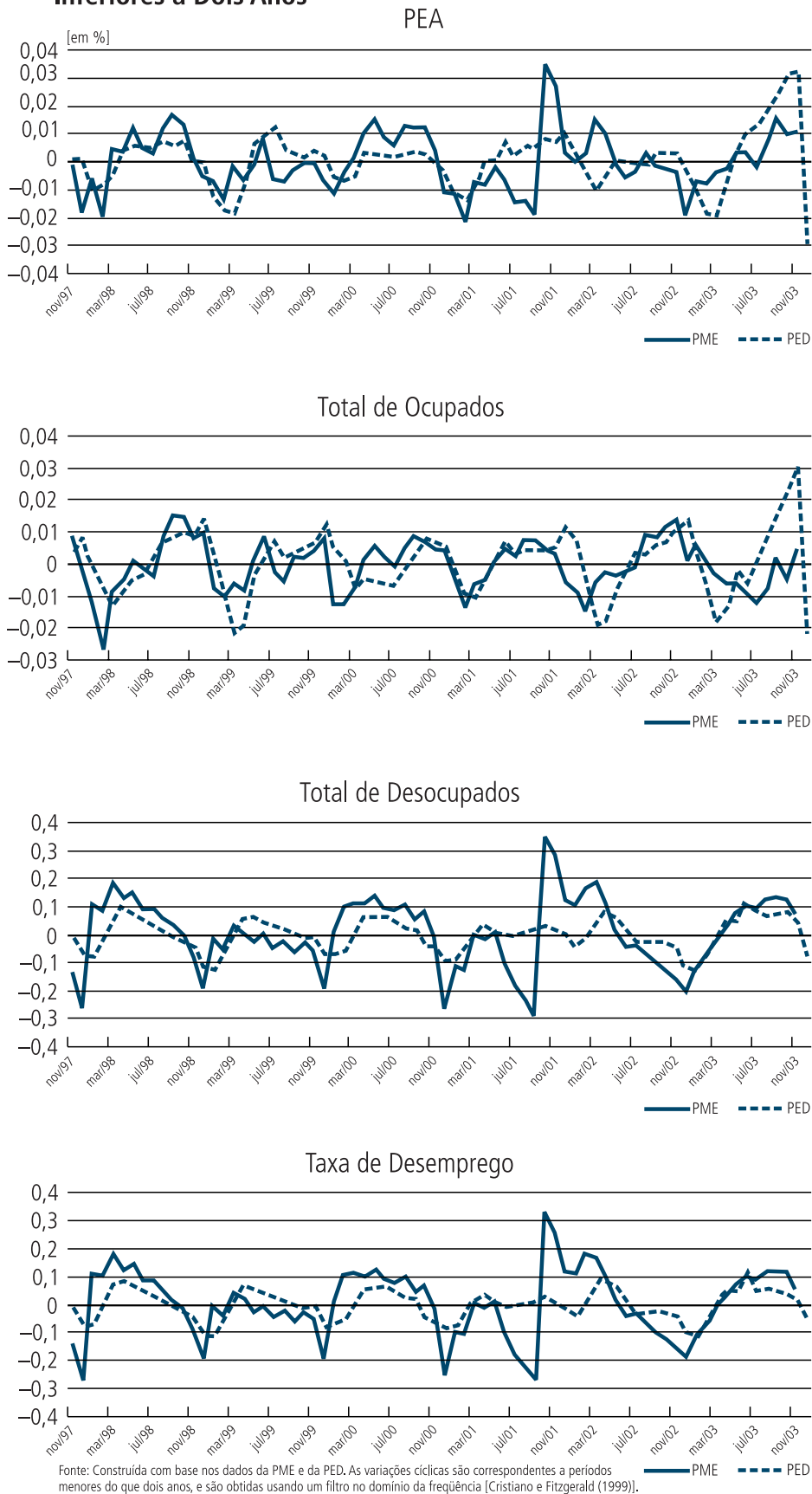
Na coluna (1), a correlação entre os ciclos da PEA na PED e na PME antiga é de 0,47 e, para a comparação entre a PED e a PME nova, essa correlação diminui ligeiramente, para 0,42. Nesse segundo período, após outubro de 2001, as duas séries passam a apresentar oscilações mais acentuadas.

Para a ocupação, as duas pesquisas apresentam movimentos cíclicos semelhantes, exceto no final de 2003 quando a PED apresenta oscilações bastante intensas. Na coluna (1), a correlação entre a PED e a PME antiga é de 0,62, enquanto a correlação entre a PED e a PME nova é bem menor (0,26). Para a desocupação, as duas pesquisas também mostram movimentos cíclicos parecidos, mas na PED as oscilações sazonais são amortecidas, o que se deve ao fato de que nessa pesquisa os valores de cada mês correspondem às médias ponderadas entre o mês de referência e os dois meses anteriores. A correlação entre a PME antiga e a PED é igual a 0,51 e a correlação entre a PME nova e a PED é de 0,63 na coluna (1). No caso da taxa de desemprego, a coluna (1) mostra que as flutuações da PED e da PME antiga apresentam uma correlação de 0,53, enquanto a correlação entre a PED e a PME nova é de 0,61.

Na coluna (2) da Tabela 2, as correlações são calculadas para movimentos cíclicos compreendidos entre 4 meses e 2 anos. Portanto, são excluídos movimentos de curto prazo em relação à coluna (1). Nesse caso, os resultados mostram que as correlações são mais altas para todas as variáveis. A diferença da coluna (3) em relação à coluna (1) é que são excluídos

GRÁFICO 2

**Comportamentos Cíclicos das Variáveis Associados a Períodos Inferiores a Dois Anos**



movimentos nas variáveis associados a períodos entre 12 e 24 meses. Os resultados, nesse caso, mostram que as correlações entre as variáveis se tornam muito baixas, principalmente com a PME nova.

**TABELA 2**  
**Correlações entre os Componentes Associados a Movimentos Cíclicos na PME e na PED**

		(1)	(2)	(3)
		Ciclos Inferiores a 2 Anos	Ciclos entre 4 Meses e 2 Anos	Ciclos Inferiores a 1 Ano
Total de Ocupados	Nov-1997 a set-2001	0,62*	0,65*	0,44*
	Out-2001 a dez-2003	0,26	0,35	-0,23
Total de Desocupados	Nov-1997 a set-2001	0,51*	0,58*	0,30*
	Out-2001 a dez-2003	0,63*	0,65*	0,26
PEA	Nov-1997 a set-2001	0,47*	0,56*	0,37*
	Out-2001 a dez-2003	0,42*	0,46*	0,19
Taxa de Desemprego	Nov-1997 a set-2001	0,53*	0,60*	0,33*
	Out-2001 a dez-2003	0,61*	0,63*	0,16

\*Mostra que a correlação é significativa ao nível de 5%.

#### 4 COMENTÁRIOS FINAIS

De acordo com a descrição apresentada nesta nota, a mudança metodológica na PME alterou bastante o comportamento de variáveis importantes do mercado de trabalho, assim como a relação entre os resultados dessa pesquisa e os da PED. Nos casos da PEA e da ocupação, as mudanças na trajetória da PME reduziram as correlações com as séries correspondentes na PED. Nos casos da desocupação e da taxa de desemprego, por outro lado, as correlações entre a PME e a PED se tornaram mais altas a partir de outubro de 2001. Embora a análise implementada neste trabalho seja bastante preliminar, são encontradas evidências de que as flutuações cíclicas das variáveis nas duas pesquisas apresentam correlações altas em muitos casos. Quando a análise se concentra em variações de curto prazo, porém, as séries da PED e da PME, principalmente na sua nova versão, passam a apresentar comportamentos muito diferentes.

#### BIBLIOGRAFIA

BAXTER, M., KING, R. G. Measuring business cycles: approximate band-pass filters for economics time series. *The Review of Economics and Statistics*, n. 81, p. 575-593, Nov. 1999.

CHRISTIANO, L. J., FITZGERALD, T. J. *The band pass filter*. NBER, 1999 (Working Paper, 7.257).

IBGE. *Notas Metodológicas da PME*. 2004.

## REVENDO O CRESCIMENTO DA INFORMALIDADE E DE SUA DIMENSÃO PREVIDENCIÁRIA À LUZ DOS DADOS DA PNAD

Luis Henrique Paiva

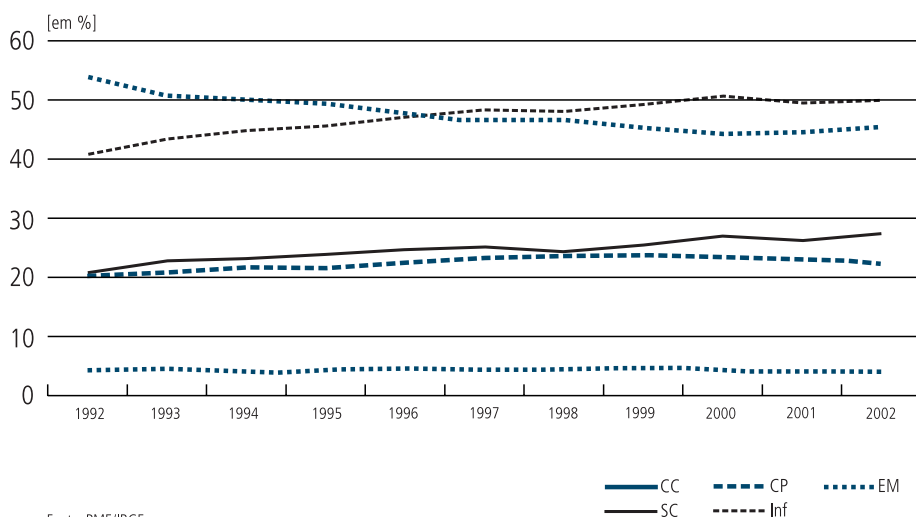
Gestor governamental, em atuação, como coordenador, na Secretaria de Previdência Social/MPS

Tornou-se quase lugar-comum em trabalhos e reportagens sobre o mercado de trabalho apontar para a sua “deterioração” ao longo dos anos 1990 — destacando especialmente a crescente participação dos chamados “informais” (na maioria das vezes tomados como trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria) no total dos ocupados.<sup>1</sup>

Tais trabalhos valem-se, em geral, dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, que, de fato, registra uma queda praticamente ininterrupta da participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada (CC) no total da força de trabalho (Gráfico 1) e uma elevação da participação dos sem carteira (SC) e dos trabalhadores por conta própria (CP) — cuja soma, *grosso modo*, representaria os informais (Inf).

GRÁFICO 1

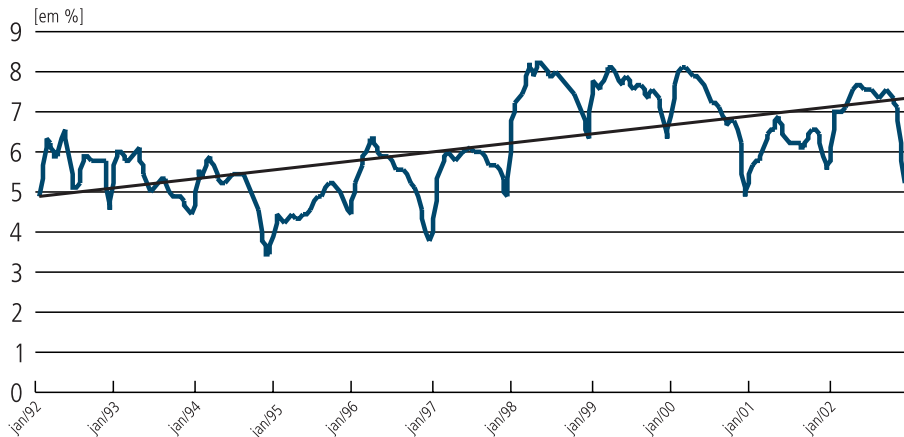
### Participação na Ocupação, segundo Posição — 1992-2002



As possibilidades de reversão do quadro relativamente dramático que é apontado pelos dados da PME não seriam nada animadoras: houve um forte aumento do desemprego no período (Gráfico 2), que seria sustentado, mesmo em caso de retomada do crescimento econômico, pela tendência de recuperação da participação, cadente ao longo de todo o período (Gráfico 3), o que poderia comprometer a reversão da queda da formalização e dos rendimentos.

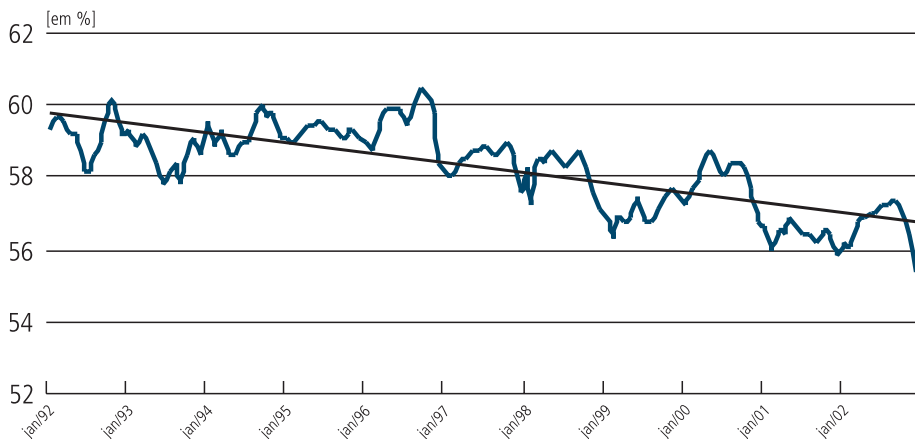
1. Ver, por exemplo, os trabalhos de Marcelo Côrtes Neri (*Cobertura previdenciária: diagnóstico e propostas*. Brasília: MPS, 2003) e José Celso Cardoso (*Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e os limites do seu sistema público de emprego*. Texto para Discussão, nº 751. IPEA, 2000).

GRÁFICO 2

**Desemprego — 1992-2002**

Fonte: PME/IBGE.

GRÁFICO 3

**Taxa de Participação — 1992-2002**

Fonte: PME/IBGE.

Tal discussão tem implicações claras para a questão previdenciária — como as desenvolvidas pelo professor Marcelo Neri, em trabalho recentemente publicado.<sup>2</sup> O argumento desse autor é de que existem evidências sólidas de que os direitos trabalhistas são respeitados mesmo nos casos em que a relação de trabalho não é formalizada — razão por que se deve acreditar que o principal motivo pelo qual os empregadores optam pela informalidade é a evasão previdenciária.

Dessa maneira, Neri supõe que a “crescente informalidade” no mercado de trabalho corresponde a um trecho descendente da curva de Laffer. Nesse quadro, um sistemático aumento no custo do emprego (por meio da variação das alíquotas de contribuição previdenciária) teria levado a uma queda na sua formalização e, conseqüentemente, à queda da cobertura previdenciária.

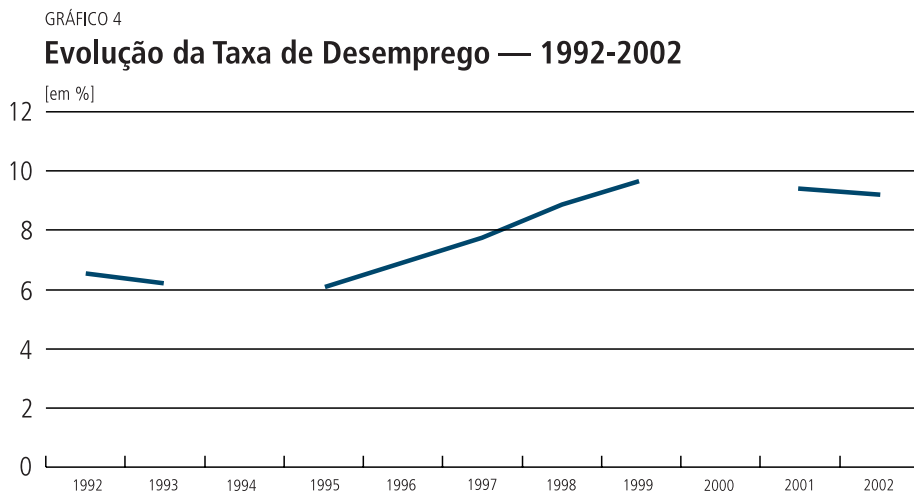
2. Marcelo Côrtes Neri. *Cobertura previdenciária: diagnóstico e propostas*. Brasília: MPS, 2003.

Muito embora a hipótese seja interessante, ela se baseia inteiramente no suposto de que os dados da PME (que, como se sabe, cobre apenas as seis maiores regiões metropolitanas brasileiras) refletem o que acontece em todo o país. Para verificar em que medida isso de fato ocorre, pode-se acompanhar o que acontece no mercado de trabalho de todo o país, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

A recente divulgação da PNAD de 2002 permite um rápido balanço do que ocorreu no mercado de trabalho ao longo do período 1992-2002, no qual a pesquisa mantém uma unidade metodológica que possibilita comparações. Para esse balanço, utilizaremos os seguintes indicadores: taxa de desemprego, participação dos trabalhadores com carteira sobre o total dos ocupados; participação dos trabalhadores “formais” sobre o total dos ocupados; participação dos trabalhadores contribuintes de instituto de previdência sobre o total dos ocupados; e evolução dos rendimentos. Deve-se destacar que a PNAD não foi a campo em 1994 e em 2000 — nesse último ano, graças à realização do Censo —, razão pela qual existem intervalos nos gráficos que serão apresentados.

### EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desemprego é, provavelmente, o mais utilizado dos indicadores para a avaliação da situação no mercado de trabalho e o único da série PNAD de 1992-2002 a mostrar uma piora consistente (Gráfico 4). Basicamente, salta-se de um patamar de desemprego pouco superior a 6% (período 1992-1995) para taxas superiores aos 9% (período 1999-2002), mostrando uma tendência à estabilização nos últimos dois anos.

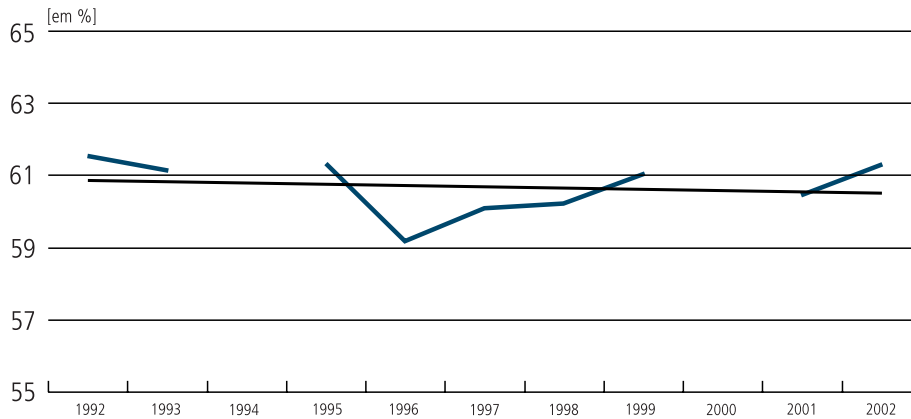


Fonte: PNAD/IBGE.  
Elaboração: SPS/MPS.

Como as alterações na taxa de participação não revelam nenhuma tendência mais consistente (ver Gráfico 5), pode-se concluir que o aumento do desemprego se deve ao fato de o mercado de trabalho no período 1992-2002 não revelar dinamismo suficiente para que a geração de postos de trabalho absorvesse a entrada de novos trabalhadores no mercado.

A falta de dinamismo apontada poderia ser um contexto relativamente adequado para uma deterioração das relações trabalhistas e o aumento da informalidade, como retratado pela PME. Entretanto, não é isso que ocorre.

GRÁFICO 5

**Taxa de Participação no Mercado de Trabalho — 1992-2002**

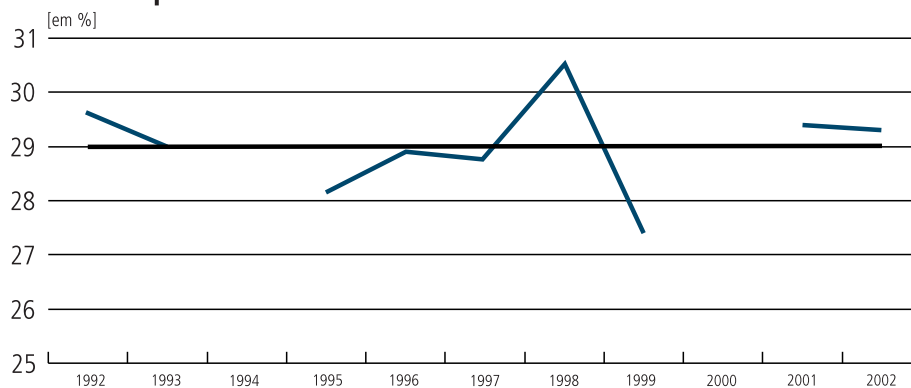
Fonte: PNAD/IBGE.  
Elaboração: SPS/MPS.

**EVOLUÇÃO DA FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS**

Os Gráficos 6, 7 e 8 apresentam, respectivamente, a evolução da participação dos trabalhadores com carteira assinada sobre o total dos ocupados, o crescimento da participação dos trabalhadores “formais” sobre o total dos ocupados e, finalmente, o aumento da participação dos contribuintes de instituto de previdência sobre o total dos ocupados.

Os dados da PNAD, ao contrário da PME, não apresentam nenhuma tendência de queda de participação dos trabalhadores com carteira assinada [base de financiamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)] no total dos trabalhadores ocupados (Gráfico 6), não obstante a variação, ao longo do período 1992-2002, entre a participação mínima de 27,4% (1999) e a máxima de 30,5% (1998).

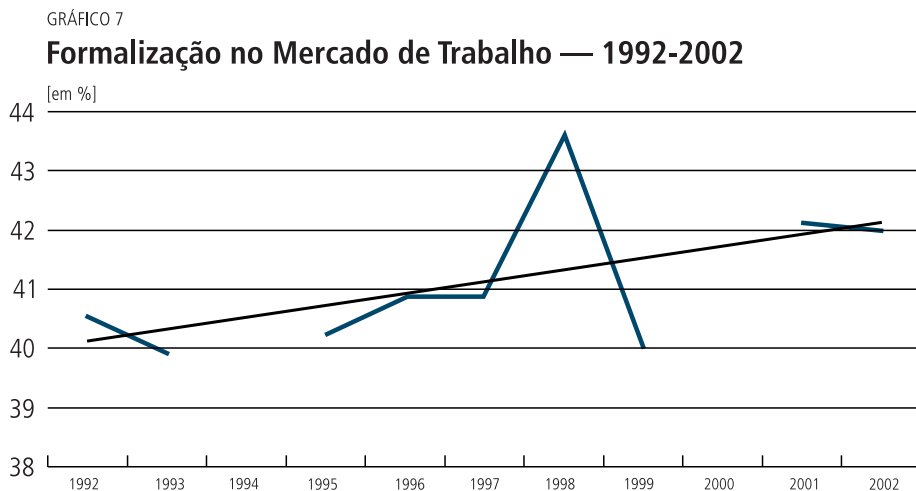
GRÁFICO 6

**Participação dos Trabalhadores com Carteira Assinada no Total dos Ocupados — 1992-2002**

Fonte: PNAD/IBGE.  
Elaboração: SPS/MPS.

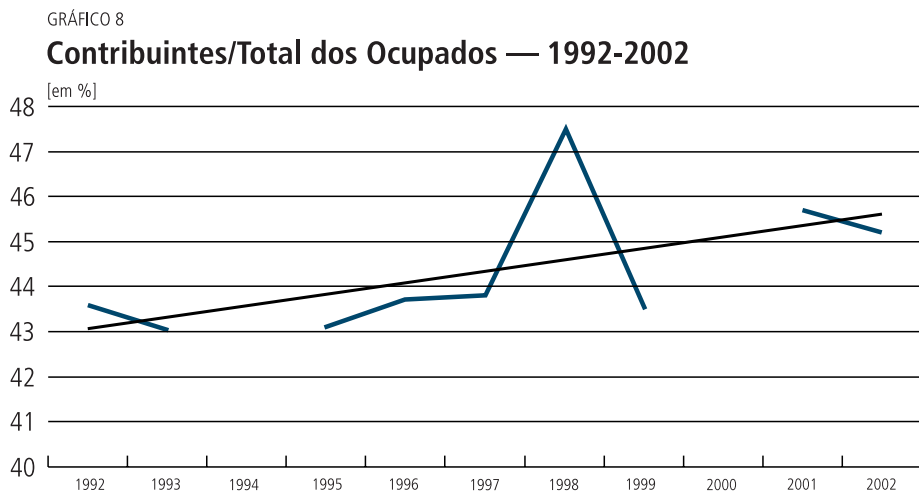
Se formos levar em consideração a variação da participação do total de trabalhadores que podem ser considerados “formais” (além dos com carteira, também militares, estatutários

e domésticos com carteira assinada), percebe-se que, com fortes variações — pode-se dizer “aos trancos e barrancos” —, a formalização veio, na verdade, subindo ao longo do período (Gráfico 7).



Fonte: PNAD/IBGE.  
Elaboração: SPS/MPS.

O padrão praticamente se repete quando se trata da cobertura previdenciária (aqui tomada simplesmente como a participação dos que contribuem para instituto de previdência sobre o total dos ocupados): embora com variações significativas, a tendência para o período é de crescimento (Gráfico 8).



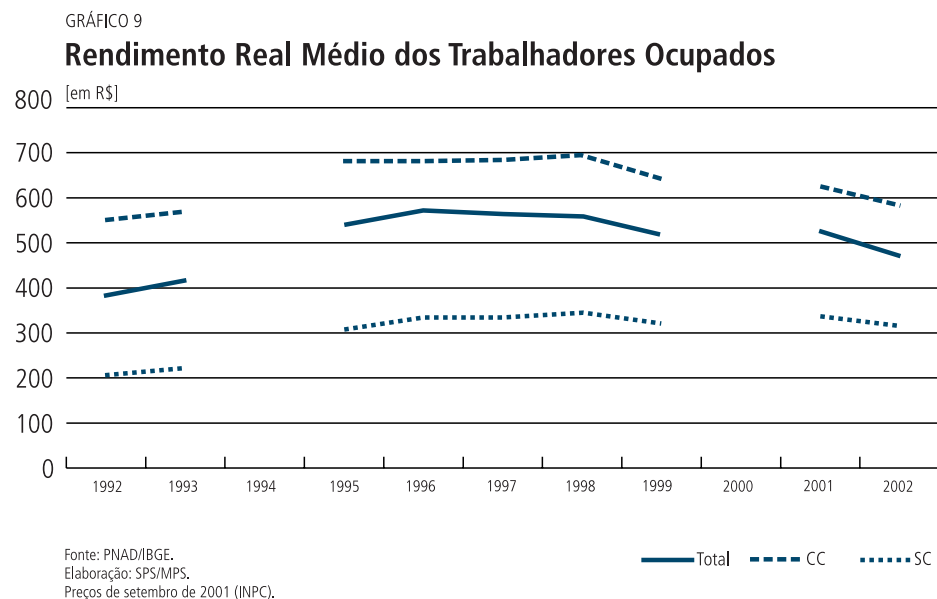
Fonte: PNAD/IBGE.  
Elaboração: SPS/MPS.

Assim, a hipótese de que estaríamos na descendente da curva de Laffer graças a aumentos excessivos nas alíquotas de contribuição previdenciária — ou, em outras palavras, que estaríamos assistindo a uma queda pronunciada na formalização das relações trabalhistas

causada pelo custo previdenciário — parece fazer pouco sentido à luz dos dados que fazem referência a todo o país.

## RENDIMENTOS

O comportamento dos rendimentos dos ocupados, entre 1992 e 2002, pode ser dividido em dois períodos distintos. No primeiro (1992-1997), houve um aumento do rendimento real médio, que saltou de R\$ 382 para R\$ 564 (em valores de setembro de 2001, deflacionados pelo INPC). A partir de 1998, assiste-se a um lento (e relativamente constante) declínio, que (apenas) em parte anula os ganhos do primeiro período (Gráfico 9): em 2002, o rendimento dos ocupados chega a R\$ 471 (83,5% do que foi em 1997, mas 123% do que foi em 1992). O padrão encontrado para o total dos ocupados parece ser um pouco mais pronunciado no caso dos empregados com carteira assinada (CC) que entre os sem carteira assinada (SC).



A queda dos rendimentos dos ocupados com carteira de trabalho assinada, decorrente da falta de dinamismo do mercado de trabalho apontada anteriormente, tem claro impacto sobre a Previdência Social, pois diminui a base de arrecadação previdenciária, e provavelmente só poderá ser revertida, dadas as atuais taxas de desemprego, com a perspectiva de crescimento efetivamente sustentado da economia brasileira.

## CONCLUSÃO

Há um descompasso entre os dados da PME e da PNAD no que diz respeito ao que ocorreu no mercado de trabalho no período 1992-2002. Enquanto a primeira é utilizada por aqueles que apontam para uma “crescente deterioração” das relações de trabalho no período, a segunda apresenta resultados que limitam — ou mesmo contradizem — as hipóteses que podem ser elaboradas a partir dos dados da primeira.

Há duas conclusões a serem tiradas desse descompasso.

A primeira: o diagnóstico de que houve um “aumento excessivo” das alíquotas de contribuição, a ponto de esse se tornar a principal causa da “crescente informalidade” (ver nota

de rodapé 2) deve ser reconsiderado. Com efeito, os dados da PNAD mostram estabilidade na participação dos trabalhadores com carteira assinada e mesmo um aumento da participação dos contribuintes no total de ocupados.

A segunda: se não se pode falar em “crescente informalização” em todo o país, deve-se considerar a hipótese de que a PME vem retratando um fenômeno tipicamente metropolitano — que provavelmente guarda mais relação com a pressão competitiva que as empresas sofreram com a abertura econômica nos anos 1990 do que com as variações das alíquotas previdenciárias. Em outras palavras, provavelmente o mau resultado das regiões metropolitanas se deve à migração de empresas para regiões do país que permitem a recuperação de sua competitividade.<sup>3</sup> Os efeitos de tal migração sobre o mercado de trabalho das regiões que receberam as empresas poderiam ter compensado os maus resultados metropolitanos, razão pela qual os resultados ruins não são encontrados na PNAD.<sup>4</sup>

## ANEXO

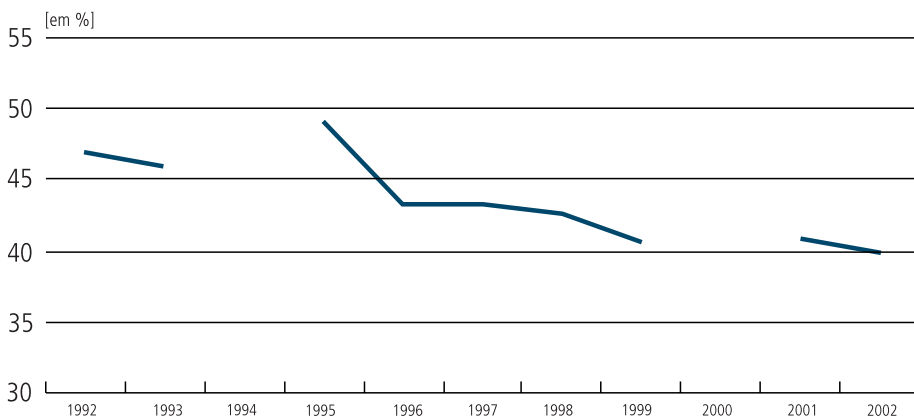
Os Gráficos A.1, A.2 e A.3 foram elaborados com os dados da PNAD. Apenas as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME foram consideradas. Os gráficos apresentam, respectivamente, a participação dos trabalhadores com carteira assinada no total dos ocupados, a participação dos contribuintes para instituto de previdência sobre o total de ocupados e a participação dos trabalhadores formais (com carteira, militares, estatutários e domésticos com carteira) sobre o total dos ocupados.

Fundamentalmente, eles apontam o mesmo que os dados da PME: uma deterioração do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas, com a queda de participação dos trabalhadores com carteira, dos contribuintes e dos formais sobre o total dos ocupados.

Como visto ao longo da nota, tal deterioração não se reflete em todo o país.

GRÁFICO A.1

### Participação dos CC nas RMs — 1992-2002



3. Para um estudo recente que trata do tema da “descentralização” da atividade industrial no país, com base em dados das Pesquisas Industriais Anuais do IBGE, ver Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho *et alii*. Salário, emprego e produtividade na indústria brasileira nos anos noventa: notas sobre a evolução regional segundo padrões de especialização. *VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. São Paulo, 2003.

4. Essa hipótese é corroborada pelo fato de que os dados da PNAD para as regiões metropolitanas cobertas pela PME, entre os anos de 1992 e 2002, são compatíveis com aqueles da própria PME, como pode ser visto no Anexo desta nota.

GRÁFICO A.2

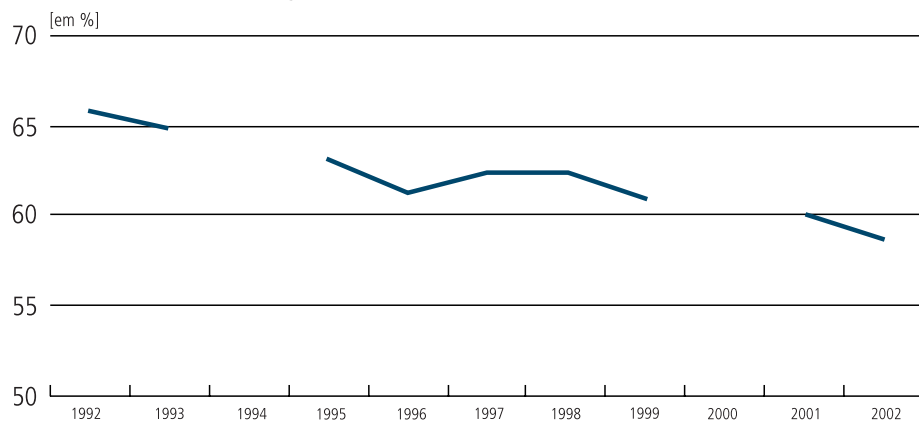
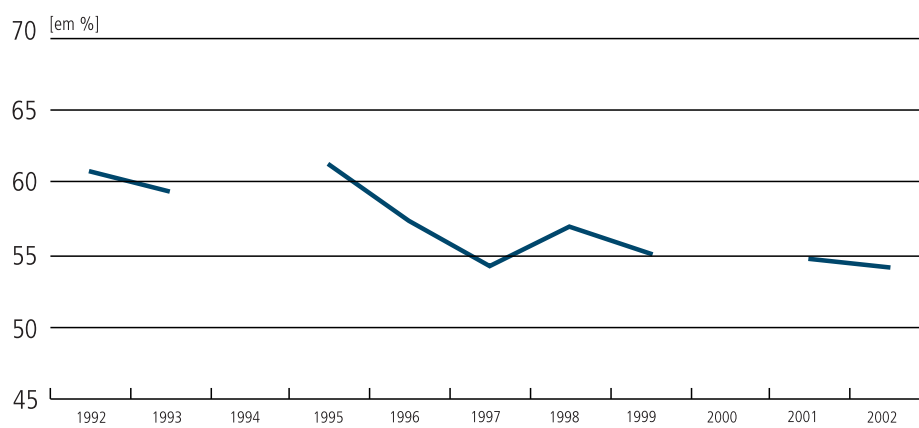
**Taxa de Contribuição Previdenciária nas RMs — 1992-2002**

GRÁFICO A.3

**Formalidade no Mercado de Trabalho das RMs — 1992-2002**

## ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: POSSIBILIDADES E LIMITES

Marcio Pochmann\*

A partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil ingressou na mais longa crise de desenvolvimento desde 1840. Por conta disso, o país registra sinais expressivos de regressão ocupacional, após cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho.

Passados quase 25 anos de estagnação da renda *per capita*, acompanhados de elevada instabilidade nas atividades produtivas, nota-se o aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, o que o torna dependente da produção e exportação de produtos primários. Os efeitos regressivos dessa combinação são expressivos no interior do mercado nacional de trabalho.

De um lado, observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente aquele que responde pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. De outro, além do avanço do desemprego aberto, constata-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista.

Tradicionalmente, o segmento não-organizado vinha sendo relacionado às circunstâncias mais arcaicas das economias subdesenvolvidas, na medida em que compreendia um espaço econômico limitado e intersticial de absorção precária da força de trabalho excedente ao modo de produção capitalista. Mais recentemente, no entanto, a dinâmica do segmento não-organizado passou a indicar não apenas e tão-somente o desenvolvimento de atividades de sobrevivência, de produção popular e até de ilegalidade (prostituição, tráfico humano e de drogas, crime, jogos de azar).

Em síntese, reconhece-se que no rastro da crise do desenvolvimento capitalista progredem, simultaneamente, modos de produção distintos. Especialmente no interior do segmento não-organizado do trabalho há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista.

O avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional.

Ao contrário do passado, observa-se o ineditismo do rápido avanço na proletarização da antiga classe operária industrial e no desaburguesamento da classe média. Inequivocamente, trata-se de um excedente de força de trabalho qualificado, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico.

---

\* Professor do licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.

De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida.

Para discutir as principais possibilidades da economia solidária, bem como seus constrangimentos no atual contexto de gravidade e longevidade da crise do desenvolvimento nacional, optou-se por dividir o presente texto em quatro partes. Na primeira e na segunda parte buscou-se apresentar brevemente a evolução das principais tendências do mercado de trabalho no Brasil durante as últimas oito décadas.

A seguir, procurou-se identificar mais precisamente o espaço de manifestação e desenvolvimento da economia solidária para, finalmente, discutir oportunidades, limites e passos necessários nas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia solidária no Brasil. As considerações gerais finalizam o texto.

## **1 TENDÊNCIAS GERAIS DE ESTRUTURAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**

A partir da Revolução de 1930, o Brasil apresentou dois comportamentos distintos em relação ao funcionamento do mercado de trabalho. Entre 1930 e 1980, por exemplo, o país conformou o seu mercado nacional de trabalho movido pelo ciclo da industrialização e da urbanização.

Até então predominou tão-somente a presença de mercados regionais de trabalho, subsumidos pela dinâmica rural primário-exportadora e imigração de mão-de-obra estrangeira, suficiente para deixar à margem a força de trabalho nacional, sobretudo a população negra. A partir de 1930 e por cinco décadas consecutivas, o Brasil deixou de ser uma grande fazenda produtora de bens primário-exportadores para se transformar na oitava economia industrial do mundo, com importante absorção da força de trabalho nacional, especialmente proveniente do campo.

Também contribuiu para a ampliação e estruturação do mercado de trabalho a presença de uma regulação pública fundada no assalariamento, cuja Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) teve, desde 1943, papel fundamental na promoção de menor heterogeneidade nas condições e relações de trabalho no país.<sup>1</sup>

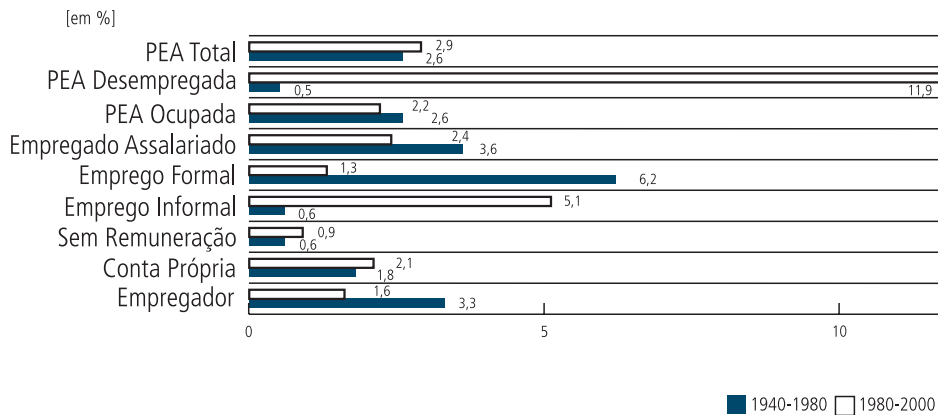
Ainda que incompleta, a tendência de estruturação do mercado de trabalho se deu em função da rápida ampliação dos empregos assalariados, sobretudo daqueles com registros formais, da redução relativa das ocupações por conta própria e sem remuneração e do desemprego. A comparação entre os anos 1940 e 1980 permite observar que, para cada 10 ocupações geradas, 8 foram assalariadas, sendo 7 com contrato formal e uma sem contrato.

As ocupações por conta própria, dos trabalhadores sem remuneração e dos empregadores representaram apenas 20% do total dos postos de trabalho criados no mesmo período. Assim, a taxa de assalariamento no Brasil foi de 66% do total das ocupações, enquanto na década de 1930 não ultrapassava os 20%.

1. Como homogeneização do trabalho compreendem-se as condições de acesso ao conjunto de direitos que os empregados regulares e regulamentados possuem, tais como os benefícios de cidadania (representação sindical), regulação do padrão de uso e remuneração (proteção ao trabalho), questionamento laboral (justiça trabalhista, fiscalização do Ministério do Trabalho e negociação coletiva) e de seguridade social. Sobre isso, ver Dieese (1994) e Pochmann (2003b).

GRÁFICO 1

### Brasil: Taxas Médias Anuais de Variação entre 1940-1980 e 1980-2000 da Evolução da PEA, da Condição de Ocupação e do Desemprego



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (organização do autor).

A ruptura na tendência de estruturação do mercado de trabalho ocorreu a partir de 1980, com a crise da dívida externa. Além disso, a promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobretudo desde 1990 com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda *per capita* acompanhado pela desaceleração na abertura de novas vagas assalariadas formais, o que abriu maior flanco para elevação do desemprego e de postos de trabalho precários.

O resultado disso tudo foi o fortalecimento da tendência de desestruturação do mercado de trabalho (desemprego, trabalho precário e desassalariamento das ocupações). Ao longo do período em referência, notou-se que de cada 10 ocupações geradas, 7 foram assalariadas, sendo 3 com contrato formal e 4 sem contrato formal [Pochmann (2001)].

Cerca de 30% dos postos de trabalho abertos foram por conta própria, sem remuneração e empregadores. A taxa de assalariamento, em 2002, foi de apenas 54% do total da ocupação, enquanto em 1980 chegou a ser de 2/3 das ocupações.

## 2 TRABALHO ORGANIZADO E NÃO-ORGANIZADO NO CAPITALISMO BRASILEIRO

Durante o período de estruturação do mercado de trabalho, ainda que incompleto se comparado com a experiência das economias centrais, observou-se a expansão do segmento organizado do trabalho e, por consequência, a redução absoluta e relativa do segmento não-organizado.<sup>2</sup> Nas economias centrais, a taxa de assalariamento urbana supera os 4/5 da PEA ocupada, enquanto no Brasil, em pleno auge do mercado de trabalho estruturado (1980), as ocupações no meio urbano eram compostas de 7 assalariados com contrato formal a cada 10 empregados, enquanto em 1940 somente 3 possuíam contrato formal e eram 10 assalariados.

2. A identificação dos diferentes segmentos da ocupação foi possível a partir da comparação entre as informações produzidas por pesquisas domiciliares e de censos de estabelecimento realizados pelo IBGE. De acordo com a classificação das ocupações por setores de atividade foi possível utilizar como *proxy* o comportamento das ocupações nos segmentos organizados e não-organizados. Enquanto os setores organizados são obtidos a partir das pesquisas de estabelecimento, que tendem a funcionar, em geral, de forma capitalista, os setores não-organizados são captados pela comparação entre as pesquisas domiciliares (trabalho de qualquer natureza) e as de estabelecimentos, conforme indicação do uso do trabalho com característica não tipicamente capitalista. Para mais detalhes, ver Souza (1979 e 1980), Cacciamali (1983) e Pochmann (1998).

Além do aumento significativo dos empregos assalariados com registro — reflexo da transformação do mercado de trabalho nacional — assistiu-se ao avanço do movimento de consolidação de segmentos ocupacionais organizados. Entre os anos 1940 e 1980, o emprego no segmento organizado urbano cresceu à taxa média anual de 4,9%, acima da variação da PEA (4,6%), enquanto as ocupações no segmento não-organizado aumentaram 3,9% como média anual.

Em síntese, destaca-se que para cada 10 ocupações geradas no mesmo período, 7 foram de responsabilidade do segmento organizado e 3 do segmento não-organizado. No setor secundário da economia brasileira, especialmente no setor secundário, as ocupações do segmento organizado cresceram 0,5 ponto percentual acima do segmento não-organizado, enquanto no setor terciário a diferença foi de 1,4 ponto percentual.

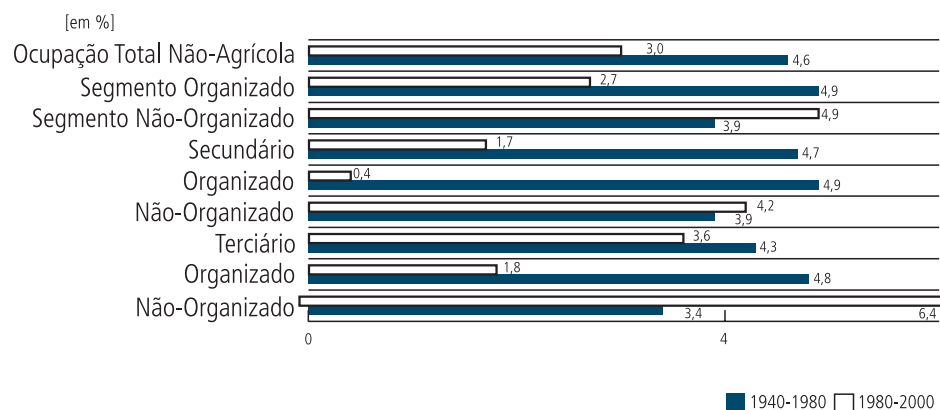
A partir de 1980, com a ruptura do movimento de estruturação do mercado de trabalho, tem ampliado o esvaziamento do segmento organizado do trabalho. Adicionada à redução na participação relativa de empregos assalariados com registro no total dos assalariados, notou-se a elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana.

Entre 1980 e 2000, por exemplo, verificou-se que de cada 10 ocupações geradas, uma metade foi de responsabilidade do segmento não-organizado e a outra do segmento organizado. O terciário foi o principal setor responsável pela maior expansão do total das ocupações, uma vez que a indústria de transformação apresentou perda em sua participação relativa no total das ocupações.

Ao mesmo tempo, o segmento organizado da ocupação gerou menor variação no total das ocupações, sendo, por isso, responsável pela queda na sua participação relativa no conjunto da PEA ocupada. No segmento não-organizado, o setor terciário respondeu pela abertura de 81,8% do total dos postos de trabalho do meio urbano.

GRÁFICO 2

### Brasil: Taxas Médias Anuais de Variação entre 1940/80 e 1980/2000 dos Segmentos Organizados e Não-Organizados do Trabalho Urbano



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (organização do autor).

### 3 ESPAÇO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A referência metodológica da segmentação das ocupações entre trabalho organizado e não-organizado permite constatar a influência da hegemonia do modo de produção capitalista no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Ao longo do ciclo de industrialização nacional, o predomínio da expansão do emprego assalariado, especialmente formal, indicou as conseqüências do avanço das forças produtivas submetidas à regulação pública do mercado de trabalho.

A expansão do segmento organizado do trabalho expressou a capacidade de geração de vagas relativamente menos heterogêneas por parte das empresas tipicamente capitalistas. Não obstante o ritmo significativo de elevação do nível de emprego no segmento organizado, notou-se que parcela excedente da força de trabalho teve de encontrar alguma outra forma de ocupação e geração de renda, somente possível no âmbito dos segmentos não-organizados do trabalho.

Em geral, as atividades ocupacionais, mesmo de autoconsumo e trabalho não-remunerado, estavam — de alguma forma — dependentes e subordinados à dinâmica capitalista. Muitas vezes, inclusive, operavam em conjunto com as ocupações do segmento organizado.<sup>3</sup>

As duas principais categorias ocupacionais expressavam modos de produção não-capitalista. Uma delas referia-se às atividades mercantis simples, que não utilizavam assalariamento regular como empresas familiares, trabalhadores por conta própria e autônomos para o público (vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates, entre outros), pequenos prestadores de serviços e emprego doméstico (trabalho em domicílio e trabalho por empreitada).

Uma outra categoria ocupacional tratava das atividades pseudocapitalistas, capazes de operar com mão-de-obra assalariada, sem apoiar-se na lógica da taxa de lucro, embora estivesse — de alguma forma — subordinada ao movimento geral do capital, seja na manutenção, seja na reprodução das unidades de prestação de serviços e de produção. Nesses casos, o nível geral do rendimento do proprietário representava uma das poucas barreiras à entrada, uma vez que as ocupações não-organizadas disputavam, na maior parte das vezes, o excedente econômico gerado pelas atividades capitalistas (Singer (1981), Pereira (1978) e Kovarick (1995)).

Nesse sentido, as ocupações não-organizadas resultavam do excedente de força de trabalho proveniente, na maioria das vezes, do êxodo rural para os grandes centros metropolitanos. Sem a cultura do assalariamento e com a maior parte analfabeta e sem qualificação profissional, a força de trabalho sobrando era praticamente obrigada a se submeter às formas mais brutalizadas de exploração [Jakobsen *et alii* (2000)]

Tudo o que diz respeito à exploração da força de trabalho terminou não sendo alterado com o predomínio da crise do desenvolvimento capitalista no Brasil desde 1980. Pelo contrário, observam-se contornos ainda mais rudes na exploração, com avanço inclusive do trabalho escravo e de condições de trabalho mais discriminatórias.

No entanto, deve ser feita alguma menção em relação às novas características presentes no interior do excedente adicional da força de trabalho gerada mais recentemente. Não se

3. A combinação entre segmentos do trabalho possibilita cumprir o papel importante tanto na redução do custo de reprodução da força de trabalho empregada nos segmentos modernos da economia nacional como atender às mais recentes transformações do modo capitalista de produzir. Ver mais em Oliveira (2003) e Pamplona (2001).

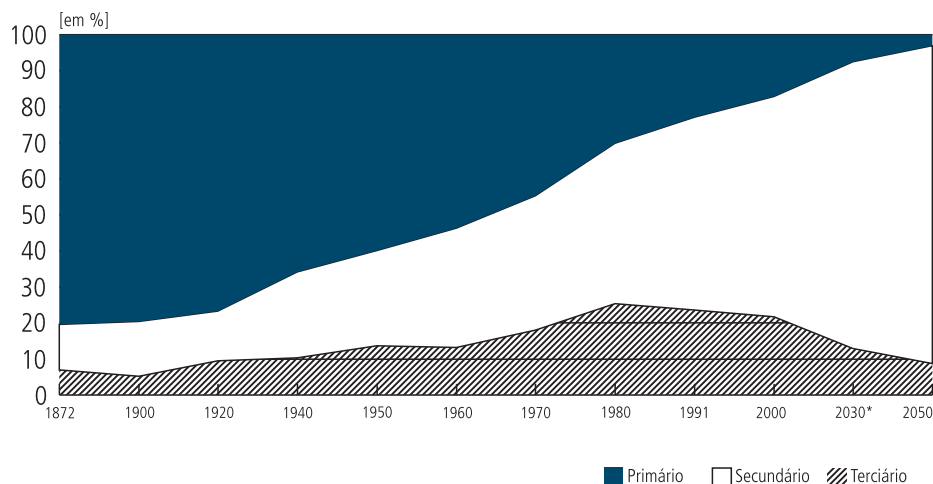
trata mais de um conjunto de trabalhadores sem passado assalariado, na maior parte analfabeta e sem treinamento profissional, nem tampouco de mão-de-obra rural imigrante e negra.

Da mesma forma, constata-se também que, de maneira simultânea às macromudanças no funcionamento geral do mercado de trabalho, teve curso uma série de microino-vações no interior das grandes empresas capitalistas. Em certo sentido, houve alterações significativas na divisão social do trabalho capitalista diante do avanço das novas técnicas de gestão e organização da produção, com características muito distintas do antigo padrão fordista.

Em grande medida, as transformações mais recentes nas grandes empresas capitalistas (terceirização, redução de hierarquias funcionais, novas tecnologias e formas de gestão da produção e de organização do trabalho) impuseram novos relacionamentos diretos entre unidades capitalistas e formas de ocupação não-capitalista (trabalho irregular, parcial, em domicílio, novo *putting-out*, entre outras).<sup>4</sup> A produção em rede e com subcontratação de mão-de-obra indireta constitui espaços pouco conhecidos de produção e geração de renda no interior do segmento não-organizado do trabalho (autônomos e consultores para a grande empresa, *free-lancer*, falsas formas cooperativadas de trabalho, entre outras).

GRÁFICO 3

### Brasil: Evolução da Composição Setorial das Ocupações



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (elaboração do autor).  
\* Estimativa.

Nesse mesmo sentido de desestruturação do mercado de trabalho contribuiu decisivamente a partir de 1990 a adoção de políticas neoliberais voltadas tanto para a privatização do setor produtivo estatal e terceirização do setor público, como para a internacionalização de parcela importante de setores econômicos nacionais. Quer dizer, a invenção de formas de produção e apropriação de renda que respondem a articulações entre o novo e o velho uso do trabalho no país (terceirização e quarteirização do trabalho, subcontratação de mão-de-obra via setor privado e organismos não-governamentais).

4. Sobre isso, ver mais em Tokman (1987), Cacciamali (1992) e Turnham *et alii* (1990).

Por outro lado, o país vem se inserindo de maneira subordinada e passiva na globalização, dependente cada vez mais da produção e exportação de bens primários (agronegócios e de extrativismo mineral). As ocupações geradas nesses setores econômicos são, em sua maioria, residuais, enquanto no meio urbano proliferam-se as vagas associadas aos segmentos não-organizados, muitas delas vinculadas à prestação de serviços aos ricos (trabalho doméstico e familiar, nas formas de segurança privada, motoristas, jardinagem, limpeza, passeadores de cães, ajudantes e preparadores sofisticados em condicionamento físico, comportamento social, compras, entre outros).

Em síntese, o setor secundário (indústria de transformação e construção civil) vem reduzindo a sua participação relativa no total da ocupação, acompanhando rapidamente o mesmo comportamento observado no setor primário (agropecuária e extrativismo). Somente o setor terciário (serviços em geral e comércio) responde cada vez mais pelo total da ocupação, especialmente pelo avanço do segmento não-organizado do trabalho.

Esse novo contexto agressivo e violento de deslocamento do assalariamento e do conjunto do trabalho organizado produz — simultaneamente ao sofrimento humano — novas experimentações na gestão de ocupações e na geração de renda. Em grande medida, destaca-se a presença de um grupo de militantes críticos e engajados na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, que, somado ao contingente de deserdados pela crise do desenvolvimento capitalista no país, compreende um novo foco da economia solidária.

De um lado, pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, autodidatas, religiosos, sindicalistas, entre outros, foram construindo — cada um a sua maneira — mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda, geralmente em torno de grupos atomizados de pobres e desempregados. Assim, trajetórias ocupacionais anteriormente exercidas, inclusive assalariadas no interior do segmento organizado do trabalho, terminaram sendo recuperadas, muito mais do que formas inovadoras de produção para além do capital e do plano local.

Em resumo, tem sido buscada a sinergia coletiva, a partir do desenvolvimento de atividades e de saber acumulado, mesmo que vinculado, na maior parte das vezes, à produção e distribuição cíclica de renda dos segmentos pauperizados, como padarias comunitárias, artesanato local, coleta seletiva de lixo, entre outras. Todavia, sem a perspectiva geral de alternativas transformadoras do modo de vida e de realização sustentada do plano de negócios, tem ficado fragilizada a permanência do total do contingente humano envolvido, muitas vezes motivado pelo aparecimento do “bico” de sobrevivência ou mesmo de uma vaga com emprego subordinado.<sup>5</sup>

De outro lado, algumas ações de governos — nas mais distintas esferas federativas — têm resultado em medidas instrumentais à economia solidária, ainda que no bojo de políticas geralmente compensatórias e incapazes de oferecer alternativas ocupacionais diante da crise do desenvolvimento capitalista no Brasil. Nesse sentido, difundem-se experiências públicas de “banco do povo”, de financiamento à incubação de cooperativas e de empreendimentos populares e tecnológicos, de redes de comercialização e autogestão, entre outras.<sup>6</sup>

5. Para uma melhor compreensão a respeito das experiências de economia solidária, ver Mance (2002), Singer e Souza (2000), Miyares *et alii* (2003) e Ponte Jr. (2000).

6. Sobre isso, ver mais em Siqueira (1999), Simão (2000), Singer (2001), Camarotti e Spink (2001) e Lesbaupin (2000).

Na maior parte das vezes, todavia, a política governamental terminou por reproduzir um certo assistencialismo improdutivo, pois ao operar como um fim em si mesmo demonstrou ser insuficiente para oferecer portas de saída emancipatória às angústias do conjunto dos excluídos.<sup>7</sup> Poucas têm sido as experiências de políticas públicas articuladas e integradas a uma estratégia de inclusão soberana e de caminhos associados à autonomia social, política e econômica coletiva.<sup>8</sup>

Nesse contexto, o papel do Estado termina sendo confundido com o ciclo político eleitoral cujo raio de atuação compensatório e incompleto não aponta para a geração de saídas emancipatórias satisfatórias. Embora haja uma politização importante em torno da crise do desenvolvimento capitalista e do fracasso das ofertas de auto-ajuda individualistas, o desempenho dos empreendimentos pouco permite a sustentação de renda para além do médio prazo.

Ações mais imediatistas e pragmáticas tendem, muitas vezes, a simplesmente reorganizar parcelas atomizadas e localizadas do excedente da força de trabalho para a promoção de inserção subordinada à economia capitalista. Tendo em vista algumas brechas do mercado, são constituídos grupos de trabalho a serem utilizados pela terceirização e subcontratação, na maioria, contudo, distante da ética da economia solidária.

#### 4 OPORTUNIDADES E LIMITES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O avanço na crise do desenvolvimento capitalista e a sua reprodução ao longo de quase 25 anos no Brasil têm gerado um quadro de esgarçamento do tecido social em que coexistem, pelo menos, distintos modos de produção.<sup>9</sup> O rebaixamento das condições e relações de trabalho é uma realidade inquestionável, quando se observa que, em 2002, somente 36% da renda nacional eram absorvidos pelo trabalho, enquanto em 1980 a renda do trabalho representava 50% de toda a renda nacional, conforme o IBGE.

Em meio a isso, constata-se que a nova composição do excedente da força de trabalho gerado, contendo trabalhadores pobres e desempregados urbanos (não mais imigrantes rurais), com mais alta escolaridade (não mais analfabetos), capacitação profissional e chefes de famílias, terminou sendo combinada, em diversas situações, com um conjunto de militantes sociais críticos e engajados na construção da economia solidária. Avanços já são consideráveis no país, com a presença inclusive de algumas experiências de políticas governamentais motivadoras dos princípios éticos e da autogestão.

Mas tudo isso, contudo, ainda se refere a uma fase inicial do desenvolvimento possível da economia solidária no Brasil. Ademais, não há ainda um programa que aponte para horizontes possíveis em termos de promoção da economia solidária.

Permaneceria ela reprodutora de uma fase primária, a se reproduzir intensivamente diante da crise do desenvolvimento capitalista no país? Ou haveria formulação estratégica para algo como a experiência de alguns países (França e Canadá), com ações incentivadoras da economia solidária, ainda que dependente do modo de produção capitalista?

7. Avaliações a respeito disso, ver PUC-SP (2001) Borgianni e Montano (2000), Rico (1998) e Lobato (1998).

8. Sobre experiências de políticas públicas inovadoras em termos de emancipação, ver Pochmann (2002), Soares (2002), Oliveira (2004) e Campos (2004).

9. Para alguns, o Brasil possui quatro modos de produção distintos: economia doméstica (ocupados não-remunerados no trabalho de subsistência e de construção para o próprio uso); economia protocapitalista e pré-capitalista (produção doméstica de bens para a população de baixa renda e de serviços para o mercado); economia capitalista tradicional; e economia solidária (não regida pelos princípios capitalistas). Sobre isso, ver Sachs (2002).

Ou, de outra forma, seria a promoção de alternativas direcionadas para o aprofundamento das redes de produção e distribuição fundadas no autofinanciamento em comunidades fechadas, sem comunicação e conflitos com a economia capitalista? Ou, ainda e por fim, seriam estimulados os caminhos de constituição de um sistema de empreendimentos abertos com disputa de hegemonia com a sociedade capitalista?<sup>10</sup>

Seja qual a resposta, dependendo de onde se queira chegar, torna-se inegável reconhecer o espaço de oportunidades da economia solidária no Brasil. Mesmo no âmbito da atual fase inicial da economia solidária, cabe chamar a atenção para seus limites enquanto não houver a concretização de um conjunto amplo de políticas públicas.

Sobre isso, aliás, emergem, pelo menos, cinco grandes lacunas cujo papel das políticas públicas pode ser determinante no fortalecimento da economia solidária no país. Inicialmente destaca-se a necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária.

Com isso, pode-se enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados. Em outras palavras, trata-se da constituição de um código próprio do trabalho sob o regime da economia solidária.

Uma segunda lacuna diz respeito ao padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária. Em certo sentido, parte-se do pressuposto de que o sistema bancário tradicional encontra-se distante dos princípios éticos da economia solidária, exigindo, por pressuposto, uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não-capitalista.

Como terceira lacuna passível de ser preenchida por política pública resulta a necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária. Além da articulação das fontes institucionais existentes de financiamentos (fundos setoriais, Finep, Fapesp e congêneres estaduais) e de instituições de ensino, cabe a promoção de um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária, a exemplo do que existe para a economia capitalista (Sebrae).

Uma quarta lacuna relaciona-se à incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior. Como são, em geral, políticas direcionadas tão-somente ao modo de produção capitalista, nada mais adequado que seja realizada uma reformulação ampla e capaz de incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação.

Por fim, como quinta lacuna de política governamental surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas. Considerando que as compras do setor público representam 30% da renda nacional, parece ser impensável que a oferta de bens e serviços pertencentes à economia solidária possa continuar marginalizada.

10. Para mais detalhes, ver Orfeu (2002), Anteaq (1998), Jeantet (2002) e Carta Maior (2003).

O futuro da economia solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica.<sup>11</sup> Sem isso, todavia, os limites de superação da fase inicial da economia solidária no Brasil permanecem expressivos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as páginas anteriores foi possível observar as principais tendências presentes no mercado de trabalho brasileiro. Em síntese, foram identificados dois períodos muito distintos no que diz respeito à dinâmica do trabalho.

De um lado, a tendência de estruturação do mercado de trabalho. Durante o processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho (1940-1980) houve a expansão tanto do emprego assalariado, principalmente com registro, como das ocupações nos segmentos organizados da economia (tipicamente capitalistas).

De outro lado, a tendência de desestruturação do mercado de trabalho associada à expansão do desassalariamento, desemprego e ocupações nos segmentos não-organizados. Os quase 25 anos de crise no desenvolvimento capitalista resultam do abandono da industrialização nacional e da adoção de políticas neoliberais voltadas à reinserção subordinada e passiva do Brasil na economia mundial.

Não obstante o agravamento do quadro econômico e social identifica-se o aparecimento de novos espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista. A combinação entre força de trabalho sobrando às necessidades do capital de novo tipo (escolarizada e com formação profissional, não imigrante rural e com cultura de trabalho) e um conjunto de militantes sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária.

Essa fase ainda inicial da economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento. Com isso, seus limites de expansão passam a ser menos expressivos, constituindo-se como um modo de produção alternativo no Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

ANTEAG. *Empresa social e globalização*. São Paulo: Anteag, 1998.

BORGIANNI, E., MONTANO, C. *La política social hoy*. São Paulo: Cortez, 2000.

CACCIAMALI, M. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. IPE/USP: São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. *A economia informal 20 anos depois. Indicadores Econômicos*. Porto Alegre: FEE, 1992.

CAMAROTTI, I., SPINK, P. *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. São Paulo: FGV, 2001.

CAMPOS, A. *Pobreza e direitos na cidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

CARTA MAIOR. III Fórum Social Mundial. São Paulo: Petrobrás, 2003.

DIEESE. *Desemprego e as políticas de emprego*. São Paulo: Dieese, 1994.

11. A experiência local de articulação e integração de políticas públicas, derivada de uma estratégia de inclusão social que combina choque distributivo com medidas de caráter emancipatório, é tratada por Pochmann (2003a).

- JAKOBSEN, K. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo: CUT/FPA, 2000.
- JEANTET, T. *A economia social europeia*. Lisboa. Poseidom, 2002.
- KOVARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LESBAUPIN, I. *Exclusão social – a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LOBATO, A. *Garantia de renda mínima*. Brasília: IPEA, 1998.
- MANCE, E. *Redes de colaboração solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MIYARES, A. *et alii. Economia solidária*. Salvador FLEM, 2003.
- OLIVEIRA, C. *Políticas de combate à pobreza no município de São Paulo*. UN-Habitat, 2004 (Cadernos de Trabalho, 127).
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ORFEUIL, H. *Economia cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PAMPLONA, J. *Erguendo-se pelos próprios cabelos*. São Paulo: Germinal, 2001.
- PEREIRA, L. *Populações “marginais”*. São Paulo: Duas cidades, 1978.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Outra cidade é possível*. São Paulo: Cortez, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003b.
- PONTE JR. , O. *Mudanças no mundo do trabalho*. Fortaleza: UFC, 2000.
- PUC-SP *Renda mínima no debate internacional*. São Paulo: PUC/SP, 2001.
- RICO, E. *Avaliação de políticas sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.
- SACHS, I. *Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Brasília: Sebrae, 2002.
- SIMÃO, V. *Desemprego e sobrevivência*. Blumenau: Edifurb, 2000.
- SINGER, P. *Força de trabalho e emprego no Brasil*. São Paulo: Cebrap, 1981 (Cadernos Cebrap, 3).
- \_\_\_\_\_. *Políticas de apoio à economia solidária*. Brasília: Sebrae, 2001.
- SINGER, P., SOUZA, A. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SIQUEIRA, C. *Geração de emprego e renda no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SOARES, L. *Tempos de desafios*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, P. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Programa de pesquisas sobre mercado de trabalho*. Campinas: Depe/Unicamp, v. I, 1980.

- TOKMAN, V. El sector informal: quince años después. *El Trimestre Económico*, LIV (3). México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- TURNHAM, D. *et alii*. *The informal sector revisited*. Paris: OECD, 1990.

# ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

## Advertência

A PME sofreu uma modificação metodológica profunda, tendo havido, inclusive, uma ruptura na série histórica, com os dados da nova metodologia não podendo ser encadeados com os obtidos segundo a metodologia anterior. A página do IBGE na internet permite que se acesse uma Nota Técnica (*Relatório sobre a Transição Metodológica*) que explica as mudanças havidas, apresentando uma série de comparações entre os resultados segundo as duas metodologias. O endereço é: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

Acessada a página, deve-se procurar, sucessivamente, os campos: Indicadores/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Mensal de Emprego — PME Nova Metodologia/Relatório sobre a Transição Metodológica.

Nas tabelas seguintes que contém dados da PME, as médias para o ano de 2002 envolvem o período março-dezembro, em razão de ser apenas a partir do mês de março de 2002 que estão disponíveis dados para todas as seis regiões.

# ANEXO ESTATÍSTICO

## Índice de Tabelas

### A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

---

1. PEA por Região Metropolitana	A1
2. PEA por Gênero	A2
3. PEA por Grau de Instrução	A2
4. PEA por Faixa Etária	A3
6. Taxa de Participação por Região Metropolitana	A4
7. Taxa de Participação por Gênero	A5
8. Taxa de Participação por Grau de Instrução	A5
9. Taxa de Participação por Faixa Etária	A6
10. População Economicamente Inativa que Gostaria de Trabalhar	A7

### A2. OCUPAÇÃO

---

1. Nível de Ocupação por Região Metropolitana	A9
2. Nível de Ocupação por Gênero	A10
3. Nível de Ocupação por Grau de Instrução	A11
4. Nível de Ocupação por Faixa Etária	A12
5A. Nível de Ocupação por Posição na Ocupação	A13
5B. Empregados por Categoria de Ocupação	A14
6. Nível de Ocupação por Setor de Atividade	A15

### A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

---

1A. Admissões por UF	A17
1B. Desligamentos por UF	A19
1C. Variação do Nível de Emprego por UF	A21
2A. Admissões por Setor de Atividade	A23
2B. Desligamentos por Setor de Atividade	A25
2C. Variação do Nível de Emprego Formal por Setor de Atividade	A27

### A4. DESEMPREGO

---

1.1 Taxa de Desemprego por Região Metropolitana - PME	A29
1.2 Taxa de Desemprego Aberto - PED	A30
1.3 Taxa de Desemprego Oculto por Desalento - PED	A31
1.4 Taxa de Desemprego Oculto por Precariedade - PED	A32
1.5 Taxa de Desemprego Total - PED	A33
2. Taxa de Desemprego por Gênero - PME	A34
3. Taxa de Desemprego por Grau de Instrução - PME	A34
4. Taxa de Desemprego por Faixa Etária - PME	A35
6. Taxa de Desemprego por Posição na Família - PME	A36
7. Composição do Desemprego por Gênero - PME	A36
9. Composição do Desemprego por Posição na Família - PME	A37
10. Composição do Desemprego por Faixa Etária - PME	A38
11. Composição do Desemprego por Grau de Instrução - PME	A39
13. Composição do Desemprego por Faixa de Duração - PME	A40

## **A5. SEGURO-DESEMPREGO**

---

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Requerentes, Segurados e Valor Médio do Benefício | A41 |
|--|-----|

## **A7. RENDIMENTOS**

---

- |  |     |
|--|-----|
| 1A. Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Região              | A43 |
| 1B. Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Região               | A44 |
| 6A. Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Posição na Ocupação | A45 |
| 6B. Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Posição na Ocupação  | A46 |
| 7. Salário Mínimo Real   | A47 |

## **A9. INFORMALIDADE**

---

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Participação dos Empregados sem Carteira Assinada na Ocupação Total por Região Metropolitana  | A49 |
| 2. Participação dos Empregados por Conta Própria na Ocupação Total por Região Metropolitana  | A50 |
| 3. Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado com e sem Carteira Assinada, por Região Metropolitana           | A51 |
| 4. Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado com Carteira Assinada e Conta Própria, por Região Metropolitana | A52 |



## A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.1

### PEA por Região Metropolitana

[em mil pessoas]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	5.097	8.418	1.710	2.017	1.345	1.458	20.044
2003	5.235	8.957	1.768	2.125	1.444	1.527	21.056
Jan.-Mar./2003	5.164	8.767	1.737	2.056	1.418	1.496	20.638
2003							
Março	5.192	8.836	1.759	2.056	1.419	1.498	20.760
Abril	5.190	8.833	1.762	2.113	1.423	1.527	20.849
Maio	5.272	8.897	1.769	2.116	1.446	1.528	21.028
Junho	5.287	8.917	1.773	2.141	1.435	1.529	21.082
Julho	5.263	8.947	1.740	2.099	1.445	1.526	21.020
Agosto	5.291	8.988	1.775	2.169	1.481	1.544	21.248
Setembro	5.297	9.195	1.792	2.184	1.484	1.534	21.485
Outubro	5.279	9.149	1.801	2.168	1.467	1.535	21.399
Novembro	5.278	9.181	1.809	2.175	1.457	1.555	21.454
Dezembro	5.178	9.076	1.782	2.166	1.441	1.551	21.194
2004							
Janeiro	5.128	8.971	1.749	2.152	1.413	1.532	20.945
Fevereiro	5.220	8.971	1.725	2.173	1.401	1.538	21.028
Março	5.314	9.116	1.761	2.192	1.407	1.523	21.312
Jan.-Mar./2004	5.221	9.019	1.745	2.172	1.407	1.531	21.095

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

**A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA**

TABELA A.1.2

**PEA por Gênero**

[em mil pessoas]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	11.261	8.783
2003	11.676	9.358
Jan.-Mar./2003	11.571	9.067
2003		
Março	11.579	9.181
Abril	11.571	9.277
Maio	11.639	9.389
Junho	11.611	9.472
Julho	11.696	9.324
Agosto	11.772	9.476
Setembro	11.865	9.620
Outubro	11.838	9.561
Novembro	11.589	9.595
Dezembro	11.819	9.375
2004		
Janeiro	11.687	9.257
Fevereiro	11.641	9.386
Março	11.748	9.564
Jan.-Mar./2004	11.692	9.402

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.3

**PEA por Grau de Instrução**

[anos de escolaridade (em mil pessoas)]

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	6.979	4.072	8.954
2003	7.148	4.220	9.653
Jan.-Mar./2003	7.115	4.146	9.338
2003			
Março	7.145	4.182	9.378
Abril	7.082	4.230	9.500
Maio	7.161	4.213	9.618
Junho	7.157	4.233	9.654
Julho	7.127	4.231	9.626
Agosto	7.155	4.248	9.812
Setembro	7.288	4.272	9.897
Outubro	7.162	4.307	9.892
Novembro	7.164	4.292	9.969
Dezembro	7.136	4.172	9.856
2004			
Janeiro	6.932	4.078	9.912
Fevereiro	7.162	4.307	9.892
Março	7.164	4.292	9.969
Jan.-Mar./2004	7.086	4.226	9.924

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.4

### PEA por Faixa Etária

[em mil pessoas]

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	94	567	3.978	12.454	2.951
2003	126	613	4.056	12.995	3.266
Jan.-Mar./2003	106	607	3.943	12.803	3.180
2003					
Março	107	619	3.973	12.877	3.185
Abril	110	625	4.052	12.890	3.172
Maio	132	639	4.019	12.992	3.246
Junho	134	649	4.087	12.987	3.226
Julho	125	619	4.039	12.952	3.285
Agosto	133	638	4.111	13.060	3.306
Setembro	159	602	4.180	13.205	3.340
Outubro	126	582	4.147	13.186	3.357
Novembro	133	576	4.184	13.179	3.382
Dezembro	143	604	4.026	13.083	3.338
2004					
Janeiro	163	603	3.928	12.991	3.259
Fevereiro	144	603	3.903	13.103	3.274
Março	126	626	4.019	13.221	3.320
Jan.-Mar./2004	144	611	3.950	13.105	3.284

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.6

**Taxa de Participação por Região Metropolitana**

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	54,4	57,1	56,1	54,7	48,5	56,1	55,3
2003	54,8	59,8	56,7	56,3	51,3	57,6	57,1
Jan.-Mar./2003	54,2	59,0	56,2	54,9	50,8	56,7	56,3
2003							
Março	54,4	59,4	56,8	54,8	50,8	56,7	56,6
Abril	54,4	59,2	56,8	56,4	50,8	57,8	56,7
Mai	55,1	59,4	57,1	56,5	51,6	57,9	57,1
Junho	55,5	59,7	57,1	57,0	51,1	57,8	57,3
Julho	55,1	59,8	55,9	55,6	51,3	57,4	57,0
Agosto	55,3	60,0	57,0	57,3	52,4	58,1	57,5
Setembro	55,3	61,5	57,2	57,4	52,6	57,9	58,2
Outubro	55,0	60,8	57,3	57,1	51,6	57,7	57,7
Novembro	55,0	60,9	57,6	57,2	51,2	58,4	57,8
Dezembro	53,7	59,8	56,4	56,8	50,7	58,1	56,8
2004							
Janeiro	53,3	59,1	55,4	56,4	49,4	57,3	56,2
Fevereiro	54,1	59,2	54,7	56,8	49,3	57,4	56,4
Março	55,3	60,1	55,8	57,2	49,4	56,8	57,1
Jan.-Mar./2004	54,2	59,5	55,3	56,8	49,4	57,2	56,6

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.7

### Taxa de Participação por Gênero

[em %]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	66,3	45,7
2003	67,7	47,8
Jan.-Mar./2003	67,4	46,5
2003		
Março	67,5	47,0
Abril	67,5	47,3
Mai	67,7	47,8
Junho	67,7	48,3
Julho	67,7	47,6
Agosto	68,1	48,3
Setembro	68,4	49,1
Outubro	67,9	48,7
Novembro	67,9	48,8
Dezembro	67,1	47,6
2004		
Janeiro	66,7	46,9
Fevereiro	66,8	47,3
Março	67,4	48,2
Jan.-Mar./2004	67,0	47,5

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.8

### Taxa de Participação por Grau de Instrução

[anos de escolaridade (em %)]

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	40,9	57,1	74,9
2003	42,1	58,9	76,2
Jan.-Mar./2003	41,9	57,5	75,3
2003			
Março	41,9	57,9	75,9
Abril	41,9	58,5	75,8
Mai	42,2	58,6	76,3
Junho	42,3	59,1	76,5
Julho	42,2	58,5	75,8
Agosto	42,3	59,5	76,7
Setembro	43,0	60,1	77,2
Outubro	42,1	60,4	76,9
Novembro	41,9	60,8	77,3
Dezembro	41,6	59,0	75,6
2004			
Janeiro	41,1	56,9	75,0
Fevereiro	41,1	57,2	75,5
Março	41,5	57,4	76,9
Jan.-Mar./2004	41,2	57,2	75,8

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.9

**Taxa de Participação por Faixa Etária**

[em %]

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
Jan.-Mar./2003	3,0	25,8	69,5	77,5	37,3
2003					
Março	3,0	26,0	70,2	77,8	37,4
Abril	3,0	26,7	70,8	78,0	37,1
Maio	3,7	26,4	70,6	78,4	38,0
Junho	3,7	27,2	70,4	78,5	38,2
Julho	3,5	26,1	69,5	78,4	38,1
Agosto	3,7	27,2	70,0	78,8	38,7
Setembro	4,4	26,3	70,9	79,6	39,0
Outubro	3,5	25,3	70,6	79,3	38,7
Novembro	3,7	24,8	71,4	79,6	38,5
Dezembro	4,0	25,2	70,0	78,6	37,5
2004					
Janeiro	4,5	25,5	69,5	77,9	36,3
Fevereiro	4,0	25,4	69,9	78,3	36,6
Março	3,5	26,4	71,3	79,1	37,1
Jan.-Mar./2004	4,0	25,8	70,2	78,4	36,7

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.10

### População Economicamente Inativa que Gostaria de Trabalhar

Período	Disponíveis		Não-Disponíveis	Total
	Marginalmente Ligadas à PEA <sup>b</sup>	Total		
2002 <sup>a</sup>	1.076	3.150	440	3.590
2003	978	2.790	403	3.193
Jan.-Mar./2003	1.062	3.033	394	3.426
2003				
Março	986	2.896	368	3.264
Abril	949	2.861	386	3.247
Maio	925	2.810	417	3.227
Junho	926	2.812	390	3.202
Julho	925	2.685	396	3.081
Agosto	923	2.626	385	3.011
Setembro	958	2.640	399	3.039
Outubro	967	2.660	402	3.062
Novembro	908	2.551	428	2.979
Dezembro	1.063	2.738	448	3.186
2004				
Janeiro	1.085	2.845	361	3.206
Fevereiro	1.056	2.637	353	2.990
Março	965	2.641	377	3.018
Jan.-Mar./2004	1.035	2.708	364	3.071

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup> Média referente ao período mar.-dez.

<sup>b</sup> Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.



## A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.1

### Nível de Ocupação por Região Metropolitana

[em mil pessoas]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	4.585	7.346	1.560	1.804	1.177	1.239	17.711
2003	4.754	7.695	1.600	1.895	1.245	1.272	18.462
Jan.-Mar./2003	4.716	7.581	1.583	1.850	1.245	1.265	18.240
2003							
Março	4.719	7.605	1.583	1.845	1.238	1.255	18.246
Abril	4.711	7.568	1.590	1.891	1.224	1.273	18.257
Mai	4.767	7.598	1.589	1.883	1.228	1.263	18.327
Junho	4.770	7.625	1.592	1.883	1.220	1.256	18.347
Julho	4.760	7.646	1.575	1.860	1.240	1.257	18.338
Agosto	4.790	7.652	1.601	1.906	1.259	1.272	18.480
Setembro	4.784	7.837	1.610	1.948	1.261	1.264	18.704
Outubro	4.784	7.776	1.618	1.925	1.256	1.273	18.633
Novembro	4.805	7.896	1.639	1.951	1.253	1.300	18.845
Dezembro	4.732	8.003	1.642	1.941	1.267	1.307	18.892
2004							
Janeiro	4.673	7.810	1.616	1.888	1.232	1.283	18.503
Fevereiro	4.769	7.748	1.579	1.914	1.222	1.275	18.506
Março	4.791	7.786	1.591	1.927	1.229	1.263	18.587
Jan.-Mar./2004	4.744	7.781	1.595	1.910	1.228	1.274	18.532

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.2

**Nível de Ocupação por Gênero**

[em mil pessoas]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	10.149	7.562
2003	10.523	7.939
Jan.-Mar./2003	10.464	7.776
2003		
Março	10.443	7.803
Abril	10.390	7.867
Mai	10.408	7.919
Junho	10.363	7.984
Julho	10.479	7.859
Agosto	10.537	7.942
Setembro	10.635	8.069
Outubro	10.593	8.040
Novembro	10.705	8.140
Dezembro	10.769	8.123
2004		
Janeiro	10.573	7.929
Fevereiro	10.558	7.947
Março	10.561	8.026
Jan.-Mar./2004	10.564	7.967

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.3

### Nível de Ocupação por Grau de Instrução

[anos de escolaridade (em %)]

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	552	1.177	4.404	3.444	8.095
2003	559	1.170	4.558	3.521	8.619
Jan.-Mar./2003	612	1.186	4.515	3.503	8.385
2003					
Março	617	1.192	4.494	3.520	8.369
Abril	573	1.167	4.464	3.534	8.482
Maio	537	1.187	4.531	3.508	8.528
Junho	526	1.144	4.571	3.510	8.558
Julho	539	1.167	4.541	3.508	8.546
Agosto	536	1.162	4.550	3.492	8.707
Setembro	548	1.159	4.660	3.525	8.784
Outubro	551	1.121	4.575	3.530	8.818
Novembro	527	1.161	4.608	3.585	8.935
Dezembro	531	1.214	4.652	3.546	8.919
2004					
Janeiro	523	1.117	4.519	3.439	8.882
Fevereiro	522	1.116	4.504	3.450	8.880
Março	518	1.102	4.557	3.383	8.968
Jan.-Mar./2004	521	1.112	4.527	3.424	8.910

Fontes: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.4

**Nível de Ocupação por Faixa Etária**

[mil]

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	78	373	3.121	11.334	2.806
2003	104	379	3.109	11.777	3.094
Jan.-Mar./2003	84	386	3.079	11.679	3.013
2003					
Março	82	384	3.067	11.703	3.008
Abril	84	405	3.079	11.676	3.012
Mai	105	398	3.041	11.728	3.056
Junho	108	393	3.090	11.719	3.036
Julho	103	381	3.065	11.686	3.103
Agosto	113	380	3.101	11.756	3.129
Setembro	132	356	3.156	11.889	3.171
Outubro	113	339	3.144	11.870	3.167
Novembro	109	364	3.197	11.951	3.222
Dezembro	124	375	3.193	12.011	3.190
2004					
Janeiro	134	380	3.044	11.856	3.089
Fevereiro	119	367	2.986	11.927	3.108
Março	102	355	3.037	11.946	3.147
Jan.-Mar./2004	118	367	3.022	11.910	3.115

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.5A

### Nível de Ocupação por Posição na Ocupação

[em mil pessoas]

Período	Empregados				Conta Própria	Empregadores	Não-Remunerados	Total
	Com Carteira	Sem Carteira	Militar/RJU	Não-Remunerados				
2002 <sup>a</sup>	8.061	3.760	1.341	11	3.435	888	214	17.711
2003	8.174	4.045	1.355	12	3.688	1.014	175	18.462
Jan.-Mar./2003	8.234	3.920	1.324	11	3.538	1.031	182	18.240
2003								
Março	8.175	3.975	1.314	13	3.547	1.055	167	18.246
Abril	8.114	4.018	1.342	11	3.602	999	171	18.257
Mai	8.100	4.030	1.350	12	3.607	1.045	183	18.327
Junho	8.047	4.024	1.363	11	3.681	1.051	171	18.348
Julho	8.128	3.948	1.355	10	3.715	1.003	179	18.338
Agosto	8.147	4.073	1.345	19	3.736	997	163	18.480
Setembro	8.151	4.167	1.379	12	3.820	983	192	18.704
Outubro	8.225	4.054	1.394	19	3.789	1.000	152	18.633
Novembro	8.254	4.201	1.405	10	3.822	984	170	18.845
Dezembro	8.215	4.260	1.357	7	3.867	1.014	172	18.892
2004								
Janeiro	8.160	4.078	1.319	9	3.840	933	164	18.503
Fevereiro	8.133	4.065	1.321	8	3.857	960	162	18.506
Março	8.164	4.068	1.312	10	3.906	978	149	18.587
Jan.-Mar./2004	8.152	4.070	1.317	9	3.868	957	158	18.532

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.5B

**Empregados por Categoria de Ocupação**

Período	Setor Privado		Setor Público			Domésticos	
	Com Carteira	Sem Carteira	Com Carteira	Sem Carteira	Militar/RJU	Com Carteira	Sem Carteira
2002 <sup>a</sup>	7.190	2.613	377	270	1.341	494	877
2003	7.329	2.870	353	271	1.355	492	904
Jan.-Mar./2003	7.390	2.783	349	275	1.324	495	861
2003							
Março	7.317	2.818	342	271	1.314	516	887
Abril	7.269	2.847	343	277	1.342	502	894
Mai	7.268	2.859	338	268	1.350	495	902
Junho	7.186	2.807	348	283	1.363	513	934
Julho	7.273	2.773	357	257	1.355	498	918
Agosto	7.293	2.912	371	242	1.345	483	920
Setembro	7.304	2.963	370	268	1.379	476	936
Outubro	7.356	2.890	372	263	1.394	497	900
Novembro	7.439	2.983	338	289	1.405	477	929
Dezembro	7.386	3.051	348	275	1.357	481	934
2004							
Janeiro	7.354	2.887	328	279	1.319	478	912
Fevereiro	7.321	2.852	318	293	1.321	494	920
Março	7.338	2.837	334	288	1.312	492	943
Jan.-Mar./2004	7.338	2.859	327	287	1.317	488	925

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.6

### Nível de Ocupação por Setor de Atividade

[em mil pessoas]

Período	Indústria <sup>a</sup>	Construção	Comércio <sup>b</sup>	Intermediação Financeira <sup>c</sup>	Administração Pública <sup>d</sup>	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Outras Atividades
2002 <sup>e</sup>	3.112	1.353	3.663	2.291	2.845	1.371	2.971	105
2003	3.250	1.393	3.722	2.479	2.919	1.397	3.151	152
Jan.Mar./2003	3.205	1.410	3.745	2.397	2.864	1.355	3.125	139
2003								
Março	3.118	1.421	3.803	2.438	2.849	1.399	3.081	135
Abril	3.216	1.435	3.636	2.450	2.900	1.397	3.072	150
Mai	3.310	1.393	3.693	2.479	2.849	1.397	3.078	129
Junho	3.250	1.378	3.647	2.477	2.913	1.447	3.097	138
Julho	3.228	1.382	3.654	2.443	2.906	1.417	3.111	196
Agosto	3.266	1.386	3.669	2.527	2.909	1.403	3.161	157
Setembro	3.263	1.384	3.716	2.580	2.981	1.412	3.200	168
Outubro	3.262	1.343	3.698	2.556	3.006	1.397	3.215	157
Novembro	3.291	1.370	3.796	2.547	3.027	1.407	3.256	151
Dezembro	3.302	1.413	3.919	2.501	2.940	1.416	3.244	156
2004								
Janeiro	3.293	1.403	3.726	2.475	2.895	1.390	3.185	136
Fevereiro	3.246	1.431	3.768	2.466	2.861	1.415	3.193	127
Março	3.179	1.426	3.804	2.500	2.952	1.436	3.159	132
Jan.-Mar./2004	3.239	1.420	3.766	2.480	2.903	1.414	3.179	132

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Indústrias extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

<sup>b</sup>Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.

<sup>c</sup>Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas.

<sup>d</sup>Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais.

<sup>e</sup>Média referente ao período mar.-dez.



**A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA**

TABELA A.3.1A  
**Admissões por UF**

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Mar./03	Mar./03	Abr./03	Mai./03	Jun./03	Jul./03	Ago./03	Sep./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Jan.-Mar./04
RO	46.788	49.073	51.199	55.768	4.575	4.731	3.915	4.993	4.993	5.406	5.199	5.119	4.943	4.227	3.249	4.868	4.692	6.320	5.293
AC	9.572	11.416	11.687	10.728	761	782	884	1.023	967	1.161	993	905	1.143	828	540	802	809	1.035	882
AM	83.079	89.022	86.413	88.113	6.685	6.161	6.918	6.993	6.978	6.832	8.360	9.750	9.123	7.884	5.220	9.102	7.948	10.228	9.093
RR	4.958	6.015	5.221	5.966	493	445	582	514	533	510	529	504	521	467	328	663	559	701	641
PA	129.505	143.350	143.755	160.830	11.665	10.606	12.825	13.492	14.270	15.497	15.521	16.805	15.336	13.458	8.632	14.057	13.873	15.468	14.466
AP	9.923	9.735	9.491	10.699	694	701	606	784	985	1.013	1.350	1.085	1.133	907	755	1.530	946	1.054	1.177
TO	27.829	29.963	31.305	32.726	2.031	1.894	2.431	3.059	3.452	2.937	3.008	3.065	3.084	3.530	2.068	2.790	3.358	3.676	3.275
MA	57.334	69.239	60.558	62.670	4.800	4.837	4.576	6.582	5.058	5.038	5.611	5.663	6.607	5.689	3.445	4.744	4.576	5.684	5.001
PI	47.854	48.127	46.875	46.111	3.638	3.360	3.125	4.397	5.495	3.681	4.130	3.754	4.320	3.623	2.672	3.582	3.373	4.166	3.707
CE	212.751	223.517	215.582	210.583	16.013	13.966	16.076	16.942	17.398	17.350	19.846	20.890	22.674	17.596	13.772	18.062	15.365	17.669	17.032
RN	85.770	103.114	97.748	105.122	7.984	7.311	8.016	8.206	7.152	10.490	10.707	11.636	9.663	9.050	6.249	8.382	8.718	10.350	9.150
PB	69.315	78.281	74.189	67.107	5.029	4.647	4.585	6.451	4.814	7.662	7.849	6.551	5.711	5.089	3.308	4.656	4.421	5.015	4.697
PE	240.023	270.845	254.078	251.413	17.535	16.072	19.749	23.079	17.274	16.850	26.570	39.076	23.676	18.868	13.666	18.426	17.086	18.967	18.160
AL	80.891	93.729	88.185	93.277	4.086	3.880	4.487	4.924	4.787	4.354	5.745	38.481	9.179	5.167	3.896	5.035	3.895	4.344	4.425
SE	51.094	54.826	55.944	52.951	4.257	4.569	4.327	4.232	3.922	4.924	4.397	5.057	5.496	4.419	3.406	4.738	4.593	5.407	4.913
BA	338.769	357.821	348.538	349.688	25.927	24.458	29.398	31.822	27.182	30.283	32.637	34.305	32.957	29.588	23.736	35.561	28.815	33.329	32.568
MG	1.271.750	1.284.887	1.276.156	1.275.231	95.256	93.089	104.126	129.207	134.099	115.596	113.021	117.930	105.995	97.096	72.393	95.691	102.480	116.491	104.887
ES	207.676	221.636	221.484	222.795	17.434	17.410	21.732	22.000	18.496	17.592	19.549	19.182	18.962	18.133	14.847	17.606	16.794	22.532	18.977

(continua)

(continuação)

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Mar./03	Mar./03	Abr./03	Mai./03	Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Jan.-Mar./04
RJ	966.615	1.009.454	890.500	863.172	71.415	64.034	71.682	73.149	72.017	73.712	74.670	74.841	75.174	73.798	59.884	73.942	71.158	83.082	76.061
SP	3.142.311	3.342.485	3.067.642	2.972.094	256.776	238.754	286.848	289.207	252.253	248.453	247.460	243.286	243.901	227.901	162.456	259.922	274.547	301.082	278.517
PR	656.104	735.560	710.236	735.432	62.272	62.537	71.761	71.151	57.704	58.954	60.533	61.854	63.540	59.664	43.456	62.636	69.371	82.126	71.378
SC	468.212	525.573	531.525	556.244	52.099	50.164	47.515	45.290	40.798	40.982	43.269	46.880	51.457	48.325	35.431	55.145	62.846	61.203	59.731
RS	761.293	814.128	757.568	777.864	71.251	70.219	73.594	62.995	58.644	56.984	58.665	61.469	67.382	71.875	52.502	74.081	78.428	98.553	83.687
MS	113.595	127.138	131.314	140.349	12.486	12.868	12.130	12.928	11.328	12.103	11.688	12.372	11.878	10.775	7.690	13.569	12.516	16.594	14.226
MT	151.152	174.754	182.489	201.391	17.731	18.886	17.514	19.543	17.649	17.160	16.940	16.663	18.042	14.344	10.344	21.006	19.856	23.212	21.358
GO	265.797	292.087	298.605	301.347	26.010	24.418	27.066	27.550	23.937	24.528	26.284	27.800	26.638	22.865	16.649	25.592	27.040	32.658	28.430
DF	168.172	185.868	164.092	159.672	13.452	12.860	12.985	13.555	12.694	12.331	14.943	15.159	13.196	13.483	10.969	14.010	13.983	17.146	15.046
Total	9.668.132	10.351.643	9.812.379	9.809.343	812.354	773.659	869.453	904.068	824.879	812.383	839.474	900.082	851.731	788.649	581.563	850.198	872.046	998.092	906.779

**A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA**

TABELA A.3.1B

**Desligamentos por UF**

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Mar./03	Abr./03	Mai./03	Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Jan.-Mar./04
RO	43.913	46.598	46.444	52.369	4.380	4.421	3.868	4.138	3.884	4.646	4.554	4.217	4.471	5.269	4.492	4.489	5.434	4.805
AC	8.241	9.994	10.872	10.881	840	853	946	982	644	966	840	805	1.119	1.224	902	751	981	878
AM	70.035	82.873	75.316	77.977	6.381	6.343	6.034	6.212	5.754	5.920	5.536	6.269	6.362	10.960	7.695	6.331	8.398	7.475
RR	4.813	5.612	5.180	5.719	502	508	484	470	461	465	522	409	355	533	547	354	642	514
PA	114.331	131.949	130.435	148.360	11.551	11.464	11.232	11.416	11.652	11.069	11.505	12.865	15.142	13.140	13.351	11.741	14.350	13.147
AP	8.549	8.980	8.704	10.938	841	771	1.194	846	907	785	788	816	763	1.518	831	716	1.173	907
TO	26.223	30.406	30.880	29.700	2.187	2.090	2.082	2.052	1.965	2.246	2.796	2.411	2.559	3.978	2.654	2.122	2.587	2.454
MA	53.488	65.606	57.316	56.577	4.680	4.223	4.162	5.051	3.945	4.306	4.362	5.275	4.698	6.443	4.672	4.327	4.975	4.658
PI	45.542	48.283	41.549	44.158	3.776	3.594	2.894	3.433	3.581	4.235	3.546	4.503	3.301	3.816	3.504	3.429	3.716	3.550
CE	194.972	206.436	184.751	191.938	17.269	15.893	14.795	16.387	14.288	16.522	16.332	15.545	14.244	15.354	19.878	16.493	17.900	18.090
RN	76.808	97.249	86.992	98.042	9.408	8.933	7.690	7.649	7.618	8.442	7.430	7.131	7.009	8.263	10.511	9.269	9.647	9.809
PB	64.310	78.422	67.029	70.459	7.937	7.381	4.852	5.364	4.213	5.625	4.686	4.982	4.455	7.926	7.720	4.646	7.075	6.480
PE	220.157	257.336	236.905	237.584	25.121	20.334	18.671	18.077	14.313	17.910	18.756	17.531	18.312	19.271	23.175	19.194	31.377	24.582
AL	68.987	86.998	80.373	82.405	12.224	10.944	5.205	4.609	4.038	4.314	5.403	3.882	5.268	6.314	5.636	8.237	15.420	9.764
SE	47.850	54.030	45.108	50.469	4.481	4.486	4.478	4.473	3.380	3.941	4.125	3.999	3.738	4.550	3.903	3.478	4.730	4.037
BA	309.138	344.672	311.240	323.186	25.349	25.396	23.844	26.793	25.275	28.007	30.476	27.496	24.764	31.627	26.355	26.187	33.462	28.668
MG	1.232.164	1.253.526	1.180.740	1.199.582	90.624	90.020	87.130	93.472	90.911	110.022	121.322	115.708	94.802	108.389	86.790	85.978	105.003	92.590
ES	189.419	199.816	197.932	209.792	16.708	16.613	15.809	20.849	18.131	17.197	19.252	17.202	14.875	19.271	15.801	16.246	20.517	17.521

(continua)

(continuação)

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Mar./03	Mar./03	Abr./03	Mai./03	Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Jan.-Mar./04
RJ	905.395	950.034	817.854	804.625	71.263	67.713	64.521	71.804	62.624	70.545	67.145	61.542	63.998	60.900	67.758	72.240	63.223	78.942	71.468
SP	2.901.429	3.159.516	2.867.964	2.800.585	230.347	219.672	220.441	225.461	209.719	231.197	225.238	217.483	248.370	254.839	276.796	222.390	220.635	249.825	230.950
PR	627.961	681.703	651.647	673.062	55.163	56.913	54.484	54.935	52.475	55.483	51.835	51.741	56.532	55.452	74.636	56.478	57.616	65.116	59.737
SC	438.133	473.725	482.084	510.563	45.523	49.421	41.802	48.391	39.260	41.051	37.555	38.512	41.162	37.142	49.119	41.486	48.892	58.486	49.621
RS	707.801	763.819	714.880	730.183	61.760	65.504	62.719	68.771	61.491	68.057	56.378	54.127	54.563	52.821	65.976	58.723	60.711	79.398	66.277
MS	107.130	116.204	119.843	127.849	9.295	10.726	10.221	10.613	9.272	11.172	9.927	11.072	11.710	10.325	15.653	10.304	9.993	12.727	11.008
MT	147.069	161.772	171.610	185.078	13.144	14.289	13.530	16.404	14.179	15.164	15.461	16.569	18.048	18.883	17.407	14.630	14.894	18.930	16.151
GO	243.807	270.706	279.342	280.568	21.995	21.241	21.322	22.147	20.930	23.042	21.621	22.204	24.090	28.362	30.865	23.011	21.228	24.435	22.891
DF	152.871	174.299	146.975	151.261	12.680	12.652	11.019	12.956	14.174	12.821	12.311	14.021	11.129	11.911	12.879	12.413	11.792	14.634	12.946
Total	9.010.536	9.760.564	9.049.965	9.163.910	765.429	752.398	715.429	763.755	699.084	775.150	759.702	738.317	780.861	753.845	881.481	750.092	732.972	889.880	790.981

TABELA A.3.1C  
**Varição do Nível de Emprego por UF**

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Mar./03	Mar./03	Abr./03	Mai./03	Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Jan.-Mar./04
RO	2.875	2.475	4.755	3.399	194	310	47	855	1.109	760	645	902	472	46	-2.020	376	203	886	488
AC	1.331	1.422	815	-153	-78	-71	-62	41	323	195	153	100	24	-8	-684	-100	58	54	4
AM	13.044	6.149	11.097	10.136	304	-182	884	781	1.224	912	2.824	3.481	2.761	2.096	-5.740	1.407	1.617	1.830	1.618
RR	145	403	41	247	-9	-63	98	44	72	45	7	95	6	112	-205	116	205	59	127
PA	15.174	11.401	13.320	12.470	114	-858	1.593	2.076	2.618	4.428	4.016	3.940	194	318	-7.054	706	2.132	1.118	1.319
AP	1.374	755	787	-239	-147	-70	-588	-62	78	228	562	269	370	108	-763	699	230	-119	270
TO	1.606	-443	425	3.026	-157	-196	349	1.007	1.487	691	212	654	525	481	-1.910	136	1.236	1.089	820
MA	3.846	3.633	3.242	6.093	120	614	414	1.531	1.113	732	1.249	388	1.909	1.395	-2.998	72	249	709	343
PI	2.312	-156	5.326	1.953	-138	-234	231	964	1.914	-554	584	-749	800	322	-1.144	78	-56	450	157
CE	17.779	17.081	30.831	18.645	-1.256	-1.927	1.281	555	3.110	828	3.514	5.345	6.010	3.352	-1.582	-1.816	-1.128	-231	-1.058
RN	8.962	5.865	10.756	7.080	-1.424	-1.622	326	557	-466	2.048	3.277	4.505	1.077	2.041	-2.014	-2.129	-551	703	-659
PB	5.005	-141	7.160	-3.352	-2.908	-2.734	-267	1.087	601	2.037	3.163	1.569	1.166	634	-4.618	-3.064	-225	-2.060	-1.783
PE	19.866	13.509	17.173	13.829	-7.586	-4.262	1.078	5.002	2.961	-1.060	7.814	21.545	4.295	556	-5.605	-4.749	-2.108	-12.410	-6.422
AL	11.904	6.731	7.812	10.872	-8.138	-7.064	-718	315	749	40	342	34.599	2.479	-101	-2.418	-601	-4.342	-11.076	-5.340
SE	3.244	796	10.836	2.482	-224	83	-151	-241	542	983	272	1.058	1.155	681	-1.144	835	1.115	677	876
BA	29.631	13.149	37.298	26.502	578	-938	5.554	5.029	1.907	2.276	2.161	6.809	4.099	4.824	-7.891	9.206	2.628	-133	3.900
MG	39.586	31.361	95.416	75.649	4.632	3.069	16.996	35.735	43.188	5.574	-8.301	2.222	42	2.294	-35.996	8.901	16.502	11.488	12.297
ES	18.257	21.820	23.552	13.003	726	797	5.923	1.151	365	395	297	1.980	1.880	3.258	-4.424	1.805	548	2.015	1.456

(continua)

(continuação)

	2000	2001	2002	2003	Jan.-Mar./03	Mar./03	Abr./03	Mai./03	Jun./03	Jul./03	Ago./03	Set./03	Out./03	Nov./03	Dez./03	Jan./04	Fev./04	Mar./04	Jan.-Mar./04
RJ	61.220	59.420	72.646	58.547	152	-3.679	7.161	1.345	9.393	3.167	7.525	13.299	11.176	12.898	-7.874	1.702	7.935	4.140	4.592
SP	240.882	182.969	199.678	171.509	26.429	19.082	66.407	63.746	42.534	17.256	22.222	25.803	-4.469	-26.938	-114.340	37.532	53.912	51.257	47.567
PR	28.143	53.857	58.589	62.370	7.109	5.624	17.277	16.216	5.229	3.471	8.698	10.113	7.008	4.212	-31.180	6.158	11.755	17.010	11.641
SC	30.079	51.848	49.441	45.681	6.576	743	5.713	-3.101	1.538	-69	5.714	8.368	10.295	11.183	-13.688	13.659	13.954	2.717	10.110
RS	53.492	50.309	42.688	47.681	9.491	4.715	10.875	-5.776	-2.847	-11.073	2.287	7.342	12.819	19.054	-13.474	15.358	17.717	19.155	17.410
MS	6.465	10.934	11.471	12.500	3.191	2.142	1.909	2.315	2.056	931	1.761	1.300	168	450	-7.963	3.265	2.523	3.867	3.218
MT	4.083	12.982	10.879	16.313	4.586	4.597	3.984	3.139	3.470	1.996	1.479	94	-6	-4.539	-7.063	6.376	4.962	4.282	5.207
GO	21.990	21.381	19.263	20.779	4.015	3.177	5.744	5.403	3.007	1.486	4.663	5.596	2.548	-5.497	-14.216	2.581	5.812	8.223	5.539
DF	15.301	11.569	17.117	8.411	772	208	1.966	599	-1.480	-490	2.632	1.138	2.067	1.572	-1.910	1.597	2.191	2.512	2.100
Total	657.596	591.079	762.414	645.433	46.925	21.261	154.024	140.313	125.795	37.233	79.772	161.765	70.870	34.804	-299.918	100.106	139.074	108.212	115.797

TABELA A.3.2A  
**Admissões por Setor de Atividade**

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Siup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/Ignorados	Total
1999	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002	31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	58	9.812.379
2003	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
Jan.-Mar./2003	2.545	174.910	4.156	75.417	182.177	287.927	9.519	75.575	128	812.354
Mar./03	2.573	173.544	3.599	68.150	169.943	275.340	9.143	71.186	181	773.659
Abr./03	2.590	200.863	3.538	72.673	186.853	285.887	8.159	108.648	242	869.453
Mai./03	3.193	192.635	3.032	80.881	191.570	297.604	6.216	128.538	399	904.068
Jun./03	3.017	159.731	2.874	79.719	180.814	268.341	4.702	125.677	4	824.879
Jul./03	2.939	154.291	2.987	82.915	185.730	275.496	4.944	103.081	0	812.383
Ago./03	3.352	170.190	2.986	82.937	190.517	301.810	5.687	81.995	0	839.474
Set./03	2.726	218.940	2.818	85.607	198.305	305.852	4.793	81.041	0	900.082
Out./03	3.107	178.119	2.979	87.324	208.428	293.808	4.092	73.873	1	851.731
Nov./03	2.571	148.716	2.400	76.612	214.131	275.381	3.091	65.744	3	788.649
Dez./03	2.027	91.861	3.358	51.350	171.705	222.399	2.614	36.249	0	581.563
Jan./04	3.056	180.808	5.023	83.245	198.949	289.973	3.664	85.480	0	850.198
Fev./04	2.681	190.776	3.542	72.078	191.183	311.878	15.287	84.617	4	872.046

(continua)

(continuação)

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Siup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/Ignorados	Total
mar/04	3.659	230.945	4.089	88.799	225.018	350.567	10.238	84.769	8	998.092
Jan-Mar/2004	3.132	200.843	4.218	81.374	205.050	317.473	9.730	84.955	4	906.779

Fonte: Caged/MTE.

TABELA A.3.2B  
Desligamentos por Setor de Atividade

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Siup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/Ignorados	Total
1999	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
Jan.-Mar./2003	2.169	161.218	3.504	84.244	180.271	263.708	4.681	65.604	31	765.429
Mar./03	2.137	161.351	3.439	81.566	175.394	263.957	4.357	60.156	41	752.398
Abr./03	2.087	152.097	2.923	71.711	168.647	251.440	4.550	61.906	68	715.429
Mai./03	2.052	163.015	3.484	80.483	176.393	267.630	4.991	65.666	41	763.755
Jun./03	2.180	151.161	2.890	75.163	158.592	244.684	4.779	59.635	0	699.084
Jul./03	2.192	164.051	3.329	79.411	178.068	267.266	4.725	76.107	1	775.150
Ago./03	2.245	151.101	2.667	79.877	165.317	260.378	4.564	93.553	0	759.702
Set./03	2.453	145.765	2.683	78.633	163.721	250.311	4.008	90.739	4	738.317
Out./03	2.239	161.910	2.714	83.321	172.019	261.389	3.211	94.058	0	780.861
Nov./03	2.105	161.585	2.390	82.092	153.990	238.923	2.940	109.820	0	753.845
Dez./03	2.494	176.946	2.702	91.002	171.114	296.929	15.215	125.078	1	881.481
Jan./04	2.079	144.708	2.919	69.200	196.044	255.914	4.816	74.412	0	750.092
Fev./04	2.182	152.690	2.931	70.512	170.773	259.519	4.839	69.526	0	732.972

(continua)

(continuação)

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Siup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/Ignorados	Total
Mar./04	2.606	180.198	4.457	81.152	212.908	314.955	4.970	88.634	0	889.880
Jan.-Mar./2004	2.289	159.199	3.436	73.621	193.242	276.796	4.875	77.524	0	790.981

Fonte: Caged/MTE.

TABELA A.3.2C

## Variação do Nível de Emprego Formal por Setor de Atividade

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Siup	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/ Ignorados	Total
1999	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002	5.583	161.170	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-32	762.414
2003	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
Jan.-Mar./2003	377	13.692	652	-8.827	1.905	24.219	4.838	9.971	97	46.925
Mar./03	436	12.193	160	-13.416	-5.451	11.383	4.786	11.030	140	21.261
Abr./03	503	48.766	615	962	18.206	34.447	3.609	46.742	174	154.024
Mai./03	1.141	29.620	-452	398	15.177	29.974	1.225	62.872	358	140.313
Jun./03	837	8.570	-16	4.556	22.222	23.657	-77	66.042	4	125.795
Jul./03	747	-9.760	-342	3.504	7.662	8.230	219	26.974	-1	37.233
Ago./03	1.107	19.089	319	3.060	25.200	41.432	1.123	-11.558	0	79.772
Set./03	273	73.175	135	6.974	34.584	55.541	785	-9.698	-4	161.765
Out./03	868	16.209	265	4.003	36.409	32.419	881	-20.185	1	70.870
Nov./03	466	-12.869	10	-5.480	60.141	36.458	151	-44.076	3	34.804
Dez./03	-467	-85.085	656	-39.652	591	-74.530	-12.601	-88.829	-1	-299.918
Jan./04	977	36.100	2.104	14.045	2.905	34.059	-1.152	11.068	0	100.106
Fev./04	499	38.086	611	1.566	20.410	52.359	10.448	15.091	4	139.074

(continua)

(continuação)

	Extrativa Mineral	Indústria de Transferência	Siup	Construção. Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
Mar./04	1.053	50.747	-368	7.647	12.110	35.612	5.268	-3.865	8	108.212
Jan.-Mar./2004	843	41.644	782	7.753	11.808	40.677	4.855	7.431	4	115.797

Fonte: Caged/MTE.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.1.1

### Taxa de Desemprego por Região Metropolitana — PME

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	10,1	12,7	8,8	10,6	12,5	15,0	11,7
2003	9,2	14,1	9,5	10,9	13,7	16,7	12,3
Jan.-Mar./2003	8,7	13,5	8,8	10,1	12,2	15,5	11,6
2003							
Março	9,1	13,9	10,0	10,3	12,7	16,2	12,1
Abril	9,2	14,3	9,8	10,5	14,0	16,7	12,4
Mai	9,6	14,6	10,2	11,0	15,1	17,3	12,8
Junho	9,8	14,5	10,2	12,1	14,9	17,9	13,0
Julho	9,6	14,5	9,5	11,4	14,2	17,6	12,8
Agosto	9,5	14,9	9,8	12,1	15,0	17,6	13,0
Setembro	9,7	14,8	10,1	10,8	15,0	17,6	12,9
Outubro	9,4	15,0	10,1	11,2	14,4	17,0	12,9
Novembro	8,9	14,0	9,4	10,3	14,0	16,4	12,2
Dezembro	8,6	11,8	7,9	10,4	12,1	15,7	10,9
2004							
Janeiro	8,9	12,9	7,6	12,3	12,8	16,2	11,7
Fevereiro	8,6	13,6	8,5	11,9	12,7	17,1	12,0
Março	9,8	14,6	9,6	12,1	12,6	17,1	12,8
Jan.-Mar./2004	9,1	13,7	8,6	12,1	12,7	16,8	12,2

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.1.2

**Taxa de Desemprego Aberto — PED**

[em %]

Período	SP	DF	POA	SA	BH	RE
2002 <sup>a</sup>	12,1	12,7	10,0	16,4	11,5	11,3
2003	12,7	n.d.	11,0	17,1	12,2	13,6
Jan.-Mar./2003	11,9	13,3	9,4	16,5	11,4	11,6
2003						
Março	12,7	14,4	9,9	17,2	12,2	12,4
Abril	13,6	14,9	11,0	18,6	12,3	13,6
Maio	13,4	15,1	11,6	18,9	11,6	14,1
Junho	13,2	14,7	12,2	18,9	11,7	14,9
Julho	12,7	n.d.	11,9	17,8	12,4	14,7
Agosto	12,9	15,3	11,6	17,3	13,2	14,8
Setembro	13,2	15,0	11,7	16,7	13,3	14,7
Outubro	13,2	15,1	11,6	16,2	12,9	14,3
Novembro	12,6	14,6	11,7	16,0	12,5	14,1
Dezembro	12,0	n.d.	10,5	15,1	12,5	13,3
2004						
Janeiro	11,9	n.d.	9,9	14,9	13,4	13,4
Fevereiro	12,6	n.d.	10,0	14,9	14,1	13,9
Março	13,3	n.d.	n.d.	15,4	n.d.	n.d.
Jan.-Mar./2004	12,6	n.d.	n.d.	15,1	n.d.	n.d.

Fonte: PED/Dieese.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

**A4. DESEMPREGO**

TABELA A.4.1.3

**Taxa de Desemprego Oculto por Desalento — PED**

[em %]

Período	SP	DF	POA	SA	BH	RE
2002 <sup>a</sup>	2,0	3,5	1,9	3,2	2,4	4,5
2003	2,1	n.d.	2,0	3,4	n.d.	n.d.
Jan.-Mar./2003	2,2	3,9	2,1	3,3	3,2	4,7
2003						
Março	2,1	3,8	2,1	3,6	3,4	5,1
Abril	2,0	3,5	1,9	3,4	3,0	5,0
Mai	1,9	3,4	1,7	3,5	2,7	n.d.
Junho	2,0	3,5	1,9	3,6	n.d.	n.d.
Julho	2,1	3,5	2,0	3,8	n.d.	n.d.
Agosto	2,0	3,9	2,1	3,9	n.d.	n.d.
Setembro	2,0	3,7	2,1	3,6	n.d.	n.d.
Outubro	1,9	3,4	2,1	3,3	n.d.	n.d.
Novembro	2,1	3,2	1,8	3,1	n.d.	n.d.
Dezembro	2,0	n.d.	1,6	3,0	n.d.	n.d.
2004						
Janeiro	2,1	n.d.	1,7	3,3	n.d.	n.d.
Fevereiro	2,2	n.d.	1,9	3,8	n.d.	n.d.
Março	2,2	n.d.	n.d.	3,8	n.d.	n.d.
Jan.-Mar./2004	2,2	n.d.	n.d.	3,6	n.d.	n.d.

Fonte: PED/Dieese.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.4.1.4

**Taxa de Desemprego Oculto por Precariedade — PED**

[em %]

Período	SP	DF	POA	SA	BH	RE
2002 <sup>a</sup>	4,9	4,1	3,5	7,8	4,1	4,7
2003	5,1	n.d.	3,6	7,6	n.d.	n.d.
Jan.-Mar./2003	5,0	4,7	3,3	7,8	4,7	4,7
2003						
Março	4,8	5,0	3,3	7,6	5,0	4,8
Abril	5,0	4,9	3,4	7,4	4,9	4,9
Mai	5,2	4,6	3,3	7,3	5,0	n.d.
Junho	5,1	4,8	3,5	7,5	n.d.	n.d.
Julho	5,0	4,7	3,8	7,3	n.d.	n.d.
Agosto	5,1	4,4	4,1	7,7	n.d.	n.d.
Setembro	5,3	4,3	4,0	7,6	n.d.	n.d.
Outubro	5,3	4,0	4,0	7,9	n.d.	n.d.
Novembro	5,2	4,1	3,8	7,7	n.d.	n.d.
Dezembro	5,0	n.d.	3,8	7,9	n.d.	n.d.
2004						
Janeiro	5,0	n.d.	3,7	7,8	n.d.	n.d.
Fevereiro	5,0	n.d.	3,9	7,9	n.d.	n.d.
Março	5,1	n.d.	n.d.	7,5	n.d.	n.d.
Jan.-Mar./2004	5,0	n.d.	n.d.	7,7	n.d.	n.d.

Fonte: PED/Dieese.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.1.5

### Taxa de Desemprego Total — PED

[em %]

Período	SP	DF	POA	SA	BH	RE
2002 <sup>a</sup>	19,0	20,3	15,3	27,4	18,1	20,4
2003	19,9	n.d.	16,6	28,1	19,8	22,9
Jan.-Mar./2003	19,1	21,8	14,8	27,5	19,3	21,0
2003						
Março	19,7	23,2	15,3	28,4	20,6	22,3
Abril	20,6	23,3	16,3	29,4	20,2	23,5
Mai	20,6	23,1	16,6	29,7	19,3	23,9
Junho	20,3	22,7	17,6	30,0	19,1	23,9
Julho	19,7	23,3	17,7	28,9	19,7	23,9
Agosto	20,0	23,6	17,8	28,8	21,0	23,6
Setembro	20,6	23,0	17,8	27,9	20,9	23,7
Outubro	20,4	22,5	17,7	27,4	20,4	23,3
Novembro	19,9	21,8	17,3	26,8	19,4	23,5
Dezembro	19,1	n.d.	15,9	26,0	19,2	22,8
2004						
Janeiro	19,1	n.d.	15,3	26,0	20,4	19,1
Fevereiro	19,8	n.d.	15,8	26,6	21,0	19,8
Março	20,6	n.d.	n.d.	26,7	21,3	20,6
Jan.-Mar./2004	19,8	n.d.	n.d.	26,4	20,9	19,8

Fonte: PED/Dieese.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.4.2

**Taxa de Desemprego por Gênero — PME**

[em %]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	9,9	13,9
2003	10,0	15,1
Jan.-Mar./2003	9,6	14,2
2003		
Março	9,8	15,0
Abril	10,2	15,2
Maio	10,6	15,7
Junho	10,7	15,7
Julho	10,4	15,7
Agosto	10,5	16,2
Setembro	10,4	16,1
Outubro	10,5	15,9
Novembro	9,7	15,2
Dezembro	8,9	13,4
2004		
Janeiro	9,5	14,3
Fevereiro	9,3	15,3
Março	10,1	16,1
Jan.-Mar./2004	9,6	15,2

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.3

**Taxa de Desemprego por Grau de Instrução — PME**

[anos de escolaridade (em %)]

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	12,0	15,4	9,6
2003	12,0	16,6	10,7
Jan.-Mar./2003	11,2	15,5	10,2
2003			
Março	11,7	15,8	10,8
Abril	12,3	16,5	10,7
Maio	12,6	16,7	11,3
Junho	12,7	17,1	11,4
Julho	12,3	17,1	11,2
Agosto	12,6	17,8	11,3
Setembro	12,6	17,5	11,2
Outubro	12,7	18,0	10,9
Novembro	12,1	16,5	10,4
Dezembro	10,3	15,0	9,5
2004			
Janeiro	11,1	15,7	10,4
Fevereiro	11,0	16,6	10,8
Março	11,5	17,9	11,6
Jan.-Mar./2004	11,2	16,7	10,9

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.4

### Taxa de Desemprego por Faixa Etária — PME

[em %]

Período	15-17	18-24	25-49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	34,2	21,6	9,0	4,9
2003	38,2	23,6	9,5	5,3
Jan.-Mar./2003	36,4	21,9	8,8	5,2
2003				
Março	37,9	22,8	9,1	5,5
Abril	35,2	24,0	9,4	5,0
Maio	37,7	24,3	9,7	5,8
Junho	39,4	24,4	9,8	5,9
Julho	38,5	24,1	9,8	5,5
Agosto	40,4	24,6	10,0	5,4
Setembro	40,9	24,5	10,0	5,1
Outubro	41,8	24,2	10,0	5,7
Novembro	36,7	23,6	9,3	4,7
Dezembro	38,0	20,7	8,2	4,4
2004				
Janeiro	37,0	22,5	8,7	5,2
Fevereiro	39,2	23,5	9,0	5,1
Março	43,4	24,4	9,6	5,2
Jan.-Mar./2004	39,9	24,0	9,3	5,2

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.6

### Taxa de Desemprego por Posição na Família — PME

[em %]

Período	Chefe	Outros
2002 <sup>a</sup>	7,1	15,7
2003	7,2	16,9
Jan.-Mar./2003	7,0	15,8
2003		
Março	7,5	16,3
Abril	7,5	16,9
Maio	7,5	17,6
Junho	7,8	17,6
Julho	7,5	17,5
Agosto	7,3	18,1
Setembro	7,3	17,9
Outubro	7,5	17,7
Novembro	6,8	16,8
Dezembro	6,3	14,9
2004		
Janeiro	6,4	16,3
Fevereiro	6,8	16,6
Março	7,1	17,8
Jan.-Mar./2004	6,8	16,9

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.7

### Composição do Desemprego por Gênero — PME

[em %]

Período	Masculino	Feminino
2002 <sup>a</sup>	47,7	52,3
2003	45,4	54,6
Jan.-Mar./2003	46,2	53,8
2003		
Março	45,2	54,8
Abril	45,6	54,4
Maio	45,6	54,4
Junho	45,6	54,4
Julho	45,4	54,6
Agosto	44,6	55,4
Setembro	44,2	55,8
Outubro	45,0	55,0
Novembro	44,2	55,8
Dezembro	45,6	54,4
2004		
Janeiro	45,6	54,4
Fevereiro	42,9	57,1
Março	43,6	56,4
Jan.-Mar./2004	44,0	56,0

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.9

### Composição do Desemprego por Posição na Família — PME

[em %]

Período		Chefe	Outros
2002 <sup>a</sup>		29,1	70,9
2003		27,6	72,4
	Jan.-Mar./2003	28,7	71,3
2003	Março	29,2	70,8
	Abril	28,5	71,5
	Mai	27,5	72,5
	Junho	28,2	71,8
	Julho	27,9	72,1
	Agosto	26,4	73,6
	Setembro	26,3	73,7
	Outubro	27,0	73,0
	Novembro	26,1	74,0
	Dezembro	27,1	72,9
2004	Janeiro	25,9	74,1
	Fevereiro	26,9	73,1
	Março	26,2	73,8
	Jan.-Mar./2004	26,3	73,7

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.10

**Composição do Desemprego por Faixa Etária — PME**

[em %]

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 <sup>a</sup>	0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003	0,9	9,0	36,5	46,9	6,6
Jan.-Mar./2003	0,9	9,2	36,0	46,9	7,0
2003					
Março	1,0	9,3	36,0	46,7	7,0
Abril	1,0	8,5	37,6	46,9	6,1
Maio	1,0	8,9	36,2	46,8	7,0
Junho	0,9	9,4	36,4	46,4	7,0
Julho	0,8	8,9	36,4	47,2	6,8
Agosto	0,7	9,3	36,5	47,1	6,4
Setembro	0,9	8,9	36,8	47,3	6,1
Outubro	0,5	8,8	36,3	47,6	6,9
Novembro	0,9	8,1	37,8	47,0	6,1
Dezembro	0,9	10,0	36,2	46,5	6,4
2004					
Janeiro	1,2	9,1	36,2	46,5	7,0
Fevereiro	1,0	9,4	36,4	46,6	6,6
Março	0,9	10,0	36,0	46,8	6,3
Jan.-Mar./2004	1,0	9,5	36,2	46,6	6,7

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.11

### Composição do Desemprego por Grau de Instrução — PME

[anos de escolaridade (em %)]

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 <sup>a</sup>	36,2	26,9	36,8
2003	33,2	26,9	39,9
Jan.-Mar./2003	33,5	26,8	39,7
2003			
Março	33,5	26,3	40,2
Abril	33,9	26,9	39,3
Mai	33,5	26,1	40,4
Junho	33,5	26,4	40,1
Julho	32,8	27,0	40,3
Agosto	32,8	27,3	39,9
Setembro	33,1	26,9	40,0
Outubro	33,1	28,1	38,8
Novembro	33,3	27,1	39,6
Dezembro	32,1	27,2	40,7
2004			
Janeiro	31,7	26,2	42,2
Fevereiro	30,1	27,2	42,6
Março	29,6	27,1	43,3
Jan.-Mar./2004	30,5	26,8	42,7

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.13

**Composição do Desemprego por Faixa de Duração — PME**

[em %]

Período	< 1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2002 <sup>a</sup>	20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003	18,5	47,8	10,7	11,8	11,2
Jan.-Mar./2003	23,1	46,9	8,0	11,1	10,9
2003					
Março	20,7	49,8	8,1	10,7	10,7
Abril	17,5	52,2	8,7	11,2	10,4
Mai	17,4	52,0	8,3	11,8	10,4
Junho	16,9	51,7	9,2	11,5	10,7
Julho	16,7	48,1	12,5	11,8	10,9
Agosto	16,3	46,5	13,8	12,3	11,2
Setembro	16,2	45,5	13,4	12,9	11,9
Outubro	15,9	44,1	15,3	12,4	12,4
Novembro	16,9	45,4	12,8	12,4	12,7
Dezembro	16,7	45,4	11,1	13,8	13,0
2004					
Janeiro	23,8	41,7	9,5	13,9	11,2
Fevereiro	19,7	46,4	8,7	13,6	11,5
Março	18,0	49,7	7,9	13,1	11,3
Jan.-Mar./2004	20,5	45,9	8,7	13,5	11,3

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

**A5. SEGURO-DESEMPREGO**

TABELA A.5.1

**Requerentes, Segurados e Valor Médio do Benefício**

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de Habilitação	VMB <sup>a</sup>
1991	3.724.840	3.498.235	93,92	1,83
1992	4.015.225	3.895.157	97,01	1,69
1993	3.828.060	3.759.623	98,21	1,41
1994	4.090.975	4.039.230	98,54	1,55
1995	4.792.288	4.742.043	98,95	1,54
1996	4.397.264	4.360.917	99,17	1,56
1997	4.296.718	4.400.738	99,41	1,57
1998	4.398.302	4.357.528	99,07	1,56
1999	4.416.358	4.315.593	97,72	1,55
2000	4.260.699	4.176.004	98,01	1,50
2001	4.772.779	4.686.756	98,20	1,48
2002	4.884.001	4.803.535	98,35	1,43
2003	5.050.577	4.969.745	98,40	1,38
Média Jan.-Mar./2003	435.151	427.630	98,27	1,44
2003				
Março	442.826	435.579	98,36	1,44
Abril	452.915	445.876	98,45	1,33
Mai	442.375	435.613	98,47	1,33
Junho	413.524	407.163	98,46	1,33
Julho	432.020	425.374	98,46	1,34
Agosto	405.938	399.859	98,50	1,35
Setembro	415.203	408.991	98,50	1,36
Outubro	374.144	368.440	98,48	1,37
Novembro	415.805	409.251	98,42	1,38
Dezembro	393.199	386.289	98,24	1,39
2004				
Janeiro	409.361	401.617	98,11	1,40
Fevereiro	381.719	374.156	98,02	1,40
Março	505.911	491.609	97,17	1,41
Média Jan.-Mar./2004	432.330	422.461	97,77	1,40

Fonte: MTE.

<sup>a</sup>Valor médio do benefício em SMR.



## A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.1A

### Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Região

[em R\$ de março de 2004]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	974	1.142	934	814	723	740	997
2003	826	1.008	848	745	617	685	876
Jan.-Mar./2003	827	1.063	846	765	633	726	907
2003							
Março	840	1.029	860	762	629	694	895
Abril	824	1.066	830	751	606	666	898
Maio	848	1.000	834	730	631	635	872
Junho	842	1.004	838	766	650	659	879
Julho	838	985	833	727	628	659	864
Agosto	848	1.002	866	720	616	701	877
Setembro	834	958	869	731	617	683	856
Outubro	805	966	856	752	594	664	851
Novembro	801	971	853	738	595	675	851
Dezembro	791	955	855	724	575	704	842
2004							
Janeiro	780	986	886	744	591	688	857
Fevereiro	788	1.005	849	735	566	693	862
Março	828	1.003	860	745	562	698	874
Jan.-Mar./2004	799	998	865	741	573	693	864

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.7.1B

**Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Região**

[em R\$ de março de 2004]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	1.005	1.185	957	850	744	774	1.033
2003	1.005	1.185	957	850	744	774	1.033
Jan.-Fev./2003	841	1.013	879	766	570	707	887
2003 Fevereiro	850	1.047	871	788	639	712	911
Março	827	1.074	852	772	635	674	910
Abril	858	1.010	851	747	656	645	885
Mai	845	1.011	844	774	652	674	885
Junho	847	993	850	738	631	665	873
Julho	857	1.010	874	731	624	696	885
Agosto	848	977	868	743	624	700	871
Setembro	818	977	866	764	597	670	861
Outubro	822	986	860	753	605	678	866
Novembro	846	1.013	894	754	592	739	891
Dezembro	993	1.167	1.032	886	667	794	1.029
2004 Janeiro	810	1.015	861	751	572	695	875
Fevereiro	841	1.013	879	766	570	707	887
Jan.-Fev./2004	826	1.014	870	759	571	701	881

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.6A

### Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Posição na Ocupação

[em R\$ de março de 2004]

Período	Setor Privado			Setor Público	Conta Própria	Total
	Com Carteira	Sem Carteira	Total			
2002 <sup>a</sup>	974,56	606,12	878,86	1.394,22	858,66	997,39
2003						
Jan.-Mar./2003	897,98	559,91	805,04	1.300,57	691,91	876,07
2003						
Março	915,67	569,94	822,52	1.328,42	689,22	895,17
Abril	931,79	564,96	831,31	1.285,42	680,85	897,95
Mai	904,13	557,85	808,82	1.288,37	689,14	872,19
Junho	901,78	562,54	808,13	1.307,30	696,64	879,38
Julho	889,21	554,34	798,19	1.278,30	715,97	864,12
Agosto	908,65	582,39	817,93	1.294,71	688,01	877,10
Setembro	883,55	560,63	792,30	1.292,68	693,04	856,24
Outubro	873,33	557,63	786,14	1.286,46	666,10	850,51
Novembro	883,17	563,21	793,73	1.287,06	655,40	851,39
Dezembro	881,47	525,64	779,79	1.274,81	659,76	841,53
2004						
Janeiro	898,87	541,22	800,54	1.252,39	692,24	857,16
Fevereiro	909,91	540,16	808,53	1.253,64	680,73	861,79
Março	911,50	545,30	811,80	1.272,80	707,70	873,90
Jan.-Fev./2004	906,76	542,23	806,96	1.259,61	693,56	864,28

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.7.6B

### Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Posição na Ocupação

[em R\$ de março de 2003]

Período	Setor Privado			Setor Público	Conta Própria	Total
	Com Carteira	Sem Carteira	Total			
2002 <sup>a</sup>	1.019	621	917	1.462	861	1.033
2003	934	576	838	1.347	692	901
Jan.-Fev./2003	933	583	842	1.382	710	927
2003						
Fevereiro	931	578	838	1.350	690	911
Março	943	573	844	1.305	684	910
Abril	915	569	822	1.307	690	885
Maio	905	567	814	1.307	701	885
Junho	893	562	806	1.300	715	873
Julho	915	588	826	1.301	686	885
Agosto	894	575	806	1.316	695	871
Setembro	879	569	795	1.300	670	861
Outubro	893	574	806	1.300	661	866
Novembro	950	548	839	1.348	674	891
Dezembro	1.155	621	1.013	1.615	714	1.029
2004						
Janeiro	923	548	823	1.275	686	875
Fevereiro	921	551	823	1.295	709	887
Jan.-Fev./2004	922	549	823	1.285	697	881

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.7

### Salário Mínimo Real

[em R\$ de março de 2004]

Período	SMR	Período	SMR	
Média 1991	122,36	2003	Março	213,25
1992	127,44		Abril	252,41
1993	139,62		Maio	249,94
1994	130,81		Junho	250,09
1995	144,33		Julho	249,99
1996	191,67		Agosto	249,54
1997	196,54		Setembro	247,51
1998	204,45		Outubro	246,55
1999	206,33		Novembro	245,64
2000	213,40		Dezembro	244,32
2001	232,79	2004	Janeiro	242,31
2002	238,73		Fevereiro	241,37
2003	240,39		Março	240,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.



## A9. INFORMALIDADE

TABELA A.9.1

### Participação dos Empregados sem Carteira Assinada na Ocupação Total por Região Metropolitana

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	20,9	21,9	18,1	19,9	23,9	22,0	21,2
2003	20,5	23,1	18,6	21,4	24,6	23,2	21,9
Jan.-Mar./2003	19,9	22,4	17,7	21,1	25,3	23,3	21,5
2003							
Março	20,2	22,8	18,1	21,5	25,5	22,9	21,8
Abril	21,2	23,0	18,7	21,3	25,1	21,6	22,0
Mai	20,8	23,1	19,1	21,5	24,4	21,9	22,0
Junho	21,1	22,6	19,9	21,8	24,0	21,9	21,9
Julho	20,8	22,0	20,1	21,0	23,4	22,4	21,5
Agosto	20,5	23,6	18,7	21,1	24,5	21,5	22,0
Setembro	20,4	23,8	19,3	21,6	24,2	22,5	22,3
Outubro	20,6	22,9	17,9	21,6	24,8	35,2	21,8
Novembro	20,3	24,2	18,9	21,8	24,4	21,0	22,3
Dezembro	21,0	24,7	17,8	21,5	24,4	20,7	22,5
2004							
Janeiro	20,3	24,3	17,6	20,6	23,8	21,0	22,0
Fevereiro	20,5	23,9	18,1	21,1	22,6	21,5	22,0
Março	20,4	23,7	17,8	20,7	23,2	22,2	21,9
Jan.-Mar./2004	20,4	23,9	17,8	20,8	23,2	21,5	22,0

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.9.2

### Participação dos Empregados por Conta Própria na Ocupação Total por Região Metropolitana

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	22,4	16,4	19,5	19,5	22,6	22,3	19,4
2003	22,6	17,5	19,5	19,4	24,1	22,0	20,0
Jan.-Mar./2003	22,1	17,2	18,9	18,6	22,9	21,0	19,4
2003							
Março	22,3	17,2	19,0	18,4	22,6	21,5	19,4
Abril	22,8	17,0	18,7	19,9	22,9	22,5	19,7
Mai	22,7	16,8	18,8	19,9	23,5	22,7	19,7
Junho	22,4	18,3	19,3	19,0	23,3	21,7	20,1
Julho	22,6	18,5	19,7	18,3	24,7	21,2	20,3
Agosto	22,8	17,8	19,8	19,3	25,0	22,2	20,2
Setembro	23,3	17,7	19,8	20,1	25,1	22,7	20,4
Outubro	22,7	17,7	20,4	19,8	24,5	19,8	20,3
Novembro	22,7	17,4	20,1	20,4	25,2	24,3	20,3
Dezembro	22,9	17,8	20,3	19,7	26,0	24,1	20,5
2004							
Janeiro	23,3	18,4	19,6	19,8	26,3	23,5	20,8
Fevereiro	23,9	18,6	18,9	18,9	25,6	23,6	20,8
Março	23,8	18,9	19,5	19,6	25,5	23,4	21,0
Jan.-Mar./2004	23,6	18,6	19,4	19,5	25,8	23,5	20,9

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

**A9. INFORMALIDADE**

TABELA A.9.3

**Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado com e sem Carteira Assinada, por Região Metropolitana**

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	68,3	62,5	48,9	50,1	82,8	80,8	64,2
2003	56,6	66,3	47,0	51,1	76,0	94,4	62,0
Jan.-Fev./2003	60,1	59,8	45,6	47,2	101,0	100,4	60,2
2003							
Fevereiro	41,3	66,1	53,0	50,9	97,9	112,0	61,2
Março	69,7	65,8	37,3	49,0	80,1	95,5	64,6
Abril	67,0	61,2	38,2	40,5	80,9	99,8	60,7
Mai	54,8	65,8	35,3	42,4	90,0	72,7	59,7
Junho	50,7	63,7	44,6	50,9	53,2	93,5	58,8
Julho	45,8	62,8	42,3	40,4	81,0	78,0	55,7
Agosto	38,2	63,5	55,8	54,4	44,0	80,7	55,4
Setembro	33,8	66,0	48,0	43,8	49,9	73,2	54,5
Outubro	44,1	62,9	41,6	41,7	69,5	78,8	55,6
Novembro	68,0	79,6	47,1	50,9	84,4	125,3	73,2
Dezembro	87,1	84,3	82,9	104,5	76,4	134,8	85,8
2004							
Janeiro	70,3	73,0	51,0	58,4	72,7	90,6	68,6
Fevereiro	53,2	77,9	44,2	62,6	75,7	84,9	67,4
Jan.-Fev./2004	61,7	75,4	47,6	60,5	74,2	87,8	68,0

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.e

TABELA A.9.4

### Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado com Carteira Assinada e Conta Própria, por Região Metropolitana

[em %]

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002 <sup>a</sup>	20,0	10,6	-0,2	6,5	36,5	43,9	18,5
2003	35,5	31,6	5,6	15,0	59,3	61,1	34,9
Jan.-Fev./2003	41,4	22,2	8,0	13,2	66,1	51,6	31,6
2003							
Fevereiro	36,1	29,6	10,9	15,0	73,1	49,7	35,0
Março	41,3	30,2	3,4	23,0	68,8	58,1	38,0
Abril	23,0	33,7	-0,7	5,9	84,8	74,1	32,6
Mai	28,6	25,9	-3,3	14,9	61,3	69,4	29,0
Junho	27,5	18,6	1,4	19,3	54,2	51,8	24,8
Julho	27,3	31,6	6,3	18,1	62,3	62,8	33,4
Agosto	21,1	29,2	7,4	4,7	58,5	45,3	28,7
Setembro	25,3	33,5	4,3	3,3	45,8	48,7	31,1
Outubro	30,0	38,8	-0,7	8,4	46,5	48,7	35,1
Novembro	44,5	37,5	8,8	19,2	37,8	70,2	40,9
Dezembro	74,1	55,7	23,9	36,7	59,7	100,3	61,8
2004							
Janeiro	26,7	33,8	14,2	21,2	57,0	63,9	34,6
Fevereiro	20,1	30,8	15,9	19,1	44,3	45,1	30,0
Jan.-Fev./2004	23,4	32,3	15,1	20,1	50,7	54,5	32,3

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup>Média referente ao período mar.-dez.

## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Silvânia de Araujo Carvalho

### **Supervisão**

Helena Rodarte Costa Valente

### **Revisão**

Lucia Duarte Moreira

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Luiz Carlos Palhares

Miriam Nunes da Fonseca

Alejandro Augusto S. V. A. Poinho (estagiário)

### **Editores**

Roberto das Chagas Campos

Carlos Henrique Santos Vianna

Joanna Silvestre Frigues de Sousa

Camila Guimarães Simas (estagiária)

### **Reprografia**

Edson Soares

## **Brasília**

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - 10º andar

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 315-5336 Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

## **Rio de Janeiro**

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 - 14º andar

20020-010 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3804-8118 Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

